

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
LUCIANA TAVARES BORGES

*Machado de Assis, o crítico e a construção da literatura brasileira  
oitocentista (1858-1879).*

UBERLÂNDIA

2019

LUCIANA TAVARES BORGES

*Machado de Assis, o crítico e a construção da literatura brasileira  
oitocentista (1858-1879).*

Tese apresentada ao Programa  
de Pós-graduação em História,  
da Universidade Federal de  
Uberlândia, para obtenção do  
título de Doutor em História.

Área de Concentração: História  
Social

Orientador (a): Prof. Dr<sup>a</sup>. Ana  
Paula Spini

UBERLÂNDIA

2019

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

B732 Borges, Luciana Tavares, 1978-  
2019 Machado de Assis, [recurso eletrônico] : o crítico e a  
construção da literatura brasileira oitocentista ( 1858-1879) /  
Luciana Tavares Borges. - 2019.

Orientadora: Dra. Ana Paula Spini.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-  
graduação em História.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2342>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. História. I. Spini, Dra. Ana Paula , 1966-, (Orient.). II.  
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em História.  
III. Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4395 - www.ppghis.inhis.ufu.br - ppghis@inhis.ufu.br

**ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO**

|                                    |                                                                                                                                     |                 |       |                       |       |
|------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-------|-----------------------|-------|
| Programa de Pós-Graduação em:      | História                                                                                                                            |                 |       |                       |       |
| Defesa de:                         | Tese de doutorado, Ata 109, PPGHI                                                                                                   |                 |       |                       |       |
| Data:                              | Dezoito de setembro de dois mil e dezenove                                                                                          | Hora de início: | 09:00 | Hora de encerramento: | 12h20 |
| Matrícula do Discente:             | 11413HIS014                                                                                                                         |                 |       |                       |       |
| Nome do Discente:                  | Luciana Tavares Borges                                                                                                              |                 |       |                       |       |
| Título do Trabalho:                | Machado de Assis, o crítico e a construção da literatura brasileira oitocentista (1858-1879)                                        |                 |       |                       |       |
| Área de concentração:              | História Social                                                                                                                     |                 |       |                       |       |
| Linha de pesquisa:                 | História e Cultura                                                                                                                  |                 |       |                       |       |
| Projeto de Pesquisa de vinculação: | A LÍNGUA EM QUESTÃO: Disputas pelo sentido da nacionalidade brasileira na chegada do cinema falado em inglês no Brasil (1929-1932). |                 |       |                       |       |

Reuniu-se na Sala 48, Bloco 1H, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: Gilberto Cezar de Noronha, Joana Luiza Muylaerte de Araujo, Gilmar Alexandre da Silva, Janaína Jácome Santos, Ana Paula Spini orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Ana Paula Spini, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[A]provado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Spini, Presidente**, em 18/09/2019, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joana Luiza Muylaert de Araujo, Membro de Comissão**, em 18/09/2019, às 12:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Cezar de Noronha, Membro de Comissão**, em 18/09/2019, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilmar Alexandre da Silva, Usuário Externo**, em 18/09/2019, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janaina Jácome dos Santos, Usuário Externo**, em 19/09/2019, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1549976** e o código CRC **E7E4BDB8**.

*Machado de Assis, o crítico e a construção da literatura brasileira oitocentista (1858-1879).*

Tese aprovada no exame final  
de doutorado do Programa de  
Pós-graduação em História, da  
Universidade Federal de  
Uberlândia (MG) pela banca  
examinadora formada por:

Uberlândia, 18 de setembro de 2019.

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Spini, UFU

---

Profa. Dr<sup>a</sup> Janaína Jacóme Santos, Universidade Anhanguera

---

Prof. Dr. Gilmar Alexandre da Silva, IFTM-Ituiutaba

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Joana Luíza Muylaert de Araújo, UFU

---

Prof. Dr. Gilberto César de Noronha, UFU

*A memória de minha vó (Etelvina), que nunca se curvou  
aos desafios da vida. Mulher aguerrida e generosa,  
exemplo de integridade.*

## Agradecimentos

A Deus pela vida, pela luz e pela oportunidade de aprender sempre.

Aos meus pais, Lourivaldo e Jovita (*in memoriam*) pela vida, pelo exemplo, pelo amor.

A tia Tereza. Seu afeto e carinho foram fundamentais em toda minha vida, sobretudo, nesses momentos finais da tese. Muita gratidão!

A Carolina, amiga, companheira, confidente, enfim, tudo! Não sei como seria a chegada nesse momento sem você. Há um sentido por estar aqui, e ele se dá porque houve nesse período afeto, apoio, sentimento. Gratidão *ad eterno*!

Aos familiares tão importantes nessa trajetória. Aos tios-avós: Elzira, que sempre foi um apoio constante assim como o Brasileiro. Tia Iota, que desde a graduação sempre foi um estímulo, tio Santo e Zilto e aos que se encontram *in memoriam*: tio Crioulo, lembrança de carinho, tio Tuta, adorava conversar com ele, sinônimo de sensatez, tia Lena e tia Neném pelo carinho, saudades! Aos demais primos: José Rubens, Vera, Marilda, Flávio, Núbia, Cristiane (prima-irmã), Rosilene, todas e todos.

A memória da tia Celma. Guardo a afetividade e o carinho de sempre. Também ao tio Ilauro (*in memoriam*) e aos demais: Tia Darci, apoio constante, tia Cilene, tia Neuza, alegria e afeto, tio Celso (segundo pai), adoro conversar sobre futebol, Fórmula 1, política, obrigada. Também minha madrasta, tia Rita, e meus irmãos, que mesmo de longe expressam carinho: Francivaldo, Lourivaldo Filho, Douglas e minha querida irmã Gláucia (*in memoriam*), no momento da defesa, a mesma se encontrava na luta, para o diagnóstico da doença, que, infelizmente, a arrebatou. Que você esteja em paz! e os sobrinhos (Lucas Eduardo, Wellington, Ana Carolina).

Aos professores Ana Paula Spini, Newton e Gilberto obrigada por terem me acolhido num momento tão conturbado. Obrigada pela paciência. Professora Ana Paula, gratidão pela relatoria. Gilberto obrigada pelo apoio desde o princípio. Gratidão, gratidão, gratidão.

Obrigada aos professores da banca: Joana, carinho e respeito, suas aulas sempre instigantes, eterna gratidão e afeto! A Janaína mais que uma colega de curso, amiga sempre presente nos momentos difíceis. Gratidão, sempre! Obrigada por estar aqui nesse momento. Gilmar, sempre tive admiração por ti. Obrigada pelo aceite do convite. Ao Gilberto, mais uma vez obrigada pelas leituras, pelo apoio, obrigada por tudo.

A Josiane, Renata e Gizele sempre prestativas no atendimento com carinho. Gratidão por tudo.

A Luciana e Cristina pelo apoio e carinho de sempre. Cristina, obrigada pelo carinho e incentivo. O afeto é *ad eterno*. Obrigada!

Aos professores e alunos do LEAH/UFU. A convivência foi primordial para a continuidade da caminhada. Obrigada, Rosemary, menina iluminada. Obrigada, Angélica, Mirela, Thuane, Cristiano, Felipe Palazzo, em especial, Lucas Prazeres pelo apoio moral e por ter auxiliado em vários momentos, gratidão sempre. As professoras: Carla, Dilma, Jacy, Jorgetânia, Mara, Marta, Mônica, Regma, Regina, obrigada pelo apoio e energias positivas. Gratidão, sempre!

Gratidão ao professor André Voigt pela sensibilidade demonstrada na resolução da questão. Estimo que sempre esteja bem!

As professoras e professores do Instituto de História devo minha formação. Num momento em que a educação e as universidades estão sendo atacadas, reitero gratidão pelos ensinamentos compartilhados e por terem me instigado ao pensamento crítico e ao lugar social que ocupa o professor. Avante!

Obrigada pelo carinho prestado dos funcionários da biblioteca do campus Santa Mônica da UFU. Em especial, Denise, Laura, Adriana e Nelson. Obrigada aos colegas que estavam lá fazendo trabalhos acadêmicos ou se preparando para concursos, entre estes cito: Jael, Janaína, Rodrigo, entre outros, desejo tudo de bom!

Aos colegas da turma de doutorado: Olívia, Fernanda, Adriana, Cleto, Daniel, Mariana, Júlio, Murilo, Lígia, Lorraine, Lúcia Elena, Esdras, Jaqueline, Rafaela, e, em especial Janaína e Yanglely, estes foram mais do que amigos, são irmãos, não largamos as mãos naqueles meses de angústia. Gratidão por tudo! Gratidão Yanglely por todo o apoio no processo seletivo do IFG.

Aos colegas de trabalho: Dagmar, Jislaine, Caroline Schwarzbald, Marco Antônio, Edson, Luzia, Elisa, Rosa Pelegrini, Eliane, Fabrício, Elaine, Victória Sisterolli, enfim, a todos e todas, obrigada pelo carinho.

Gratidão a Michael, Tacio e Aldair por terem me acolhido a princípio em Jataí. Obrigada por tudo! Também expresso gratidão a Maria Virgilina e José Augusto.

Gratidão aos colegas do IFG – Campus Jataí pelo acolhimento, pelas conversas agradáveis do nosso cafezinho, pelo apoio em vários momentos. Obrigada a Manoel, Mara, Marluce, Patrícia, Heverton, Euclides, Danilo, Aline Magalhães, Fernando Pereira, André, Márcia, Mirela, Carlos César, Kênia Lacerda, Tiago, Fausto, Fernandão, Marcelo, Kenya

Mendonça, Mônica, Carmencita, Luciano, Luiz, Edvaldo, Xuxa, Suenir, Zilma, Terezinha, Lambert, Luciana Martini, Elaine, Aline Braga, Marliane, Gustavo, Iramar, Dominike, e, em especial a Sirlene, que prestou apoio com bibliografia sobre semântica e literatura, enfim, a todas e todos.

Gratidão as funcionárias da Biblioteca da Universidade Federal de Jataí.

Gratidão a Luzia, Leandro, Rodrigo, Rafael, Dênis, Nicolas, Evaldo, Leonardo, Wilma, Tiago, Karine pelos momentos de descontração e amizade.

Ao Miguel e Dionice que me acolheram não como inquilina, mas como uma membra da família. Gratidão também as colegas de pensionato, principalmente a Sabrinna pelos momentos de afetividade.

Ao João Batista, amigo, irmão. Eterna gratidão. Obrigada por tudo!

A Claísse e Régis pelo apoio moral, força, carinho, por tudo.

A Lucimar Aleixo pelo carinho, pensamento positivo. Gratidão, afeto *ad eterno*.

Ao Renner, Eduardo e Ulisses, amigos iluminados e de fé. Obrigada.

Ao Vinícius Kuster, que a pouco conheci indo para Uberlândia, uma amizade, que está nascendo. Obrigada.

A Ana Bertolino e Vítor Augusto pelas nossas conversas existenciais na “D. Antônia”, no “Mãozinha”, enfim, pela amizade. Gratidão a Ítalo e Rodrigo, o convívio e as conversas com vossas excelências edificaram uma amizade. Obrigada!

Obrigada a Jaqueline Peixoto, Raphael Ribeiro, Floriana, Roberta, Tadeu, Jeremias e Lucas Flávio pela amizade e carinho.

Aos alunos, que tive a oportunidade de estar tanto nas redes: municipal, estadual, federal e privada. Que vocês possam assistir a uma sociedade mais justa. Sempre lutem por ela.

A Capes, que concedeu por um período a bolsa de estudos. Obrigada.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional e a Juliana do arquivo Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras pela prestatividade no atendimento.

Ao Machado de Assis, que permitiu mais uma vez adentrar em sua obra e discutir *cousas futuras* ou melhor *cousas passadas* com a historiografia.

A educação pública brasileira, que continue aguerrida, democrática e livre de opressões. Gratidão!

Com afeto a todas e todos,

## RESUMO

Esta tese analisa o ponto de vista de Machado de Assis (1839-1908) sobre o papel e a função social do escritor no Brasil do século XIX. Tais discussões estão presentes em seus textos publicados em jornais e revistas, e que compreende os seguintes ensaios: *O passado, o presente e o futuro da literatura* (1858), *O Ideal do crítico* (1865), *Notícia atual da literatura brasileira: instinto de nacionalidade* (1873) e *A Nova Geração* (1879). Estes esboços procuram debater sobre o sentido e o fazer literário num momento em que a literatura brasileira estava sendo conduzida ao projeto de cultura política do Estado monárquico (1858-1879). Desse modo, este trabalho tem como objetivo problematizar em que medida Machado de Assis através de sua formulação conceitual sobre a crítica literária, compreendia e debatia o sentido da literatura, da sociedade e da cultura política brasileira dos oitocentos.

**Palavras-Chave:** Machado de Assis. Crítica literária. História do Brasil. Tempo Histórico. Cultura Política. Literatura.

## **ABSTRACT**

This thesis analyzes the point of view of Machado de Assis (1839-1908) about the role and social function of the writer in 19th century Brazil. Such discussions are present in his texts published in newspapers and magazines, and comprising the following essays: The Past, Present and Future of Literature (1858), The Ideal of the Critic (1865), Current News of Brazilian Literature: Instinct of nationality (1873) and The New Generation (1879). These sketches seek to debate the meaning and literary making at a time when Brazilian literature was being conducted into the political culture project of the monarchical state (1858-1879). Thus, this paper aims to question the extent to which Machado de Assis, through his conceptual formulation of literary criticism, understood and debated the meaning of Brazilian literature, society and political culture of the eight hundred.

Keywords: Machado de Assis. Literary criticism. History of Brazil. Historic Weather. Political Culture. Literature.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                       |     |
|-----------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 – Capa da 3ª edição da Revista do IHGB.....                  | 41  |
| Figura 2 – Capa da 1ª edição da Revista Nitheroy .....                | 50  |
| Figura 3 – Capa do livro Carta sobre a Confederação dos Tamoyos ..... | 57  |
| Figura 4 – Primeira página do jornal Diário do Rio de Janeiro .....   | 73  |
| Figura 5 – Capa da Revista Popular .....                              | 88  |
| Figura 6 – Carta de Joaquim Nabuco para José Veríssimo. ....          | 107 |
| Figura 7 – Página do jornal O Novo mundo.....                         | 113 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                           |                |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| <b>I Introdução.....</b>                                                                                                                  | <b>16</b>      |
| <b>Capítulo 1 - Machado de Assis no debate sobre a institucionalização do passado na<br/>formulação de uma literatura brasileira.....</b> | <b>28</b>      |
| 1.1 O tempo histórico-literário como tradição .....                                                                                       | 29             |
| 1.2 (In) definições de origem sobre a historiografia literária .....                                                                      | 30             |
| 1.3 Tempo de memória e história literária na perspectiva machadiana .....                                                                 | 39             |
| <b>Capítulo 2 - A pedagogia machadiana e o papel do crítico frente a uma literatura<br/>social .....</b>                                  | <b>68</b>      |
| 2.1 O presente em questão: o papel do crítico e o debate de formação da literatura<br>brasileira.....                                     | 69             |
| 2.2 Tempo de ciência e o crítico na perspectiva machadiana.....                                                                           | 77             |
| 2.3 O papel do crítico na “Semana Literária” .....                                                                                        | 92             |
| <b>Capítulo 3 - Machado de Assis, a crítica e as polêmicas literárias.....</b>                                                            | <b>98</b>      |
| 3.1 O exercício da crítica machadiana e a Notícia atual da literatura brasileira.....                                                     | 99             |
| 3.2 O desdém a controvérsia e as polêmicas literárias .....                                                                               | 114            |
| <br><b>4 - Considerações Finais.....</b>                                                                                                  | <br><b>120</b> |
| <br><b>5 - Referências .....</b>                                                                                                          | <br><b>122</b> |

*Além de se fazer a partir do tempo, a história é uma reflexão sobre ele e sua fecundidade própria. O tempo cria e toda a criação exige tempo.* PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2ª ed.; 4ª. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 114.

*A leitora sabe que o clássico não é o meu forte; aplaudo-lhes os traços bons, mas não o aceito como forma útil ao século. Digo forma útil, porque eu tenho a arte pela arte, mas a arte como a toma Hugo, missão social, missão nacional, missão humana.* ASSIS, J.M. Machado de. *O Espelho*, 10 de dezembro de 1859.

## I – Introdução

“ O que significa ser escritor num país situado na periferia do mundo? ” foi com essa indagação que o literato Luiz Ruffato iniciou o seu discurso na Feira do livro de Frankfurt em 2013<sup>1</sup>. Diante de uma plateia lotada e com a presença de autoridades políticas, o autor se posicionou sobre a condição de ser escritor em um país que fora colonizado e que traz em sua história as marcas do analfabetismo, da pseudodemocracia racial, da intolerância praticada em instituições religiosas, em desigualdades de gênero, enfim, em todo um aparato de segregação social advinda de um passado de exclusão e de patriarcalismo<sup>2</sup>. Esta fala, além de problematizar tais aspectos da vida social do país, coloca em questão duas proposições indissolúveis: a primeira delas se posiciona sobre o “lugar” da literatura na trama das tensões sociais e, dessa forma, em que sentido aquela interpelaria a sociedade; a segunda, que seria o ponto nodal da fala do escritor mineiro, se evidenciaria no que constitui ser escritor frente a um país que nasceu sobre a égide da desigualdade social e do espólio colonialista.

Esta reflexão levantada pelo escritor mineiro, acentua um debate que vem sendo esposado e difundido desde o século XIX: qual seria o sentido da literatura brasileira? Esta literatura deveria evocar o nacional? A “cor local”? Deveria ser fantástica? Biográfica? Panfletária? Social? Indagações que ocasionaram celeumas e posições identitárias sobre o papel do literato frente ao país que, mesmo sendo marginalizado pela cultura Ocidental, se propunha a apresentar uma literatura autóctone e escrutina. Presente naquele momento em que tais discussões eram auferidas, Machado de Assis, autor de poesias, romances, contos, crônicas, dramaturgo, além de tradutor, publicou ensaios - denominados de textos críticos<sup>3</sup> - sobre o diagnóstico da literatura brasileira dos oitocentos. Tais textos traziam no seu bojo,

---

<sup>1</sup> Originalmente, a Feira do Livro de Frankfurt surgiu com a invenção da imprensa por Gutenberg. De tradição secular a mesma sofreu interrupções no período de guerras. Retomada a partir de 1949, esse evento cultural tornou-se de grande relevância, tanto em aspectos econômicos para a Alemanha como de polo intelectual e literário de escritores de várias partes do mundo. Em 2013, o Brasil foi o grande homenageado no evento. Para maiores informações sobre o histórico dessa feira, acesse: [http: <<< https://www.dw.com/pt-br/1949-primeira-feira-do-livro-de-frankfurt/a-634484 >>>](http://<<< https://www.dw.com/pt-br/1949-primeira-feira-do-livro-de-frankfurt/a-634484 >>>)

<sup>2</sup> Para maiores informações sobre as repercussões do discurso de Luiz Ruffato sugiro o artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*. Disponível em [http <<< www.folha.com.br. Ilustrada, 08/10/2013. Acesso em 08 jun.2016.](http://<<< www.folha.com.br. Ilustrada, 08/10/2013. Acesso em 08 jun.2016.)

<sup>3</sup> Segundo, as organizadoras Sílvia, Adriana e Daniela, Machado de Assis vai desenvolvendo ao longo de sua rotina com os jornais, o ofício de crítico-cronista, pois, ele irá com seus textos de crítica literária auferir o sentido, a composição das produções literárias, ou seja, a teoria que elaborava, aplicaria metodologicamente. Esclareço ao leitor, que designo Machado nesses textos teóricos como apenas crítico. Tal argumento é sustentado, pois, estes esboços, se propõem a pensar a literatura brasileira muito mais no campo heurístico do que de análises estéticas, de forma e conteúdo. Cf. AZEVEDO, Sílvia Maria; DUSILEK, Adriana; CALLIPO, Daniela Mantarro (Orgs.) *Machado de Assis: Crítica literária e textos diversos*. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 15-23.

além daquela análise, um diálogo com demais intelectuais de seu tempo a respeito da função do crítico/literato, pois naquele íterim estava em curso um amplo projeto de uma literatura ligada à cultura política engendrada pelo Governo Monárquico, sobretudo, o movimento romântico.

Neste sentido, quais provocações e/ou instruções, Machado estava tecendo para seus contemporâneos? Qual literatura ele defendia? Seria aquela que buscasse no seu passado “inventado” sua genealogia? Ou aquela, que veria em seu presente, as questões sociais que enlaçariam as tramas do político? E, conseqüentemente, como ser escritor num país jovem, emancipado, e que buscava arregimentar sua identidade? De origem humilde, Joaquim Maria Machado de Assis nascera em 21 de junho de 1839 no Morro do Livramento, Rio de Janeiro. Segundo biógrafos, há lacunas sobre sua formação intelectual. O que se sabe é Machado de Assis foi um autodidata e, após trabalhar na tipografia de Paula Brito, passou a transitar em meio à sociedade carioca onde, de certa forma, obteve o reconhecimento enquanto autor de vários gêneros literários. Morreu em decorrência de um tumor, na madrugada de 29 de setembro de 1908<sup>4</sup>.

Nos seus 69 anos de vida, Machado, imprimiu em suas produções, as angústias existenciais, o imaginário, a crítica social e política, enfim, tudo o que englobava os tateamentos humanos, sempre acompanhado de uma ironia perspicaz. Em relação a aporia sobre a literatura, o mesmo tomou conta dessa discussão, a partir de 1858, quando publica no jornal *A Marmota*, o ensaio *O Passado, o presente e o futuro da literatura*. Neste primeiro exame, o escritor carioca, já denota a sua preocupação numa existente periodização da literatura brasileira e principalmente na mitificação de seu passado. Diante desse quadro exposto, qual seria então o pensamento de Machado sobre essa matéria? Qual a sua perspectiva? E remetendo a fala inicial de Luiz Ruffato, o que para ele, Machado de Assis, deveria ser escritor no país de periferia do século XIX? Seria um nacionalista? Ou aquele que debateria o social?

Tais questionamentos trazem o cerne de proposta dessa tese. Dessa forma, pretendemos, através desse debate sobre a literatura oitocentista, problematizar em que medida aquela conjuntura iria consistir numa espécie de “simulacro de nacionalidade”, que se

---

<sup>4</sup> Para maiores informações da trajetória do bruxo do Cosme Velho, sugiro algumas obras: FAORO, Raimundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976, MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Machado de Assis*. Desconhecido. São Paulo: Civilização Brasileira, 1971, MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis, 1839-1870: ensaio de biografia intelectual; prólogo de Antonio Candido; posfácio Paulo Rónai*; Trad. Marco Aurélio de M. Matos, 2ª ed. revista, São Paulo: EDUNESP, 2009, PIZA, Daniel. *Machado de Assis: um gênio brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008, entre outras.

almejava instituir no projeto de Estado-nação do Brasil. Buscaremos analisar o diálogo de Machado de Assis com seus contemporâneos sobre tal questão, para alinhavarmos as relações entre Literatura e História, sobretudo no campo heurístico e, também, na simbiose construída nos oitocentos sobre essas duas disciplinas que, simultaneamente, se tornaram autônomas, mas que serviriam de baliza para sustentar o nacionalismo apregoado pelo Estado brasileiro. Analisar essa representação de nacionalidade, à luz do estudo da cultura política<sup>5</sup> assinalado pelo Governo Monárquico (2º Reinado), será o norte desse trabalho. E, nesse universo, trataremos os textos de crítica literária de Machado de Assis sobre o sentido e o papel do literato frente a uma sociedade de herança assimétrica, escritos entre os anos de 1858 a 1879, quais sejam, em ordem cronológica: *O passado, o presente e o futuro da literatura* (1858), *O ideal do crítico* (1865), *Notícia da atual literatura brasileira: Instituto de nacionalidade* (1873) e *A nova geração* (1879). Estes são alguns de seus textos importantes de crítica literária, dos quais a discussão sobre o problema da nacionalidade está presente.

Tais esboços trazem em seu bojo a defesa de uma denominada literatura social, ou seja, de uma literatura brasileira que traria, na construção de sua trama, questões pertinentes à sociedade, ao indivíduo. Desse modo, estes textos de Machado de Assis serão trazidos ao debate abordando a relação passado/presente no embate sobre a nacionalidade da literatura brasileira. Em que sentido a organização de uma historiografia literária ajudaria numa narrativa de simulação de uma identidade, engendrada pelo Estado no Brasil do século XIX? E, dentro dessa altercação, qual o ponto de vista apresentado por Machado de Assis sobre esta questão? Por que o escritor defendia a literatura brasileira no presente e, sobretudo, pela perspectiva social? São algumas das questões que nos acompanharam ao longo do trabalho.

Nesse sentido, não pretendo colocar como uma verdade incontestável o posicionamento de Machado de Assis sobre esta questão, mas busco, desse modo colocá-lo numa conversa sobre a aporia da nacionalidade da literatura brasileira oitocentista dentro de um projeto de cultura política e, neste sentido, como o escritor entendia o papel do crítico em

---

<sup>5</sup> Segundo Berstein o conceito de cultura política se desenvolveu num momento em que a sociedade estava passando por uma crise. Nesse sentido, fazia-se necessário compartilhar um fenômeno coletivo, que partilhado pudesse criar sentimentos de experiências mútuas, ou seja, que criassem ações estratégicas, para que evidenciasse uma mensagem de unicidade de caráter normativo. Dessa forma, ao incorporar a literatura como um documento da nacionalidade, o Estado brasileiro oitocentista imputava no imaginário social, uma representação de um passado atualizado, e, que atestava ao presente os elementos de tradição do país. Cf. BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. Por uma História cultural. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363. DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos e genealogias. Varia História. Belo Horizonte, UFMG, nº 28, 2002, p. 13-28.

um país que procurava delinear sua nacionalidade literária. Sendo assim, é importante salientar que essa obstinação em se inserir nessa matéria ocorreu, em grande parte, pelo contato do escritor com o jornalismo. Os anos de 1850 e o começo da amizade com Paula Brito foram fundamentais para a inserção do literato na redação dos jornais, sobretudo, porque além da crítica literária, o escritor acompanhou as sessões do legislativo pelo *Diário do Rio de Janeiro*<sup>6</sup>, assim como escreveu sobre variedades, teatro, as sucessivas séries de crônicas e alguns de seus romances.

Portanto, os textos analisados são produzidos num debate que se deu *pela e na* imprensa. Surgida em 1808 com a vinda da Família Real Portuguesa, aquela denominada Imprensa Régia editou livros, folhetos, documentos oficiais do Governo e o primeiro jornal do país: *Gazeta do Rio de Janeiro*<sup>7</sup>. Intensificando esta produção e concomitante o público leitor<sup>8</sup>, na década de 1830, o folhetim adquiriu predominância nos jornais. Originário do periódico francês *Journal des Débats et loix Du pouvoir législatif, et des actes Du gouvernement* (1800), o *Feuilleton* (folhetim), se situava no rodapé do jornal e destinava-se à publicação de “textos diversos, versando sobre teatro, anúncios de espetáculos, efemérides políticas e literárias e notícias sobre moda”<sup>9</sup>. A multiplicidade de assuntos fez desse suplemento um espaço de credibilidade para que escritores editassem nele os seus romances. O primeiro ocorreu em 1836 por Émile Girardi no *La presse*. A partir daí, o folhetim tornara-se uma coluna imprescindível no jornal. Neste mesmo ano, a ressonância deste gênero aportou em terras brasileiras<sup>10</sup> e, por conseguinte, se solidificou na mídia impressa do século XIX.

<sup>6</sup> Quero ressaltar ao leitor, que no decorrer da tese, irei detalhar com mais esmero sobre a trajetória de Machado de Assis nos jornais, e principalmente o seu papel de crítico literário. Cf. BASTOS, Dau. *Machado de Assis: Num recanto, um mundo inteiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008, FARIA, João Roberto. *Ideias teatrais: o século XIX no Brasil*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2001.

<sup>7</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho. Lendo novelas no período joanino. In: *América latina no século XIX: Tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 2004, p.120. Vale ressaltar que em julho de 1808, Hipólito José da Costa lançou em Londres o *Correio Braziliense*. De caráter ideológico tinha a proposta de apresentar as falhas administrativas da Corte portuguesa. Para mais detalhes, MARTINS, Ana Luíza. *Imprensa em tempos de Império*. MARTINS, Ana Luíza e LUCA, Tania Regina de. (Orgs.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

<sup>8</sup> Incontestável que havia um alto índice de analfabetos no Brasil dos oitocentos. Tal quadro persistiria mesmo no auge do Segundo Reinado (1850-1880), porém há de se lembrar que com a vinda da Corte portuguesa para o país em 1808, muitos desses integrantes eram funcionários do Estado, pessoas letradas e com formação acadêmica. Para além dessa constatação, havia uma forte cultura da oralidade que impulsionou e muito o gosto da opinião pública pela literatura e por outros assuntos. Cf. GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin/Edusp, 2004, MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do império*. Rio de Janeiro: FGV/Edur, 2007.

<sup>9</sup> SOARES, Marcus Vinícius Nogueira. Machado de Assis: folhetim e crônica. ROCHA, João César de Castro (Org.) *À roda de Machado de Assis: Ficção, crônica e crítica*. Chapecó: Argos, 2006, p.369

<sup>10</sup> Essa discussão mais detalhada sobre o surgimento do folhetim e da crônica no Brasil foi desenvolvida na dissertação de mestrado. Reconhecendo a necessidade de situar o leitor sobre esse ponto, apenas evidenciei de forma sucinta essa questão. Cf. BORGES, Luciana Tavares. *Das crônicas do relojoeiro as narrações do conselheiro*: Policarpo e Aires dois intérpretes da república brasileira. Dissertação (Mestrado em História Social)

Desse modo, pode-se atribuir à imprensa o lugar privilegiado em que as alterações sobre a literatura brasileira fizeram-se presentes. Isso justifica pela popularização do jornal - principalmente a partir da década de 1870 – e sua importância social na esfera do público e do privado. Assim, muitas das fontes aqui elencadas estão alocadas nesses periódicos. Graças às políticas de digitação de documentos, foi possível adentrarmos ao universo de ideias, sentidos e grafias dos oitocentos<sup>11</sup>, porém, salientamos que mesclamos estes textos originais com edições de organizadores contemporâneos sobre os mesmos. Compreendemos que tais ensaios ganharam tamanha relevância, pois havia uma organicidade que apontava o lugar de quem estava falando. Nesse sentido, nascia o crítico literário, que normatizou o seu método,

[...] em quatro instâncias: determinação do conceito de literatura; proposição de princípios e procedimentos para a análise de obras literárias; estabelecimento de critérios para a aferição do valor das produções literárias; consideração analítica de composições literárias, visando à estimativa de seus méritos estéticos.<sup>12</sup>

Examinando a metodologia adotada pelos críticos literários brasileiros no século XIX, o professor Roberto Acízelo traz a lume o caminho percorrido por estes na condução das percepções estéticas das obras literárias. Tal procedimento visava elaborar uma noção sobre o que seria uma “literatura nacional” (brasileira), pontuar normas e aferir a disposição do texto, sobretudo indagando a contribuição psicológica, mesológica e histórica da produção de um autor. Tudo isso era realizado com o objetivo de estabelecer um “juízo” sobre determinada escrita literária e com a intenção de normatizar as peculiaridades da literatura brasileira. Desse modo, essa prática alcunhada de *crítica tout court*<sup>13</sup> carregava em si as características pré-existent das Academias Literárias do século XVIII, que estabeleciam mais censuras do que estudos minuciosos dos livros e/ou escritores; as diferenças sublinhadas nos oitocentos é que, a partir do romantismo, houve uma preocupação na mensuração do texto e o registro desta operação não se processava mais na oralidade retórica, mas nos jornais, revistas de variedades e, principalmente, na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

---

128f, Uberlândia, 2012.

<sup>11</sup> Foram consultados os sites da: Biblioteca Nacional ( [www.bn.br](http://www.bn.br) ), principalmente a Hemeroteca Digital, IHGB ( [www.ihgb.org.br](http://www.ihgb.org.br) ), a Academia Brasileira de Letras ( [www.academia.org.br](http://www.academia.org.br) ), nesta última foi feita uma visita pessoal no período de 13 a 14 de dezembro de 2016 no arquivo dos acadêmicos. Além de artigos, dissertações e teses disponibilizadas em repositórios institucionais, Domínio Público ( [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br) ) e bibliografia utilizada de arquivo pessoal e da Biblioteca do Campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>12</sup> SOUZA, Roberto Acízelo de. A crítica literária no Brasil oitocentista: um panorama. In: CORDEIRO, Rogério et al. *A crítica literária brasileira em perspectiva*. Cotia: SP: Ateliê Editorial, 2013, p.14.

<sup>13</sup> Eram trabalhos dedicados à apreciação de obras ou escritores específicos, modalidade que, por sua vez, comporta diversas gradações, segundo o investimento analítico maior ou menor. SOUZA, Op. Cit., p. 15.

Ainda segundo Souza, esses pressupostos operacionais, ao estabelecer valores estéticos, auxiliavam na formulação de uma história da literatura brasileira ao nomear a “cor local” como princípio vital para a “autenticidade” e o caráter da desta escrita. Neste sentido, essa demarcação auxiliava na construção da nacionalidade que a Casa de Bragança instituiu no país, tanto que a “crítica literária era programa de curso (retórica e poética) do antigo bacharelado em ciências e letras do Colégio Pedro II”<sup>14</sup>. Dessa forma, essa submissão no ofício da crítica a tornou uma negação à heurística, ou seja, não havia a elaboração de uma teoria sobre a literatura, mas edificações de pontos-de-vista sobre o que era literatura brasileira naquele contexto. Esse “regulamento” seria fragmentado a partir de 1870 com o término de prólogos dos romances e o nascimento de dualismos (impressionismo x cientificismo), protagonizado, entre outros pensadores, por Medeiros e Albuquerque e Silvo Romero, José Veríssimo, respectivamente<sup>15</sup>.

Diante dessa mudança de direção, a crítica literária passou, não somente, a debater sobre estilos, mas a instruir o rumo, o caminho que os escritores deveriam ir e perseguir sobre o fazer literário - essa particularidade teria em Machado de Assis o seu maior expoente<sup>16</sup> - embora, ainda houvesse uma preocupação em formar o “gosto” do público, o papel do crítico assumiu um valor propedêutico em relação à formação do próprio escritor, o que prevalecia não era a “cor local”, mas uma perspectiva analítica da sociedade em questão. Desta forma, há um acirramento de polêmicas literárias envolvendo diversos intelectuais<sup>17</sup>. Inserido neste contexto, Machado de Assis problematiza a aporia da nacionalidade na literatura: para o escritor, aquela não se resumiria numa espécie de levantamento “real” das primeiras manifestações literárias e nem na legitimação de um pretérito virtuoso, mas na definição de seu próprio lugar na sociedade coeva, ou seja, o seu presente. Supondo essa evidência, observa-se que havia nesse campo de disputas uma narrativa de estrutura do tempo, o passado funcionaria como o atualizador do presente e, neste sentido, serviria de elemento unificador do projeto político de nacionalidade.

Desse modo, a discussão sobre a literatura brasileira não estaria somente na pauta dos literatos e/ou críticos: a mesma faria parte da agenda da instituição monárquica que almejava, através da criação de símbolos, a verberação de sua legitimidade. Nomeada como

---

<sup>14</sup> SOUZA, Roberto Acízelo de. A crítica literária no Brasil oitocentista: um panorama. In: CORDEIRO, Rogério et al. *A crítica literária brasileira em perspectiva*. Cotia: SP: Ateliê Editorial, 2013, p.18.

<sup>15</sup> Idem, ibidem, p.23.

<sup>16</sup> Cf. FÁRIA, João Roberto. *Ideias teatrais: o século XIX no Brasil*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2001.

<sup>17</sup> Cf. COUTINHO, Afrânio (org.). *A polêmica Alencar-Nabuco*. Brasília: EDUNB, 1975.

disciplina no século XIX<sup>18</sup>, a literatura tomou espaço e legitimidade no Brasil a partir dos anos 1830. Constituída após os desdobramentos da emancipação política de 1822, o campo literário foi sendo aglutinado a uma promoção formadora da identidade nacional. Isso foi se arregimentando pois, se no início do Primeiro Reinado (1822-1831), “ser brasileiro”<sup>19</sup> implicava na negação ao português, operava-se naquele instante o corpo político, que buscava elementos seminais na formação de uma cultura que contribuiria na construção do Estado-nação. Desse modo, fazia-se necessário edificar imagens, símbolos, instituições, que respondessem em certa medida a um *novum* e, sobretudo, forte império instalado na América<sup>20</sup> que, por conseguinte, não se furtaria a concorrer lado-a-lado com os países europeus na inserção da civilização preconizada no limiar do século XIX.

Essa narrativa foi, portanto, se inserindo peremptoriamente nos primeiros anos do Governo de D. Pedro I. Além do sentimento de antilusitanismo, que dominava o imaginário social, as festas que o Imperador concedia alinhavavam alegorias em torno de sua figura e de sua memória, suscitando ensejos por uma inserção do país num quadro de tradição, onde o heroísmo de uma *persona* foi ponto fundamental para a libertação e nascimento de uma nação desenvolvimentista. Daí a importância de datas comemorativas, pois esses “marcos” “[...] são estratégias de negociação que organizam a leitura do passado”<sup>21</sup>, e sublinham uma história virtuosa de uma nação independente e grandiosa. Essa prática sofreu um hiato após 1831. A

---

<sup>18</sup> Vale ressaltar que até o século XVII, a literatura não tinha prestígio social. A mesma também não tinha esse caráter de escritos ficcionais (prosa, a poesia era denominada de eloquência), a prática que prevalecia era obras de ensinamentos religiosos e de ofícios de armas. Esse quadro mudaria a partir de 1635, na França onde o primeiro-ministro de Luís XIII, Cardeal Richelieu, promoveu o surgimento das primeiras Academias e Salões de ciência e de cultura e consequentemente, colaborou para a promoção social da figura do literato, pois também era interesse do Governo absolutista acoplar a literatura como argumento de legitimidade de sua prática política. Para maiores detalhes, sugiro a leitura de BOLOGNINI (Org.). *História da literatura: o discurso fundador*. Campinas, SP: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ABL); São Paulo: Fapesp, 2003, p.12-15.

<sup>19</sup> As disputas políticas entre Brasil e Portugal advinham desde 1820. Para a Metrópole, Pedro de Alcântara deveria retornar a pátria-mãe e juntamente com as cortes conduzir uma recolonização à “antiga” colônia. Obliterada essa opção e implementada a independência, D. Pedro I coroado imperador em dezembro de 1822, enfrentou dissidências em relação a própria configuração de regime político que deveria prevalecer – Monarquia Constitucional ou República?! – suplantado essas alternativas e após o fechamento da Constituinte em 1823, é outorgada no ano seguinte a Constituição brasileira, que delega ao jovem Monarca plena autonomia através da Poder Moderador. Tal atitude ocasionou para certos segmentos sociais descontentamento e provocou concomitante uma agenda em que a discussão de “liberdade” e “causa nacional” estavam na pauta por uma separação definitiva (política-ideológica) de Portugal. Cf. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

<sup>20</sup> Maria Lígia Coelho Prado destaca na sua tese de Livre-docência, que há uma dificuldade em estabelecer estudos sobre o Brasil dos oitocentos no contexto de ideias políticas e de pós-independência dos demais países do continente Americano. Essa “resistência” em enquadrar essa “comparação”, distancia em certa medida, que ambos foram espoliados pelos seus exploradores, porém há elementos que os aproximam nas teses sobre a formação do Estado Nacional, principalmente, a literatura e a natureza. Cf. PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: Tramas, telas e textos*. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

<sup>21</sup> SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: Entre a Monarquia e a República*. 2ª. ed. Goiânia: Editora UFG, 2011, p. 15.

abdição do imperador e seu retorno a Portugal, ocasionou insurreiões em algumas províncias. Porém, o aparato burocrático estatal e o exército conseguiram obliterar estas ações no intuito de manter o controle político-econômico de todo o território.

Concomitante a essa questão que se concretizou ao longo da década de 30 dos anos 1800, o desejo e, principalmente, o projeto por uma identidade nacional foi angariando espaço e sustentação nas franjas do regime imperial. Desse modo, as operações discursivas se voltaram para a escrita de uma história onde os eventos selecionados endossariam o fortalecimento de um país emancipado, normatizando uma ordem – não no sentido político de autoridade – que apregoasse uma sucessão natural de virtudes casuísticas, levando à consagração da instituição monárquica no Brasil. Assim, a formação do Estado-nação foi se consolidando, pois fazia-se necessário criar imagens de tradição e símbolos que assegurassem a legitimidade do regime imperial num país fora da Europa, que ainda possuía a prática do tráfico negroiro<sup>22</sup>.

A implementação de uma cultura política surgiu como um instrumento de ação desse projeto. A ausência de elementos históricos, semelhantes ao Ocidente, criava uma amálgama de descrédito em relação à própria posição política do país no continente americano. Uma das “saídas” encontradas para essa questão foi alicerçar a literatura brasileira a um passado de longa duração, prefigurando em seu enunciado valores heurísticos, colocando-na num mesmo grau de civilização das demais literaturas. Desse modo, esse intento “coincidiu” com o advento do Romantismo no país; *personas* como Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, José de Alencar, entre outros, tomaram o protagonismo de cena e instigaram a levar à literatura a um cenário próprio: a “cor local”. Tal alcunha serviu de baliza para a sedimentação da ideia de uma identidade não forjada, mas alinhavada em virtudes naturais de um pretérito atualizado.

Contumaz a essa questão, essa tese se propõe a discutir, a partir dos ensaios machadianos, em que medida a literatura seria o simulacro de nacionalidade que se almejava instituir. Dentro do passado literário estaria inserido o palimpsesto da identidade brasileira? E quem teria a função social de “instituir” a discussão sobre a literatura brasileira? O Estado? O literato e/ou crítico? Para Machado de Assis, qual seria o papel do crítico literário num país que almejava alcançar uma identidade? Desta maneira, esta tese suscita a seguinte questão: se havia uma legitimação do presente auspicioso com a Monarquia, por que a necessidade de atualizar o passado? Dentro dessa proposição, por que cabia à literatura ser a arte condutora

---

<sup>22</sup> Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas da imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

da nacionalidade? Por que Machado de Assis atribuiu a estes ensaios uma espécie de esboço para o debate *de e sobre* a literatura brasileira nesse contexto? Qual o grau de sua crítica provocativa?

Partindo destas indagações, há na historiografia<sup>23</sup> diversos trabalhos que versam sobre o período. Em certa medida, ao tratarem desta temática, muitos direcionaram seus apontamentos para o campo das ideias políticas e, neste ínterim, incorporam axiomas diversos, tais como a economia, a ciência, o liberalismo, a modernidade e, principalmente, a nódoa social do Brasil dos oitocentos: a escravidão. A inserção da cultura política, sobretudo a da literatura, se fixa no paralelismo daqueles discursos, se situando ou como apêndice da criação do IHGB ou nos antagonismos denotados a partir de 1870 com o advento do “bando de ideias novas”<sup>24</sup>.

Sendo assim, assinalo que esta tese não busca desconstruir tais referências, visto que, as mesmas fazem parte da pesquisa apresentada; porém empreendemos neste escopo um *modus operandi* diverso do que, casualmente, se operacionaliza para se debater aquela questão, ou seja, o procedimento investigativo se dá por fontes inseridas em jornais, revistas, sobretudo porque estas colocam a literatura no cerne político da temática. Nesse sentido, elegemos os textos de crítica literária de Machado de Assis como ponto de reflexão sobre o sentido da nacionalidade na literatura brasileira. Essa “escolha” não foi deliberada pela normatização do panteão literário, mas por ter sido esse autor objeto de estudo na dissertação de mestrado<sup>25</sup> - à qual defendi no PPGHI/UFU, no ano de 2012 - em que este tema apareceu de forma incipiente e, conseqüentemente, despertou-me o intento em aprofundar tal problemática para uma futura contribuição historiográfica. Nesse sentido, como já foi citado anteriormente, trabalharei com textos escritos em jornais e revistas. Isso se justifica pois a palavra escrita no século XIX era o púlpito da discussão dos problemas nacionais. Desse modo, não somente Machado de Assis será protagonista desse debate, mas outros atores

---

<sup>23</sup> ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002; CARVALHO, José Murilo. *A Construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Editora UNB, 1981; MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Squarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, Brasília: INL, 1987; RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A pátria e a flor: Língua, literatura e identidade nacional no Brasil (1840-1930)*. Tese (Doutorado em História). Campinas, 2002; SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroad: O Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: Ed. Da Unesp, 1999, entre outros.

<sup>24</sup> O esmerado trabalho de Ângela Alonso percorre esse caminho. Ao apontar os caminhos delineados pela “Geração 1870”, a autora suscita que havia nesse debate de ideias, a dicotomia romantismo/monarquia x realismo/república, que foram matizadas ao longo do processo de disputas políticas e simbólicas. Cf. ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Vale ressaltar que a expressão “bando de ideias novas” foi uma alcunha criada pelo crítico literário Silvio Romero (1851-1914).

<sup>25</sup> BORGES, Luciana Tavares. *Das crônicas do relojoeiro as narrações do conselheiro: Policarpo e Aires dois intérpretes da república brasileira*. Dissertação (Mestrado em História Social) 128f, Uberlândia, 2012.

sociais (literatos, críticos, políticos) serão chamados para o diálogo peremptório dessa pesquisa.

Impreterivelmente, é indispensável que, ao entrecruzar história e ficção, surgem algumas questões. Como dar credibilidade a um documento literário? Em que medida um texto publicado em jornais, revistas e prefácios de livros vai influir na escrita do historiador? Para Carlo Ginzburg, o historiador, assim como os poetas, tem um propósito fundamental: “destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo”<sup>26</sup>. Tal afirmação parece denotar que há uma diferença entre o *métier* dos dois sujeitos sociais. Entretanto, há nessa assertiva uma provocação, pois o professor italiano, no desenvolvimento de seu argumento, assinala que a escrita do historiador, mesmo almejando uma evidência de verdade, pode cometer um embuste ao se distanciar da problematização da fonte e, assim, anular o procedimento de investigação, registrando uma escrita próxima a ficção (falsa)<sup>27</sup>.

Ginzburg, “alerta” para esse cruzamento, pois a intenção do historiador não pode se resumir “ao que foi dito”, mas “ao que pode ter sido dito”. Neste ínterim, faz-se necessário operar os documentos ao rastro do tempo (leitura de época) e figurar o efeito signo (ambiente social, cultural) na construção da representação do passado<sup>28</sup>. Tal método deve ser rigoroso pois, ao lidar com fontes literárias, deve-se ter em mente o significado das normas estéticas e sobretudo a recepção<sup>29</sup> destas na elaboração da mentalidade social do período delimitado pela pesquisa. Diante deste quadro, ao buscarmos o debate desses textos, procuramos evidenciar o que os mesmos se propunham no debate da nacionalidade<sup>30</sup>, principalmente na apreensão da estrutura do tempo, pois,

[...] observa-se, nesses séculos, uma temporalização da história, em cujo fim se encontra uma forma peculiar de aceleração que caracteriza a nossa modernidade. Nossas indagações serão dirigidas à especificidade do assim chamado início dos tempos modernos. Para isso, nos limitaremos à perspectiva que se descortina a partir daquele futuro concebido pelas

<sup>26</sup> GUIZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.14.

<sup>27</sup> Idem, Ibidem, p. 93.

<sup>28</sup> Cf. RICOEUR, Paul. O entrecruzamento da História e da ficção. *Tempo e Narrativa* – Tomo III. Tradução Roberto Leal Ferreira; revisão técnica Maria da Penha Villela-Petit. Campinas, SP: Papyrus, 1997, p.319-321.

<sup>29</sup> Cf. GUMBRECHT, Hans Ulrich. História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida? In: OLLINTO, Heichum Krieger. *Histórias de literatura* – As novas teorias alemãs (Org.). São Paulo: Editora Ática, 1996, p.223-239.

<sup>30</sup> Elencamos também o bom trabalho de Benedict Anderson sobre a origem dos nacionalismos. Para este autor, a imprensa, a língua, os museus foram pontos fundamentais para a incorporação de uma identidade “imaginada” e não inventada das nações. ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

gerações passadas; dito mais precisamente, a partir do futuro passado<sup>31</sup>.

Ao apontar sobre sua metodologia de pesquisa, Reinhart Koselleck acentua que o estudo do tempo histórico não se dá apenas por uma única via, isto é, o mesmo ocorre por meio de várias composições. Daí que não pode se afirmar uma datação “correta”, pois o tempo não é determinado por uma cronologia dimensional, mas por uma construção cultural e semântica<sup>32</sup>, sendo o tempo, neste contexto, um organismo não datado mas mensurável pelas categorias dos sistemas formulados pela representação histórica que se busca instituir. Aqui, as categorias “experiência” e “expectativa” se constituem, respectivamente, entre passado e futuro confluindo, deste modo, para um determinado tempo histórico.

Amparado por esse referencial teórico, essa tese buscará, através dessa espessura de tempo, problematizar em que medida a aporia da nacionalidade da literatura estaria em consonância com a narrativa de cultura política do Brasil dos oitocentos. Assim sendo, a escrita aqui proposta foi arquitetada em três capítulos: no primeiro, “Machado de Assis no debate sobre a institucionalização do passado na formulação de uma literatura brasileira”, irá discorrer sobre o surgimento dos incipientes textos voltados à historiografia literária e suas ressonâncias no surgimento do Romantismo, na criação do IHGB (como instituição condutora da memória e da história que se deliberava no século XIX) e, principalmente, debater as relações da Monarquia com alguns escritores (Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias), na tentativa de afirmação de um passado literário virtuoso, dialogando com o ensaio “*O passado, o presente e o futuro da literatura*” de Machado de Assis, em que a crítica a essa prática à literatura está presente.

Já no segundo capítulo, intitulado “A pedagogia machadiana e o papel do crítico frente a uma literatura social”, procura discutir o texto *Ideal do Crítico*, do bruxo do Cosme Velho, publicado no *Diário do Rio de Janeiro* em outubro de 1865. Esse texto serviu como uma dose propedêutica para apontar qual o verdadeiro papel do crítico já que, naquele momento, havia uma solidificação do historiador da literatura<sup>33</sup>.

Nesta conjuntura, o passado já havia sido “atualizado”, coexistindo ainda uma

<sup>31</sup> KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.

<sup>32</sup> KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.

<sup>33</sup> MELO, Carlos Augusto de. *A formação das histórias literárias no Brasil: as contribuições de cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876), Ferdinand Wolf (1796-1866) e Sotero dos Reis (1800-1871)*. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária), Campinas, 2009.

necessidade em “educar” o gosto do público a uma literatura sistematizada e evolutiva, já que havia um anseio para o projeto de civilização no país. Concomitante a essa perspectiva machadiana, iremos trazer o texto de Macedo Soares sobre o fazer literário dos oitocentos e sua consequente congruência de pensamento em relação ao bruxo do Cosme Velho sobre a situação da literatura brasileira.

No terceiro e último capítulo, “ Machado de Assis, a crítica e as polêmicas” trabalharemos dois ensaios: *Notícia atual da literatura brasileira: instinto de nacionalidade e A nova geração*, lançados respectivamente em 1873 e 1879. O primeiro faz um “balanço” até aquele momento da poesia, do romance, do teatro e da língua. Neste “famoso” texto de Machado de Assis, o problema da nacionalidade da literatura se faz mais evidente, pois na década de 1870 se formou as ideias assimétricas de civilização/progresso/realismo x atraso/monarquia/romantismo. Desse modo, a identidade literária estava no centro da disputa. Polêmicas, (Joaquim Nabuco e José de Alencar) ganharam notoriedade e mais do que isso, *a imprensa*. Portanto, esperamos que essa tese possa contribuir em alguma medida com a discussão da cultura política do Brasil do século XIX e que o leitor, ao adentrar neste trabalho, possa caminhar curiosamente com as *cousas* do passado e do presente sobre a literatura oitocentista.

## Capítulo 1 – Machado de Assis no debate sobre a institucionalização do passado na formulação de uma literatura brasileira.

*A Grécia deixou mendigar o cantor das suas glórias – o selo de todos estes reis, que adornam o céu límpido, o céu da poesia, o criador da mais bela parte da sua história, e daí todas as mais nações seguiram este exemplo de vergonha e de ignomínia!*

ASSIS, J.M. Machado de. A poesia. In: AZEVEDO, Sílvia Maria; DUSILEK, Adriana; CALLIPO, Daniela Mantarro (Orgs.) *Machado de Assis: Crítica literária e textos diversos*. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p.55 (Publicado originalmente no jornal *Marmota Fluminense*, 10 de junho de 1856).

*O passado está em seu presente, assim como também o futuro. Nada transcorre neste mundo, no qual persistem todas as coisas, quietas na felicidade de sua condição.*

BORGES, Jorge Luís. História da eternidade. *Obras Completas de Jorge Luís Borges*, volume I. São Paulo: Globo, 1998, p. 389.

### 1.1 – O tempo histórico-literário como tradição.

Alvorecer de um tempo novo, consolidação de um tempo político. Na década de 1850, o Brasil apresentava-se como um país fortalecido pela centralização arregimentada pelo Estado Imperial, tanto em questões territoriais quanto em predomínio governamental, representado pela *persona* de d. Pedro II (1825-1891). A materialização daquilo que se denominou de Estado Saquarema<sup>1</sup> foi sendo construído a partir da emancipação do país em 1822. A ideia-força da independência foi sendo obliterada pela entrada de uma nova imagem: a formação do Estado-nação, sobretudo após a abdicação de d. Pedro I (1831) e o conturbado período regencial (1831-1840), em que várias províncias engendraram não somente lutas por autonomia política, mas concomitante a esse processo, buscavam se inserir nas discussões e participações do núcleo do poder<sup>2</sup>.

Sublinhando ainda essa edificação da nacionalidade, foi empenhado um projeto que movesse símbolos, palavras, instituições que, uma vez aglutinadas, serviriam enquanto pilares para a solidificação da cultura política do Segundo Reinado (1840-1889). Nesse sentido, era necessário fundar uma tradição, uma genealogia do país. As artes e, principalmente, a literatura, responderiam a essa inspiração: seriam as certidões de nascimento do Brasil. Do passado colonial, importava o primado das primeiras manifestações artísticas, isso porque tais evidências se somariam à ideia que havia na jovem nação, uma herança ímpar – mesmo que filha do Ocidente – de uma cultura nacional.

Desse modo, a literatura seria um documento que validaria esta proposição, pois nossos primeiros poetas árcades (Santa Rita Durão e Basílio da Gama) promoveram uma inserção de valores estéticos e morais numa figura mítica, do qual o movimento Romântico vai preconizar como algo genuinamente brasileiro: o índio. Diante de tal constatação, esse capítulo procurará apresentar em que sentido essa institucionalização do passado literário colaborou na formulação da nacionalidade brasileira, problematizando as matrizes discursivas que levaram, ao longo dos oitocentos, a polêmicas e celeumas em torno do que é a literatura brasileira.

---

<sup>1</sup> Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, Brasília: INL, 1987.

<sup>2</sup> Estas revoltas ocorreram nas “ [...] províncias, desprezadas pela Corte curtindo o exílio dentro do país e insatisfeitas com a Regência, reagem, não para se separar ou tornar-se independentes situação reclamada ou imposta como tácita de luta sob a promessa de retorno à união, uma vez vencedora a causa – mas para gozar de maior proteção do centro”. FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1977, 4ª ed. V.1,p.320-321.

### 1.1 – (In) definições de origem sobre a historiografia literária

As alterações em torno da literatura brasileira ganharam a imprensa. O campo jornalístico passou a ser o lugar privilegiado em relação a tais questões. Jornais e revistas seriam o *locus* de referência para que críticos e/ou literatos, jornalistas, entre outros pensadores, pudessem expor suas análises, suas obras, ou apresentarem para o leitor um panorama sistemático da literatura nacional. Tais narrativas foram sendo construídas na pretensão de elaborar um tempo novo, em que a literatura no país estaria caminhando rumo à civilização (mas sem rasurar o seu passado peculiar de formação).

Acompanhando essa discussão, Machado de Assis publica no jornal *A Marmota*<sup>3</sup> o ensaio *O Passado, o presente e o futuro da literatura*<sup>4</sup>. Neste, há uma mensuração postulada em avaliar, nas categorias do tempo, a situação da incipiente literatura brasileira. Tal verificação poderia servir de baliza na afirmação que o jovem escritor carioca estava traçando, uma espécie de linearidade na discussão do desenvolvimento literário no Brasil. Porém, não se pode apreender esta assertiva como via única de problematização, pois Machado de Assis buscava o inverso desta proposição: para o nosso autor, havia uma questão incisiva no debate sobre a identidade da literatura brasileira: o seu presente.

Essa evidência será uma premissa constante nos textos críticos machadianos, isto porque o que estava posto era a negação de uma história literária brasileira, cujo enredo estava impregnado de um passado produzido por marcos e símbolos. Nesse sentido, essa acepção questiona normas e julgamentos estabelecidos sobre autores/obras nos períodos delimitados pois, para o bruxo do Cosme Velho, ao incorrer nesta fórmula, a definição de nacionalidade torna-se uma prerrogativa absoluta e anula-se, assim, a própria definição de literatura. Essa arguição colocada por Machado de Assis vai aparecendo no ensaio como um palimpsesto, pois a composição do texto, à primeira vista, remete a uma analogia ao panorama da literatura no Brasil,

---

<sup>3</sup> A Marmota foi um jornal de variedades fundado pelo tipógrafo-editor Francisco de Paula Brito em 1849, no Rio de Janeiro. Havia duas edições por semana e circulou de forma sistemática até 1861, sendo certo que houve números esparsos ainda em 1864. Cf. SIMIONATO, Juliani Siani. *A Marmota e seu perfil editorial: contribuição para edição e estudo dos textos machadianos publicados nesse periódico (1855-1861)*. Dissertação – (Mestrado em Ciências da Comunicação). São Paulo: ECA/USP, 2009, 301f. Para maiores detalhes sobre o papel de Paula Brito nas publicações da literatura oitocentista, sugiro GODOI, Rodrigo Camargo. *Um editor no Império*. Francisco de Paula Brito (1809-1861). São Paulo: EDUSP, 2017.

<sup>4</sup> Este ensaio foi editado nos dias 9 e 23 de abril de 1858. Quero salientar que o original dessa publicação se encontra digitalizado na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em HTTP<<< [www.bn.br](http://www.bn.br)>>> acesso em 12 dez. 2016. Também utilizamos na pesquisa a obra de AZEVEDO, Sílvia Maria; DUSILEK, Adriana; CALLIPO, Daniela Mantarro (Orgs.) *Machado de Assis: Crítica literária e textos diversos*. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

A literatura e a política, estas duas faces bem distintas da sociedade civilizada, cingiram como uma dupla púrpura de glória e de martírio os vultos luminosos da nossa história de ontem. [...] A poesia de então tinha um caráter essencialmente europeu. Gonzaga, um dos mais líricos poetas da língua portuguesa, pintava cenas da Arcádia, na frase de Garret, em vez de dar uma cor local às suas líras, em vez de dar-lhes um cunho puramente nacional<sup>5</sup>.

A remissão ao passado e a elevação da independência foram introduzidas como um sinal de crítica ao lugar-comum constituído pelos primeiros formuladores da historiografia literária brasileira. Nesse sentido, não se poderia tomar a emancipação política do país em 1822 como o ponto de partida para a nascente literatura nacional, visto que as mesmas se tencionaram entre o sucesso e o fracasso e, mesmo os poetas setecentistas, não conseguiram lograr uma poesia da cor local nas suas escritas influenciadas pelas líras europeias. Diante de tal diagnóstico, Machado de Assis levanta a hipótese de que essas conjecturas formaram uma justificativa e uma teoria, no intuito de contornarem uma equação simples e autêntica sobre a literatura brasileira: sua origem. Dessa forma, o passado seria o lugar privilegiado, o simulacro da nacionalidade pois, diante das adversidades, das lutas políticas e de seu êxito, foram peças fundamentais para que houvesse manifestações literárias “verdadeiras” no Brasil.

Essa “obviedade” lançada, escondia a aporia sobre a literatura brasileira: o seu presente. Esta fuga, ou melhor, essa assimilação fácil, foi aglutinada pelos incipientes textos fundadores, que colocaram no seu cerne de discussão o problema da cronologia literária no Brasil. Nomes como Friedrich de Bouterwek (1765-1828), Jean-Charles-Léonard Simonde de Sismondi (1773-1842), Ferdinand Denis (1798-1890), entre outros<sup>6</sup>, foram consagrados autores que buscaram apresentar uma narrativa histórica da literatura do país. Desse modo, esses artífices conquistaram um lugar de destaque, passando à condição de precursores em se tratando dos estudos da literatura brasileira pois, em grande parte, colocaram em expressão o que era local e o que advinha de Portugal e da Europa como um todo. Assim, criaram arranjos estéticos, morais, políticos e pictóricos sobre o quadro da

<sup>5</sup> ASSIS, J.M. Machado de. O passado, o presente e o futuro da literatura. *A Marmota*, 9 de abril de 1858, p.1. Disponível em [Http <<< www.bn.br >>>](http://www.bn.br) acesso em 12 dez. 2016

<sup>6</sup> Além desses autores citamos: Almeida Garrett (1799-1854), C. Schlichthorst (?), José da Gama e Castro (1795-1873), Alexandre Herculano (1810-1877) e Ferdinand Wolf (1796-1895). Cf. CÉZAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do romantismo*. 1 – A contribuição europeia: crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978; ZIBERMAN, Regina, MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do Cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998; CÂNDIDO, Antônio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/SP, 2002.

literatura no país, cindindo o espólio colonialista que ainda permanecia arraigado na cultura da sociedade.

Um dos primeiros a realizar essa tarefa de sistematizar a historiografia literária foi Friedrich Bouterwek. Nascido em Oker, Alemanha, teve sua formação em Hanôver, Berlim e Göttingen, onde também exerceu a docência de literatura geral, conseguindo em 1802 tornar-se catedrático de Filosofia<sup>7</sup>. Nesse período, rompe com o idealismo kantiano ao enveredar pelas ideias da corrente realista, defendidas por seu contemporâneo Friedrich Heinrich Jacobi (1743-1819). Amparado nessa linha heurística de pensamento, Bouterwek publica em 1801, a sua obra monumental, *História das Artes e das Ciências desde a época de sua reconstituição até o final do século XVIII elaborada por uma sociedade de homens eruditos*. Compreendida em 12 volumes, a obra foi finalizada dezoito anos depois e tinha a pretensão de apresentar um balanço das artes, da literatura europeia desde o Renascimento até aquele momento<sup>8</sup>.

Inserida neste escopo, em 1805, *A História da Literatura Portuguesa* é lançada. O referido Tomo possui relevância por apresentar dois expoentes da incipiente literatura brasileira: Antônio José da Silva, o judeu (1705-1739) e Cláudio Manuel da Costa (1729-1789). Este último ocupou um destaque especial no exame de Bouterwek, principalmente por operar uma poesia “sem exageros e adornos fantásticos, unidos à cordialidade dos sentimentos de Petrarca”<sup>9</sup>.

Dessa forma, o poeta mineiro enquadra-se a um estilo universal e genuíno da eloquência<sup>10</sup> pois, ao incorporar aquelas características, o poeta se coloca numa estética ecumênica que se quer justaposta às questões locais, fundamentando uma identidade da cultura nacional. Nesse sentido, além de se inserir num lugar canonizado, Cláudio Manuel da Costa coloca a literatura brasileira no quadro de nacionalidade que, até então, inexistia.

Observa-se, a partir dessa perspectiva adotada por Bouterwek, que havia no Brasil uma literatura fundada numa tradição ocidental, ou seja, a singularidade apresentada por

<sup>7</sup> Para maiores informações sobre a biografia de Bouterwek sugiro a obra citada, CÉZAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do romantismo*. 1 – A contribuição européia: crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978 e BOLOGNINI, Carmem Zink (Org.). *História da Literatura: o discurso fundador*. Campinas, SP: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ABL); São Paulo: FAPESP, 2003.

<sup>8</sup> Vale ressaltar que para compor tal empreitada, Bouterwek se ancorou em dois aspectos de análise: 1) Filológico-bibliográfico (identificar, listar e comentar o conjunto das obras existentes) e o 2) Filosófico- crítico, que se baseia no recurso a trabalhos críticos já existentes nos quais se definiram as melhores obras de um gênero, um país ou uma época. Cf. BOLOGNINI, Carmem Zink (Org.). *História da Literatura: o discurso fundador*. Campinas, SP: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ABL); São Paulo: FAPESP, 2003, p.50.

<sup>9</sup> BOLOGNINI, Carmem Zink (Org.). *História da Literatura: o discurso fundador*. Campinas, SP: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ABL); São Paulo: FAPESP, 2003, p.132.

<sup>10</sup> Para Bouterwek o termo eloquência equivale-se a literatura. Cf. BOLOGNINI, Carmem Zink (Org.). *História da Literatura: o discurso fundador*. Campinas, SP: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ABL); São Paulo: FAPESP, 2003, p. 49.

Cláudio Manuel da Costa apontava para uma verdade poética<sup>11</sup>, que tinha um modelo clássico a ser seguido, mas não copiado. Desse modo, essa poesia pertencia a um tempo ilustrado em que a virtude estaria associada ao sentimento lírico herdado da Antiguidade. Daí, a referência presente a Francesco Petrarca (1304-1374). Essa imagem do passado consagrado (virtuoso) colocava a literatura brasileira num processo histórico de continuidade, da qual muitos países já traziam em sua natureza. A tese de Bouterwek é vista dessa forma, como um registro daquela acepção, pois o elogio ao poeta mineiro denota um juízo estético moralizador apto para conduzir os princípios discursivos da historiografia literária vigente ao projeto político de escrita da História Moderna do Brasil oitocentista.

Essa consonância foi se notabilizando, sobretudo, na fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1838), em que um dos pontos de sua pauta era normatizar uma narrativa da história do país e, principalmente, colocar-se como o guardião da memória da jovem nação<sup>12</sup>. Certamente, esse propósito foi ganhando fôlego e disposição mental para sua concretização. Anteriormente a esse cenário, outro autor estrangeiro publicou suas impressões sobre a literatura da antiga Terra de Santa Cruz. Em 1826, Jean Ferdinand Denis<sup>13</sup> apresenta o *Résumé de L'Histoire Littéraire du Portugal, suivi du Résumé de L'Histoire Littéraire du Brésil*<sup>14</sup>, considerada obra de grande influência para o movimento romântico, esta “[...] foi a primeira publicação a separar a literatura que se fazia no Brasil daquela que se produzia em Portugal”<sup>15</sup> ou nas palavras de Guilhermino César “[...] foi o primeiro a tratar do nosso processo literário como um todo orgânico”<sup>16</sup>. Dividido em oito partes, o *Resumo* aproximava

<sup>11</sup> BOLOGNINI, Carmem Zink (Org.). *História da Literatura: o discurso fundador*. Campinas, SP: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ABL); São Paulo: FAPESP, 2003, p. 132.

<sup>12</sup> Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. São Paulo: Annablume, 2011. Queremos ressaltar que no desenvolver do trabalho, desenvolveremos mais discussões sobre o IHGB.

<sup>13</sup> Natural de Paris, França, Ferdinand Denis veio ao Brasil em 1816. Permaneceu por três anos e tornou-se amigo de Nicolas Taunay (1793-1864). Em sua passagem pelo país publica *Le Brésil ou Histoire, mœurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume*, a *Carta de Pero Vaz de Caminha* (1821), primeira versão em língua estrangeira e entre outras obras, lança *Scènes de la nature sous les tropiques et de leur influence sur la poésie* (1824) na qual estão dois de seus poemas mais conhecidos: “*Palmanes*” e *Os Maxacalis*. Para maiores detalhes sobre a biografia de Denis, consultar: ZILBERMAN, Regina. O *Resumo* de História da literatura, de Ferdinand Denis: história da literatura enquanto campo de investigação. *Veredas – Revista da Associação Internacional de Lusitanistas* (19). Disponível em <http://www.digitalis.uc.pt/pt-pt/node/106201?hdl=34566>. Acesso 23 jul. 2017.

<sup>14</sup> Usamos duas versões desse texto para a tese, a primeira, foi o original digitalizado e que está disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional <<<<http://www.obdigoal.bn.br/obdigoal2/acervo-digital/div-obrasraras/or90116.pdf> Acesso em: 14 dez. 2016. O segundo foi a tradução do mesmo, presente no livro de CÉZAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do romantismo*. 1 – A contribuição européia: crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

<sup>15</sup> ROUANET, Maria Helena. Ferdinand Denis e a literatura brasileira uma bem sucedida relação tutelar. In: ROCHA, João César de Castro. (Org.). *Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia* (colaboração, Valdeci Lopes de Araújo) Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, Topbooks, p. 105.

<sup>16</sup> CÉZAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do romantismo*. 1 – A contribuição européia: crítica e história

da ideia de uma literatura própria no seio da nação; entretanto, a semelhança da língua com a antiga metrópole, ensejava a criação de uma imagem autônoma. Assim, a natureza e o índio eram elementos legítimos para a formulação de uma dada identidade, pois,

O maravilhoso, tão necessário à poesia, encontrar-se-á nos antigos costumes desses povos, como na força incompreensível de uma natureza da América é mais esplendorosa que a da Europa, que terão, portanto, de inferior aos heróis dos tempos fabulosos da Grécia esses homens de quem não se podia arrancar um só lamento, em meio a horríveis suplícios, e que pediam novos tormentos a seus inimigos, porque os tormentos tornam a maior glória? [...] lamente as nações exterminadas, existe uma piedade tardia, mas favorável aos restos das tribos indígenas; e que este povo exilado, diferente na cor e nos costumes, não seja esquecido pelos cantos do poeta [...] <sup>17</sup>.

Enaltecer o sublime<sup>18</sup>, o natural, o nativo, passa a ser um critério adotado para evidenciar o caráter nacional da literatura brasileira. Na ausência de uma herança helenística e, sobretudo, uma cor local que evocasse um pretérito fabuloso, haveria na América uma “essência grandiosa” que, em extensão, se sobrepunha à europeia. Neste sentido, a natureza seria a sinonímia do arrebatador, do primoroso, que tinha em sua paisagem as peculiaridades ímpares de superioridade. O pitoresco passa a ser cunhado como o lugar definidor da nacionalidade, assim como o índio que, mesmo expurgado de sua terra, ainda era a imagem verdadeira desse país, não podendo ser visto apenas no campo do exotismo ou da piedade de alguns, mas como uma *persona* protagonista da epopeia histórica do Brasil. Desse modo, o poeta seria o condutor dessa genealogia, pois sua escrita não atestaria somente a lira do idílico, mas iria corporificar o registro social e histórico de um horizonte de nacionalidade que se busca instituir.

Essa compilação de ideias monta um direcionamento para a edificação de um passado cuja narrativa difere da efetiva subjugação que o país experimentou ao ser colônia de Portugal. Tal apontamento se evidencia quando o mesmo Denis afirma “L’Amérique enfin êue libre dans as põesie comme daus sou gouvernement”<sup>19</sup>, ou seja, a composição do corpo

---

literária. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, p. XXXII.

<sup>17</sup> Idem, Ibidem, p. 36-38.

<sup>18</sup> Para um estudo mais aprofundado das discussões estéticas sobre o sublime e o belo, sugiro a obra de BURKE, Edmund. *Investigação Filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e da beleza*. Tradução, introdução e notas, Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.

<sup>19</sup> DENIS, Ferdinand. *Résumé de L’ Histoire Litteraire du Portugal, Suivi du Résumé de L’ Histoire Litteraire du Brésil*, 1826, p.516. Disponível em: <<http://www.obdigoal.bn.br/obdigoal2/acervo-digital/div-obrasraras/or90116.pdf>> Acesso em: 14 dez. 2016. Tradução: “Enfim, a América deve ser livre tanto na sua poesia como no seu governo” CÉZAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do romantismo*. 1 – A contribuição europeia: crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, p. 36.

político emancipado após 1822 incorporou elementos sociais e culturais que também endossariam a separação em relação à antiga metrópole. Por isso, a necessidade de uma raiz própria da literatura e, consequentemente, sua independência. Tal via de interpretação propiciou, segundo Rouanet, [...] a aproximação do Brasil rumo ao processo de civilização”<sup>20</sup> e sobretudo, tutelaria um tempo em que o nacional estaria enraizado na cor local, pois sua matriz não era uma dissidência lusitana, mas uma *alma mater*, que não poderia ser negada e suprida de sua genealogia. Seguindo essa orientação propedêutica, o viajante francês, ainda postula no seu *Résumé*,

Le premier poème épique composé au Brésil, et pouissant de quelque renommée, a été inspiré par l'événement le plus poétique qui suivit la découverte de ce beau pays. Caramourou, dans lequel on rappelle les aventures d'un jeune Européen que le sort jette sur ces rivages, présente l'heureuse peinture du génie ardent et aventureux des Portugais de cette époque, mis en opposition avec la simplicité sauvage d'un peuple dans l'enfance.<sup>21</sup>

Ao iniciar o “Chapitre III”, Denis aponta para as primeiras manifestações literárias – ideia defendida por Antônio Cândido<sup>22</sup> – que ocorreram no Brasil setecentista. Desse modo, era inegável que o nome de José de Santa Rita Durão (1722- 1784) estivesse como um dos próceres desse movimento. Natural de uma localidade perto de Mariana (MG), o futuro frei agostinho teve sua formação básica com os jesuítas no Rio de Janeiro e, posteriormente, doutorou-se em Filosofia e Teologia pela Universidade de Coimbra, da qual ocupou uma cátedra de sua segunda especialização.

Em 1781, ainda em Portugal, lança *Caramuru*<sup>23</sup>, obra que, para Ferdinand, registra um fato histórico e, ao mesmo tempo, configura uma epopeia ao narrar a trajetória do português Diogo Álvares Côrrea que, após um naufrágio no litoral da Bahia, convive com os

<sup>20</sup> ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991, p. 147.

<sup>21</sup> DENIS, Ferdinand. *Résumé de L' Histoire Littéraire du Portugal, Suivi du Résumé de L' Histoire Littéraire du Brésil*, 1826, p.516. Disponível em: <<http://www.obdigoal.bn.br/obdigoal2/acervo-digital/div- obrasraras/or90116.pdf>> Acesso em: 14 dez. 2016. Tradução: “O primeiro poema épico escrito no Brasil, detentor de algum renome, inspirou-se no mais poético episódio que se seguiu ao descobrimento desse formoso país. O *Caramuru*, no qual se recordam as aventuras de um europeu jovem, lançado pelo destino àquelas praias, apresenta excelente pintura do espírito inflamado e aventureiro dos portugueses daquela época, em oposição, em oposição à simplicidade selvagem de um povo ainda na infância.” CÉZAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do romantismo*. 1 – A contribuição europeia: crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, p. 47.

<sup>22</sup> Cf. CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, v.2, 1993.

<sup>23</sup> A íntegra desse poema está disponível em: <http://www.obdigoal.bn.br/Acervo-Digital/Livros-eletronicos/caramuru.pdf>

índios Tupinambás (daí que recebe a alcunha, que leva o título do poema) e os ajuda na expulsão dos espanhóis que ali aportaram. Venerado por duas índias, Paraguaçu e Moema, casa-se com a primeira ao retornar à Europa e vê a segunda morrer afogada ao persegui-los em alto mar<sup>24</sup>.

Subjaz à compreensão que tal obra não se resume em compilar a trajetória do personagem português, mas denotar o valor que este representou do seu país no processo de colonização do Brasil. Tanto que a obra contém, em seu subtítulo, “poema épico da História da Bahia”, e segue o modelo camoniano ao ter em sua composição dez cantos, divididos em cinco partes: proposição, invocação, dedicação, narração e epílogo<sup>25</sup>. Todas essas características foram assimiladas por Denis em seu *Résumé*, visto que teceu inúmeros elogios à estrutura do poema mas, sobretudo atribuiu a este um documento histórico ao narrar a trajetória de um europeu (Diogo Álvares), numa terra em tenra idade, que ainda “necessitava” de um elemento civilizador que a conduzisse aos parâmetros de progresso do Velho Continente. Tais indícios foram denotados ao nomear as virtudes do nobre português: bravura, libertador, consolidador, amável. Daí que tal personificação de *ethos* político foi primordial para que o Novo Mundo saísse de seu estado selvagem e movesse seus primeiros passos rumo à cultura normativa do Ocidente.

Semelhante perspectiva de análise, Ferdinand atribuiu no capítulo seguinte ao comentar sobre o também poema épico *O Uruguai*<sup>26</sup> de José Basílio da Gama (1741- 1795). Nessa trama, o índio não é desprovido de inocência: ele é o inimigo que deve ser extirpado pelo branco (português e espanhol). Nesse sentido, a civilização aqui não é posta de forma conciliatória, mas pelo embate de duas forças em que um dos lados busca o predomínio político e territorial. Desmembrada em cinco cantos, essa obra ressalta uma das “principale circonstance historique de l’époque”<sup>27</sup>. Para Denis, a literatura brasileira se fez ao incorporar a cor local ao elemento nativo (índio), elencando em seu quadro pontos da história do país. Postulando esse método, o jovem francês não só particularizou a literatura nacional, como também a aproximou à tradição heurística e helenística da Europa<sup>28</sup>, contribuindo para uma a

<sup>24</sup> O pintor Victor Meirelles (1832-1903) retratou essa personagem com quadro homônimo em 1866. O mesmo se encontra exposto no Museu de Arte de São Paulo (MASP). Para maiores informações, consulte: [www.masp.art.br/masp2010acervo\\_detalheobra.php?id=357](http://www.masp.art.br/masp2010acervo_detalheobra.php?id=357)

<sup>25</sup> Entre outras referências sobre esse poema, cito esse importante artigo de RIBEIRO, Elzimar Fernanda Nunes. A representação do Brasil no poema épico Caramuru. Disponível em: [http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2009\\_gt\\_lt14\\_artigo\\_1.pdf](http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2009_gt_lt14_artigo_1.pdf)

<sup>26</sup> Cf. Disponível em: [http://www.objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/Livros\\_eletronicos/uruguai.pdf](http://www.objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/uruguai.pdf)

<sup>27</sup> Tradução livre: [...] principal circunstância histórica de época.

<sup>28</sup> Assim como Bouterwek, Ferdinand Denis caracterizou a poesia de Claudio Manuel da Costa sobre o estilo de Petrarca. Tal interpretação colaborou para a sedimentação da ideia de uma literatura autônoma, mas ao mesmo

escrita da história<sup>29</sup> que buscava se instituir no Brasil dos oitocentos.

Desse modo, o *Résumé* não é somente um documento sobre a literatura, mas um relato histórico que legitimou o discurso do tempo e da tradição, sobretudo colocando o passado num estado produtor de “virtudes do que uma curiosidade pitoresca”<sup>30</sup>, ou seja, este situou a relevância da natureza e do índio no horizonte da nacionalidade e do corpo político que se buscava instituir, deixando em segundo plano o perfil exótico do país. Essa assimilação foi se notabilizando, pois os desdobramentos da independência arregimentaram elementos que comungaram numa identidade baseada nas relações sociais e locais, tendo como resultado uma demonstração do que seria um “ser brasileiro”, vestígio do processo colonial português<sup>31</sup>. Esse movimento, notadamente, foi se intensificando durante toda a década de 1820, pois era preciso naturalizar um tempo que desfocasse a influência dos portugueses na formação do Brasil. Isso se dava, porque o sentimento de aversão ao “estrangeiro” (português) foi colocada como uma ação pragmática e soçobrada na obliteração dos resquícios de subordinação que o mesmo vivenciou por mais de três séculos.

Nesse sentido, o que se buscava era um passado em que a evidência de verdade não fosse restaurada, mas que esta fosse abjetada e secundarizada pela imagem ontológica de uma nação jovem e grandiosa que, na ânsia de suprir a “ausência” de uma narrativa estruturada num tempo longo e virtuoso, asseverava:

[...] imaginar é, como vimos, selecionar e obliterar, e é interessante pensar como, em meados do século XIX, em pleno Império, nos entendíamos como europeus ou no máximo indígenas (tupis de preferência), isso quando mais de 80% da população era constituída de negros e mestiços. Além disso, na representação oficial “esquecemos” a instituição escravocrata – espalhada por todo o país – e exaltamos a natureza provedora dos trópicos, como se o país fosse feito basicamente da imagem de sua flora exuberante<sup>32</sup>.

Ao diagnosticar que o projeto de nacionalidade do Brasil dos oitocentos se valeu da premissa dos valores naturais e do nativo, a antropóloga Lilia Schwarcz observa que essa “saída” foi bem endossada pelos discursos políticos elaborados a partir de 1830. Tal

---

tempo carregada de um passado virtuoso em que a natureza seria a condutora do quadro pictórico da nação. Para maiores observações sobre essa questão sugiro, ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

<sup>29</sup> Cf. ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991, p.168.

<sup>30</sup> ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 30.

<sup>31</sup> Cf. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj, 2002.

<sup>32</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 15-16.

movimento foi pressionado pela ideia-força de uma nação forte e soberana, que tinha como Governo uma dinastia europeia (Bragança e Bourbon) e que necessitava instituir uma ordem imperial. Essa normativa alinhavava vários discursos que soçobravam o pretérito de subordinação que o país passara<sup>33</sup> e elaborava um imaginário social que se revestia de uma sociedade pretensa à modernidade e a civilização.

Para intensificar esse panorama foi necessário não “inventar” mas levantar, entre as narrativas do passado, o (s) mito(s) e os “momentos” de fundação<sup>34</sup>. A construção desse regime temporal passou pela mobilização orgânica do Estado, pois havia, após o término do período regencial, uma arregimentação do território e o início, mesmo que ainda incipiente, do crescimento populacional e das cidades. A capital do império (Rio de Janeiro) possuía, em 1838, 134.078 habitantes. Cinco anos depois (1843), a mesma cidade constava nas estatísticas com “170.000 almas, das quais 60.000 eram “brasileiros por nascimento ou adoção”, 25.000 eram “estrangeiros de diversas nações” e 85.000, “escravos de toda cor e sexo”<sup>35</sup>. Diante desse quadro que estava se efetivando, foi elencado, entre outras ações, uma necessidade de se criar instituições e/ou imagens que legitimassem a unificação ideológica do império.

Desse ensejo, a elite política nacional necessitava, segundo o historiador José Murilo de Carvalho, de uma “ilha de letrados”<sup>36</sup> e, nesse ínterim, de uma cultura política que pudesse se associar a uma realidade ilustrada e vinculada a um passado mediado pelo *ethos* do mito e do idílico. A caracterização da literatura brasileira, responderia a princípio a esse preceito. A mesma seria uma “cápsula do tempo”<sup>37</sup> e, neste sentido, assumiria o papel de nacionalidade intrínseco ao país, pois sua validação (documento) corroboraria para a integração do método explicativo da identidade daquele Brasil dos oitocentos. Para completar essa amplitude, foi

<sup>33</sup> Para Mattos, o sentimento antilusitano foi preponderante, para que se constituísse no Segundo Reinado uma restauração e sobretudo uma expansão do monopólio político e econômico da classe senhorial. Desse modo, era necessário fortalecer uma imagem de uma nação sublime e inseri-la no contexto do capital internacional. Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, Brasília: INL, 1987, p. 76-77.

<sup>34</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 12.

<sup>35</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, Brasília: INL, 1987, p. 76.

<sup>36</sup> Para José Murilo de Carvalho, a ilha dos letrados foi a denominação dada para a elite aristocrática que impulsionou o aumento do ensino secundário e consequentemente o superior no Brasil, pois o país precisava ter suas próprias instituições educacionais solidificadas. Para maiores detalhes sugiro. CARVALHO, José Murilo. *A Construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Editora UNB, 1981, p.51-72.

<sup>37</sup> Essa tese foi desenvolvida por Valdeci Lopes. Para este historiador, a “cápsula do tempo” foi desenhada a partir das análises dos escritos literários de José Bonifácio (1763-1838) em que este denotava em suas odes, a importância da literatura e consequentemente a sua historiografia para a edificação da história do Brasil, pois o patrono da independência vi naquela a imagem sólida da identidade nacional. Cf. ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813- 1845)* São Paulo: Hucitec, 2008, p. 186.

mobilizada a criação de instituições que servissem a essas “camadas” da edificação da nacionalidade, entre elas, o IHGB, que teria como um dos pilares de sua sustentação a casa da memória nacional<sup>38</sup>, ponto este que será explicitado no próximo item.

### 1.3 – Tempo de memória e história literária na perspectiva machadiana.

Quando o cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846) fez o discurso de fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 21 de outubro de 1838<sup>39</sup>, estava ali não somente exaltando a necessidade do país de possuir uma instituição que se outorgaria a condição de guardião da memória nacional, mas aquele seria o fruto repositório de uma nação civilizada e ligada a um ciclo determinado de acontecimentos que lograram aquele momento, uma sessão especial de edificação de um tempo sublimado e evolutivo. Desse modo, havia uma ideia organizada em uma história do Brasil escrita sob o controle do Estado, pois tal exercício levaria à construção de uma memória eletiva para a nação, normatizando a historiografia dos oitocentos no país que, segundo avaliação de Januário, vivia um descompasso,

O coração do verdadeiro patriota brasileiro aperta-se dentro do peito quando vê relatados desfiguradamente até mesmo os modernos factos da nossa gloriosa independência. [...] A nossa história, dividindo-se em antiga e moderna deve ser ainda subdividida em vários ramos e épocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sábios investigadores da marcha da nossa civilização. [...] A fama dos grandes homens, rompendo as trevas da antiguidade, tem chegado à nós com os documentos de seus méritos acrisolados pela historia: ella assim premia a virtude muitas vezes perseguida, restituindo à veneração dos homens a memoria daqueles que della se fizerem dignos. [...] Porém, senhores, si em geral são estas as vantagens da historia, quaes não serão ainda nos levar a depurari-a de suas inexactidões, e a escrevi-a com essa atilada crítica que deve formar o caráter de um verdadeiro historiador?<sup>40</sup>

Ao denominar um método de trabalho para os historiadores, o secretário perpétuo do

<sup>38</sup> Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. São Paulo: Annablume, 2011.

<sup>39</sup> Disponível em <http://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107695-revista-ihgb-i.html>. Acesso em 12 dez. de 2016.

<sup>40</sup> Disponível em <http://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107695-revista-ihgb-i.html>. Acesso em 12 dez. de 2016. O corretor do Word, denota que há erros de grafia e de acentuação, mas diante do documento original, optei por mantê-lo incólume. Espero que o leitor possa apreciar.

IHGB<sup>41</sup> evidencia que aqueles se furtam de uma análise mais elaborada e coesa sobre o país. Isso é apresentado na menção posta sobre os “factos da nossa gloriosa independência”, deturpada até então, uma vez que esta não corresponderia aos auspícios suscitados antes e após a emancipação política. Hesitante nesta argumentação, Cunha Barbosa ainda afirma que deveria haver mais mensuração nas elaborações cronológicas e que fosse elencado no panteão os “notáveis”, homens que inscreverem as virtudes indelévels da história do Brasil. Diante dessa elucubração vertiginosa, era notório que havia uma pretensão de lograr à instituição recém fundada o papel de condutora legítima da historiografia brasileira<sup>42</sup> e sobretudo delimitar o lugar de Januário nesse processo de normatização do procedimento histórico.

---

<sup>41</sup> O cônego Januário Cunha Barbosa teve um papel importante na formação e na estruturação do IHGB. Defensor árduo do regime monárquico, foi nomeado secretário perpétuo do Instituto. Além dessa função, o mesmo organizou a publicação da primeira Revista, entre outros trabalhos. Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. São Paulo: Annablume, 2011, p.45.

<sup>42</sup> Segundo Lúcia Guimarães, muitos estudiosos denotam que esse discurso de Januário Barbosa é considerado um texto seminal e determinante para a formação da escrita da história moderna do Brasil dos oitocentos. Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. São Paulo: Annablume, 2011, p.65.

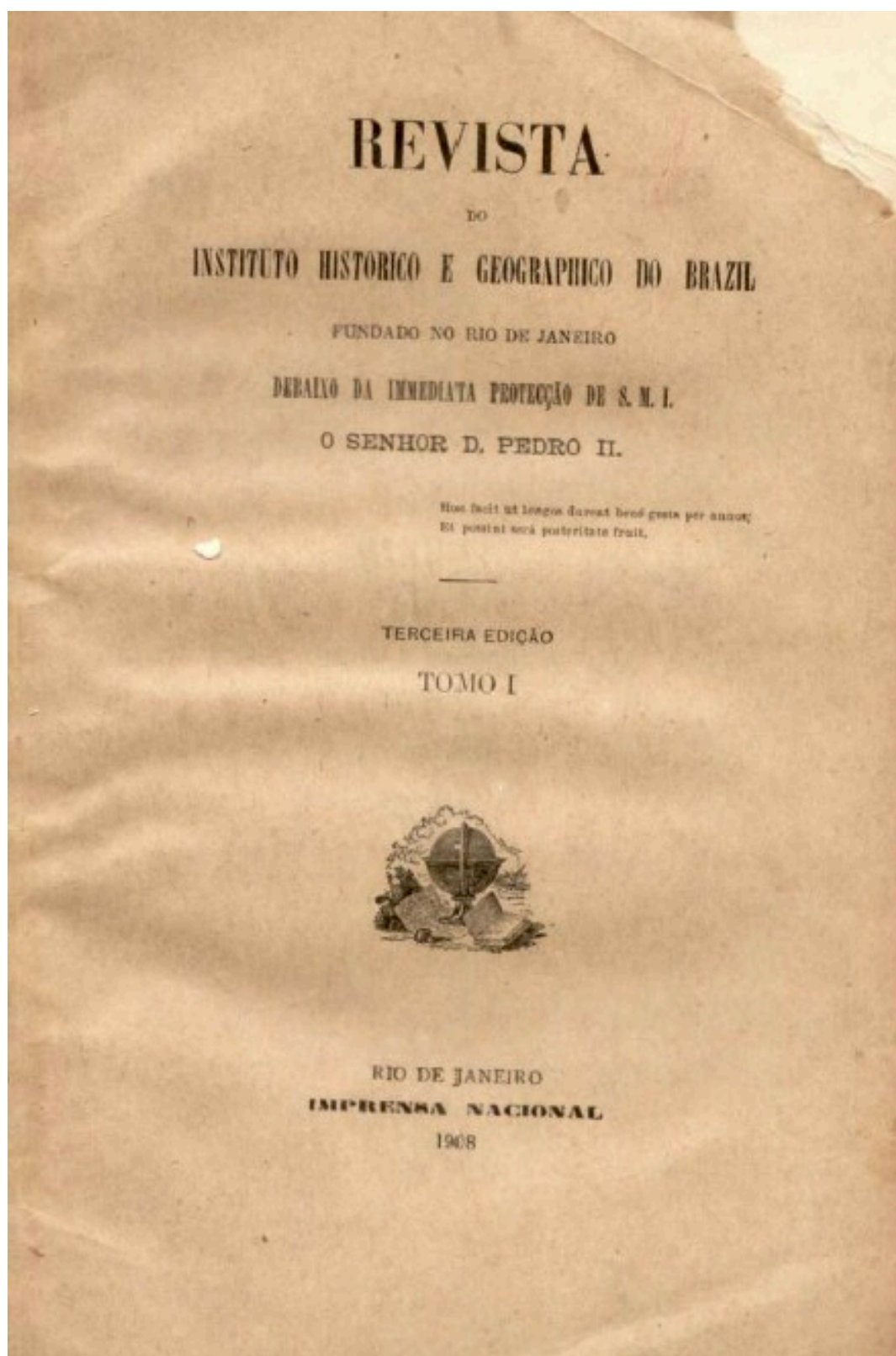


Figura 1 - Capa da 3ª edição da Revista do IHGB. Disponível em <<  
<http://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107695-revista-ihgb-i.html> >> Acesso  
em 12 dez. de 2016.

Desta maneira, esse texto informativo/propedêutico visava a corroborar para a instauração de um presente definidor de nacionalidade através da construção de uma memória e de um passado onde a tradição perpassava uma seleção de acontecimentos e personagens<sup>43</sup>. Se servindo desse projeto apriorístico, Januário Cunha Barbosa seguiu os parâmetros teórico-metodológicos da História Moderna dos oitocentos. Originária do rompimento do pensamento patrístico medieval<sup>44</sup>, a nova escrita da história surge no movimento da *Ilustração* do século XVIII. Nesse sentido, há uma mudança significativa no próprio conceito de história pois, se antes esta era designada como “Historie”, habituada a um plural que reverberava várias narrativas, a partir de um novo modo de operar o tempo esta “Historie” torna-se “[Geschichte] no singular, de modo confluyente, dando uma sequência unificada aos eventos que constituem a marcha da humanidade”<sup>45</sup>.

Desse modo, sua concepção moderna interrompe a ordem natural das coisas, isto é, o regime cíclico de narração é substituído por um método científico em que

[...] emergiu como algo jamais fora antes. Ela não mais compôs-se dos feitos e sofrimentos dos homens, e não contou mais a estória de eventos que afetaram a vida dos homens; tornou-se um processo feito pelo homem, o único processo global cuja existência se deveu exclusivamente à raça humana.<sup>46</sup>

Ao apontar para a introdução do empirismo em relação à ação humana, Arendt entende que o processo histórico foi sendo posto a uma designação objetiva e pontual. Desse modo, houve uma ruptura em relação à mística que justificava a verdade e a predestinação existencial a uma linha Divina e providencial. A ordem circular dos eventos foi interrompida e a história, a partir daí, começou a impregnar uma nova epistemologia que assinalava o homem enquanto o produtor dessa experiência no tempo. Postulando esta aceção, fazia-se necessário, além de estabelecer uma objetividade heurística, elaborar uma memória acolhida pela história, guardando os feitos e as palavras de notáveis.

<sup>43</sup> Segundo Guimarães, houve uma valorização maior do período colonial (1500-1816). Isso justifica pela pretensão de denotar que a construção do império foi estabelecido por um período longo e seletivo. Até o processo de independência, as regências e o golpe da maioria não estavam na lista dos grandes acontecimentos. Essa prática foi o grande paradoxo, que Januário Cunha Barbosa teve que lidar no seu propósito de estabelecimento da historiografia brasileira. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). São Paulo: Annablume, 2011, p.78-80.

<sup>44</sup> GUINZBURG, J. *O Romantismo*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1985, p.14.

<sup>45</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006, p.11.

<sup>46</sup> ARENDT, Hannah. O conceito de história – o antigo e o moderno. In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997, p.89.

Essa pretensa teoria visava para si uma quebra do paradigma venerado, que atribuía o resultado do processo histórico a uma linha natural e determinista. Daí que a secularização foi um ponto primordial naquele momento, para que a verdade fosse colocada na história e não na bíblia<sup>47</sup>. Desse modo, o tempo foi organizado na moldura do social, compreendendo a coletividade, a civilização<sup>48</sup> e, dentro desse movimento, o presente torna-se resultado de um passado investigado e elaborado numa periodização que visa empreender uma cronologia que assegure os “marcos” que pudessem auxiliar a fundamentação de uma memória que se buscava instituir. Esse procedimento foi se solidificando no fortalecimento do Estado-nação (século XIX), pois havia nesse ínterim um interesse daquele no controle do tempo e, por consequência, um projeto político que o assegurasse na movimentação da experiência (passado) e da expectativa (futuro)<sup>49</sup> em relação à própria dinâmica de suas relações no campo interno e externo de soberania.

Nesse sentido, a preocupação com a determinação do tempo provocou estrategicamente a legitimação do Estado, pois o rompimento com a ideia sacralizada em que havia um futuro fadado ao trágico e ao fim, provocou a ascensão do prognóstico, pois ele,

[...] produz o tempo que o engendra e em direção ao qual ele se projeta, ao passo que a profecia apocalíptica destrói o tempo, de cujo fim ela se alimenta. [...] Um prognóstico falho, por outro lado, não pode ser repetido nem mesmo como erro, pois permanece preso a seus pressupostos iniciais<sup>50</sup>.

Ao obliterar a escatologia que apontaria para uma tradição estática ao tempo, o limiar da era moderna direcionou, em certa medida, a substituição de um fim (pré)determinado a uma possibilidade de futuro onde o passado seria atualizado, mas não resgatado. O Estado funcionaria como o condutor desse prognóstico, onde poderia haver não apenas realizações oriundas deste “campo” institucional, mas caberia ao Estado ensejar um caminho para a prosperidade, alimentando a ideia de progresso atrelada à autoridade estatal. Nesse sentido, havia um planejamento temporal<sup>51</sup>, advindo principalmente da ideia da filosofia da história que preconizava, entre outros pontos, uma organização cronológica direcionada à estruturação

<sup>47</sup> ARENDT, Hannah. O conceito de história – o antigo e o moderno. In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997, p.102.

<sup>48</sup> PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2 ed.; 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p.96.

<sup>49</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006, p.26-32.

<sup>50</sup> Idem, Ibidem, p.32.

<sup>51</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006, p. 37.

dos eventos, elaborando uma aceleração do tempo pragmatizada e ordenada<sup>52</sup>.

Tal arregimentação sincrônica provocou, na História moderna, uma mudança em sua própria conceituação. A princípio, esta História representava uma linha de pensamento universal e determinista que levaria a uma visão catastrófica. Essa perspectiva foi aniquilada pela valorização da ação humana, do processo e da determinação do tempo e, assim, o futuro não estava fadado tão somente ao fracasso, mas seria inaugurado pelo prognóstico alinhavado pelo Estado. Essa apreensão foi se notabilizando na cultura do Ocidente, principalmente na capacidade de direção do passado/futuro dos países que buscavam nessa sistematização uma “saída” para a afirmação de suas identidades nacionais. No Brasil do século XIX, esse diagnóstico foi traduzido para a elaboração de uma síntese historiográfica que preconizasse, simultaneamente, a inserção do país no modelo de civilização posto e movesse a população para uma narrativa afetiva da própria nacionalidade, já que “[...] conhecer a história da pátria tornava-se um requisito do exercício pleno da cidadania.”<sup>53</sup>

Ao sublinhar tais desígnios, Januário Cunha Barbosa procurou inscrever e escrever um método para a disciplinarização da história e, também, lograr um “lugar” de narrativas hegemônicas particularizando o presente num passado *inventio* por meio de uma customização estrutural da experiência sobre os eventos denominados que, por sua vez, colaborariam para a projeção de um futuro auspicioso representado na confirmação do regime imperial e de sua subsequente cultura política. Neste contexto, o IHGB teve uma importância orgânica na condução preeminente desse ensejo político. Idealizado em 1827 na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro nasceu sob a égide da “imediata proteção de S.M.I.”<sup>54</sup> ou melhor, na dependência e na lealdade de seu patrono<sup>55</sup>. Tal subserviência era justificada pelo financiamento da monarquia que, seguindo exemplo de outros países, procurará associar uma instituição letrada e científica a seu corpo político.

Seguindo essa orientação, o IHGB, protagonizou na sociedade de corte um “lugar” que escreveria não somente a história do Brasil, sua topografia, sua geografia, mas registraria

<sup>52</sup> Para Rodrigo Turin, havia no século XIX um controle do Estado pela História, sobretudo porque a sincronização do tempo era de fundamental importância para a manutenção daquele. Nota de conferência: *O tempo desencontrado: aceleração, assincronia* apresentado em 17 de outubro de 2017, na sala 1H55, Campus Sta Mônica, Uberlândia.

<sup>53</sup> ARAUJO, Valdei Lopes de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. In: *Revista Varia História*, Belo Horizonte, vol. 31, nº 56, p. 375. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/vh/v31n56/0104-8775-vh-31-56-0365.pdf>

<sup>54</sup> Essa inscrição foi laureada na contracapa da primeira Revista do IHGB. Um exemplo da mesma consta na p.27 dessa tese.

<sup>55</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). São Paulo: Annablume, 2011, p.60.

uma narrativa ideológica que legitimaria o sistema imperial como um regime auspicioso e ímpar na América do Sul. Tal premissa era arregimentada com o intento de sustentar, dentro da construção do Estado nacional, que a Casa de Bragança não era a representação de uma instituição exótica e/ou apêndice da portuguesa: a mesma seria uma monarquia ilustrada, moderna e, principalmente, ávida e alicerçada na civilização advinda da cultura do Ocidente. A agenda institucional seguia uma ordem estatutária, em que prevalecia dentro de seu quadro social a inserção de *personas* políticas que, uma vez ligadas ao processo de independência, somariam ao projeto de registrar no presente a definição de uma nação edificada numa memória seletiva e virtuosa<sup>56</sup>.

Daí que esse procedimento iria ao encontro de uma meta-narrativa que subscrevia o sentido e a legitimação do Estado-nação, efetivamente na afirmação do território e, em seguida, na afirmação de seus símbolos<sup>57</sup>. Para isso, foi necessário criar imagens da própria instituição imperial, a saber, com destaque à sua soberania e status, impregnando-se junto às demais culturas do país uma urdidura que recriava novos significados para tradições<sup>58</sup> e trazia à cena a figura do índio. Amparado e financiado por D. Pedro II, muitos escritores e artistas fizeram de suas produções temáticas aspectos ligados às noções de identidade e nacionalidade. Nomes como Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879); Joaquim Norberto de Sousa Silva (1820-1891); Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882); Gonçalves Dias (1823-1864) e Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) figuraram como protagonistas desse projeto de “invenção”, obtendo incentivos do mecenato político/financeiro do Império que atuou, peremptoriamente, na fundação do IHGB.

Desse modo, suas atuações e obras prefiguravam como motes discursivos no endossamento da historiografia, e da historiografia literária, que se orientavam pela cooptação do Estado, sobretudo porque havia por parte daquele um controle do tempo. Ao tempo, caberia ser direcionado a uma narrativa que colocasse o presente numa categoria em que a cultura política postularia um diagnóstico diacrônico da história e, concomitantemente, de sua

---

<sup>56</sup> Alguns “registros” foram ignorados, principalmente os que se referem ao período regencial (1831- 1840), o golpe da maioria (1840), além da Revolução Pernambucana (1817). A delimitação mais endossada pelos acadêmicos (1500-1816) foi posta com o propósito de enfatizar a relevância da instalação do regime imperial no país. Para maiores detalhes, GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). São Paulo: Annablume, 2011, p. 80.

<sup>57</sup> Para Manoel Salgado, a história trouxe consigo um instrumento fundamental para a solidificação do presente político, pois era através desta que a identidade brasileira foi se afirmando pela instalação da Monarquia. Nesse sentido, o Estado cooptou para si a disciplina como forma de se legitimar na política. Cf. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 1, 1988, p.5-27.

<sup>58</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p.17.

disciplinarização no processo de emancipação do aparelho estatal. Alinhavado nesse propósito, Gonçalves Dias publica em 1851, *Juca-Pirama*. Poema integrante de seu projeto maior “Os Cantos”<sup>59</sup>, apresenta a trajetória do índio homônimo ao título<sup>60</sup>, que pertencente à tribo Tupi, é capturado pelos seus opositores (Timbiras) e, para não se submeter à honra do sacrifício, implora por perdão ao relatar que deixara o pai sozinho e velho, necessitado de cuidados (era cego). Conseguindo a concessão da liberdade, o Tupi retorna a sua aldeia mas, ao saber de sua história e dos motivos que o fizeram ser solto pelos Timbiras, seu progenitor o amaldiçoa por ter chorado frente ao inimigo e por não ter passado pelo martírio. Subitamente, aquele filho dos Tupis, agora amaldiçoado pelo próprio pai, vai ao encontro de seus oponentes Timbiras disposto a lutar em nome da honra Tupi. Ao reconhecer sua bravura, o chefe dos Timbiras o glorifica e, naquele momento,

O guerreiro parou, caiu nos braços  
Do velho pai, que o cinge contra o peito, Com lágrimas de júbilo bradando:  
Este, sim, que é meu filho muito amado!  
E pois que o acho enfim, qual sempre o tive,  
Corram livres as lágrimas que choro,  
“Estas lágrimas, sim, que não desonram.”<sup>61</sup>

Ao terminar a aventura épica de seu personagem, Dias apresenta um índio caracterizado por valores universais do Ocidente. Seja pelo lado cristão, devoção ao pai ou pela restauração de sua dignidade. Tais particularidades denotam que havia narrativas, lendas, que se assemelhavam às experiências do medievo europeu, isto é, era necessário não “inventar” uma fórmula idêntica àquela, mas que buscasse naqueles elementos sentimentos comuns reelaborados por meio da realidade local, dando ao tempo um tom acelerado em que o presente seria o resultado da civilização posta não somente pela ação do homem, mas pela congruência e assimilação de virtudes intrínsecas à humanidade.

Desse modo, Gonçalves Dias, ao lado de muitos outros escritores de sua geração, não somente personificou no índio o horizonte da nacionalidade que se buscava instituir no país, mas ensejou nesse processo um regime de temporalidade organizando o passado e

<sup>59</sup> Desde 1847, Gonçalves Dias vinha dedicando a sua verve literária para a poesia indianista. Com intento de uni-las a uma obra monumental, lança naquele momento, *Os primeiros Cantos*, com a denominada “Poesias americanas”, no ano seguinte, *Os Segundos Cantos*, trouxe “As sextilhas de Frei Antão”. Três anos depois (1851), *Juca-Pirama* e em 1857 um dos seus mais famosos poemas, *Os Timbiras*, que tem no seu cerne a exaltação de valores morais, personificados no chefe Itajuba e no jovem guerreiro Jatir. A morte prematura num naufrágio em 1864, impediu a continuidade do projeto inicial dos “Cantos”. Para saber mais, disponível em <http://www.academia.org.br/academicos/goncalves-dias/biografia> Acesso em 18 jan. 2017.

<sup>60</sup> Significa aquele que deve morrer.

<sup>61</sup> DIAS, Gonçalves. *Juca-Pirama*. Disponível em <<< [http://www.objdigital.bn.br/Acervo\\_digital/livros-eletronicos/jucapirama.pdf](http://www.objdigital.bn.br/Acervo_digital/livros-eletronicos/jucapirama.pdf) Acesso em 26 jul.2017.

consagrando a figura “bom selvagem”, elevando a ordem política do Império a um regime de autonomia de sua identidade através da literatura, indicando à historiografia do país o caminho a ser seguido.

A figura do índio passou a constituir um panorama de sublimação a partir do instante em que se tornou o representante legítimo da brasilidade. Com efeito, tal prerrogativa foi se aviltando antes mesmo de sua consagração pelo Romantismo, isso porque a partir de 1822 houve um forte movimento de antilusitanismo no país onde, entre outros aspectos, propunha-se a incorporação de nomes e, até mesmo, de sobrenomes nativos fossem referências aos locais ou pelos Astecas (estes últimos, idolatrados pela Corte e por D. Pedro I)<sup>62</sup>. Expressamente, essa adesão popular tinha o caráter político de acoplar a monarquia a tais povos com o intuito de denotar, que mesmo sendo aqueles ligados à natureza, prefiguravam a imagem de *personas* desbravadas e fortes como o regime imperial. Esse apreço, porém, não se limitou apenas a esse exercício: preocupou-se também a levantar a etnografia destes povos, visto que este resultado alinhado a escrita da história, contribuiriam na formação da autonomia dos saberes que se almejava no Brasil dos oitocentos<sup>63</sup>.

Compartilhando desse ideal, o poeta da *Canção do Exílio* empreendeu, em 1860, um estudo dos nativos. Acompanhando a Comissão Científica de Exploração, Gonçalves Dias aportou na província do Amazonas para constatar e averiguar a verdadeira origem dos Tupis pois, acreditava o escritor, para além de se procurar compreender os aspectos físicos e morais dos nativos, deveria-se investigar se havia uma possibilidade de extinção destes grupos<sup>64</sup>. Desse modo, esse levantamento tinha, entre outros aspectos, a pretensão de demonstrar que dentre os diversos povos – vale ressaltar que havia uma predominância em atribuir nos oitocentos a existência da língua Tupi para todas as tribos<sup>65</sup> – havia uma ideia suplantada de

<sup>62</sup> D. Pedro I utilizou o nome de Guatimozín, último imperador asteca. Alencastro afirma que havia esse fascínio pelos nativos do México por estes serem considerados uma sociedade civilizada num continente americano, por isso era necessário estar associado a um símbolo exemplar. Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida privada e ordem no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.) *História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.53-54.

<sup>63</sup> TURIN, Rodrigo. O “selvagem” entre dois tempos a escrita etnográfica de Couto de Magalhães. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.28, nº 48, p. 781-803: jul-dez 2012.

<sup>64</sup> KODAMA, Kaori. O Tupi e o sábio: Gonçalves Dias e a etnografia do IHGB em Brasil e Oceania. Disponível em <<< <http://www.revistafenix.pro.br/pdf12/secaoivre.artigo.7-kaori.kodama.pdf> Acesso em 16 dez 2017.

<sup>65</sup> O próprio Gonçalves Dias, assim como Raimundo Lopes (amigo e integrante do IHGB) defendiam a oficialidade do Tupi no ensino do país, bem como a sua inserção peculiar nas diversas tribos. Um exemplo ratificado está no poema *Os Timbiras*. Nessa obra de 1857, Dias aponta que aqueles eram Tapuias, isto é, possuíam o mesmo tronco linguístico dos venerados povos oficiais do Império. Entretanto, essa denominação consciente do poeta não “apagou” o interesse pela etnologia de outros índios. Trabalhos do naturalista alemão Karl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868), Maximilian zu Wied-Neuwied (1782-1867), entre outros, procuraram “desmistificar” essa onda de tupinização e auferir validade a grande diversidade oral indígena existente no Brasil. Cf. KODAMA, Kaori. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena. Disponível em <<< <http://www.revistafenix.pro.br/pdf12/secaoivre.artigo.7-kaori.kodama.pdf>

formação de identidade que obliterasse a ausência de uma coesão na legitimação temporal e espacial do Segundo Reinado. Ou seja, esse diagnóstico suscitado por esta “missão” tinha o propósito de atenuar e/ou equacionar a crise de autonomia dos saberes no Império<sup>66</sup>.

Tal defesa já vinha expressa na obra *Brasil e Ocenia* de 1850 e 1853. Encomendada através de um estudo indicado por D. Pedro II<sup>67</sup>, objetivava sublinhar que tanto a etnografia, quanto a história foram elencadas como coadjuvantes da ação política do Estado no intuito de atestar um juízo, uma validade para a mensuração do tempo na condução da civilização que o regime monárquico postulou para o país. O resultado dessa narrativa, porém, desdobrou-se em dois sentidos: 1) na formulação de uma língua *mater*, pois a necessidade de figurar uma genealogia das palavras ao modelo dos gregos e egípcios<sup>68</sup> colocava o tupi-guarani no padrão universal de idioma da tradição (daí a criação do dicionário em 1857); 2) o outro ponto se refere à afirmação de um projeto de identidade nacional que, apoiado nas camadas do tempo, assinalaria que tais sujeitos sociais, incluídos ou não no processo de “evolução”, trariam em si os elementos formadores de valores inalienáveis do Ocidente (Religião, Trabalho, Organização Social), e, uma vez orientados, suprimiriam a ausência daqueles subsídios valorativos na construção da imagem do Estado brasileiro.

Este autoritarismo no controle do passado e do tempo permitiu tornar o rizoma do presente numa essência diferente e melhor do que fora outrora, pois tal atualização procurava prefigurar que o datado estaria objetivado e que, ao perscrutá-lo, não se pretenderia instituir uma memória do que foi ocorrido, mas apresentar que aquele passado tem seu curso e seu sentido na aceleração do tempo.<sup>69</sup> Tal movimento suscitaria no instante presente a possibilidade de diagnósticos e da implantação de uma semântica do progresso, que somente poderia ser levada adiante pela atuação do Estado. Apoiando essa perspectiva, foi conivente elencar o índio nesse processo de atualização do passado: o nativo era o representante ímpar na formação da identidade do país, por isso a etnografia e a história foram saberes

---

[www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n2/a05v5n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n2/a05v5n2.pdf) da mesma autora, Os índios no Império do Brasil: A Etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 2009.

<sup>66</sup> Cf. CALDAS, Pedro Spinola Pereira. *Discursos do Método*: Necessidade e eficácia política da etnografia do IHGB. Disponível em <<< <http://www.revistafenix.pro.br> Acesso em 17 nov.2017.

<sup>67</sup> Era hábito do Monarca distribuir entre os sócios do IHGB, programas de teses, que tinham como objetivo contribuir para a disciplinarização da escrita da história. Nesse tópico escolhido D. Pedro designava a Gonçalves Dias um estudo comparativo dos índios da Oceania com os do Brasil, sobretudo no início da Colonização e prognosticar em que sentido ambos ou um especificamente contribuiriam para o processo de civilização da empresa portuguesa. Cf. KODAMA, Kaori. O Tupi e o sábio: Gonçalves Dias e a etnografia do IHGB em Brasil e Oceania. Disponível em <<< <http://www.revistafenix.pro.br/pdf12/secaolive.artigo.7-kaori.kodama.pdf> Acesso em 16 dez 2017.

<sup>68</sup> TURIN, Rodrigo. O “selvagem” entre dois tempos a escrita etnográfica de Couto de Magalhães. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.28, nº 48, p. 783: jul-dez 2012.

<sup>69</sup> Cf. PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2 ed.; 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 102-105.

institucionalizados no intuito de arregimentarem a normatização da temporalidade almejada pelo Império.

Assim esse campo de ideias foi se difundindo e se instrumentalizando para conferir um sentido moderno para a cultura política brasileira e para certificar que aquela foi o resultado de um planejamento temporal e de uma narrativa que visava equacionar as diferentes configurações estruturais do tempo. Tal “saída” foi alimentada pela perspectiva de tecer um fim à crise de direção e/ou orientação em relação a autonomia do Estado e dos saberes elencados e disciplinados. Os partícipes desse movimento acreditavam, em grande parte, que estavam colaborando e criando categorias, suscitando diagnósticos para a definição da identidade nacional. Seguindo por esse viés, outra *persona* proeminente desse projeto foi Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882). Natural de Niterói, Rio de Janeiro, o futuro Visconde do Araguaia foi médico, poeta, ensaísta e diplomata (cargo que exerceu na Itália, Áustria, Estados Unidos e Paraguai). A verve pela poesia e a defesa pela existência de uma literatura nacional, o tornou mais próximo do mecenato monárquico e de seus ensejos políticos.

Em 1833, Gonçalves de Magalhães viaja para a França juntamente com Manuel de Araújo Porto Alegre, Joaquim Norberto Silva, Torres-Homem, entre outros escritores. Tomam contato com o Instituto Histórico de Paris e formam o grupo que, futuramente, será o articulador para a fundação do IHGB. Convivendo nesse ambiente intelectual, lançam três anos depois a Revista *Nitheroy* que tinha como lema: “Tudo pelo Brasil, e para o Brasil”. A revista tinha como tripé cocneitual as *Sciencias*, as *Lettras* e as *Artes*. De curta duração (apenas dois números foram publicados), essa publicação foi significativa por ilustrar que a jovem nação emancipada se ocupava de assuntos filosóficos e científicos e, assim, apontava que existia alguma propriedade intelectual no periódico que lhe permitia discutir tais questões. Dentre as seções apresentadas, havia aquelas denominadas de “reflexões”, que ora seriam “sobre o crédito público” ou “considerações econômicas sobre a escravatura”, além de análises sobre economia, música e até uma bibliografia (resenha) do livro *A Viagem Pitoresca* de Jean-Baptiste Debret.

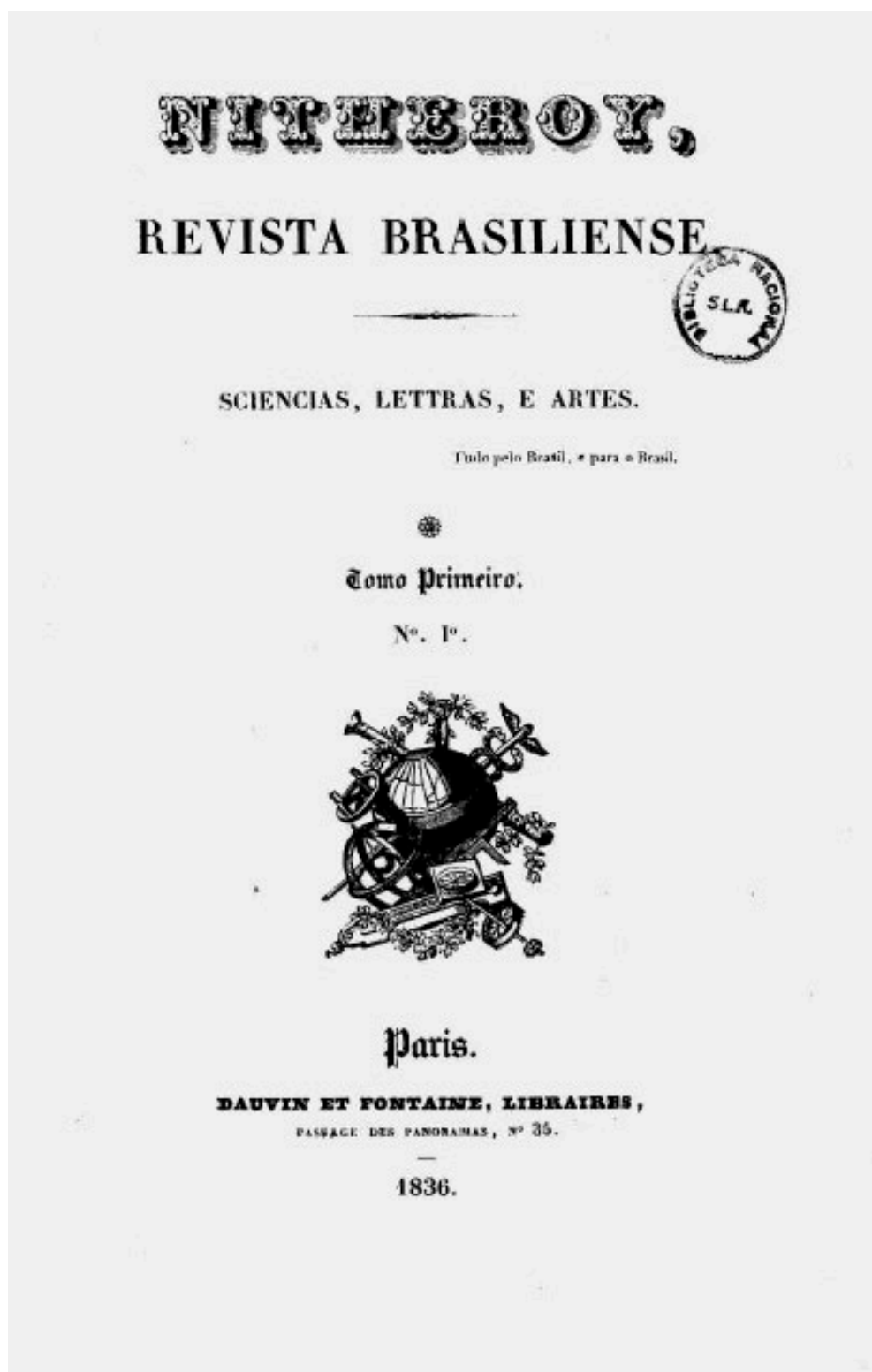


Figura 2 - Capa da 1ª edição da Revista *Nitheroy*. Disponível em <<< <http://www.bn.br/acervo-digital/nitheroy/700045> >>> Acesso em 12 dez.2016

Inserido nesse índice ilustrado, o “Ensaio sobre a História da Litteratura do Brasil” de Gonçalves de Magalhães é publicado. Apresentado em 1834 no Instituto Histórico de Paris, o texto pretendia traçar um “balanço” historiográfico sobre a literatura no país, apontando suas matrizes e lacunas, prefigurado posteriormente como um esboço seminal do Romantismo no país, atribuindo ao autor o papel de intelectual autônomo que endossava ao presente uma realidade legitimadora e alvissareira, pois tal resultado foi suscitado após uma depuração do passado (eventos), que atualizado incorporaria elementos de perspectivas do estágio de civilização. Desse modo, inicia-se sua argumentação,

A Litteratura de um povo é o desenvolvimento do que elle tem de mais sublime nas idéias, de mais philosophico no pensamento, de mais heróico na moral, e de mais bello na Natureza, é o quadro animado de suas virtudes, e de suas paixões, o despertador de sua gloria, e o reflexo progressivo de sua intelligencia. E quando esse povo, ou essa geração desaparece da superficie da Terra com todas as suas instituicoens, suas crenças, e costumes, a Littérature só escapa aos rigores do tempo, para anunciar ás geraçoens futuras qual fora o character do povo, do qual é ella o único representante na posteridade; sua vóz como um echo immortal repercute por toda a parte, e diz: em tal época, de baivo de tal constellação, e sobre tal ponto da terra um povo existia, cujo nome eu so conservo, cujos heroes eu só conheço; vos porem si pertendeis também conhecel-o, consultai me, por que eu sou o espirito desse povo, e uma sombra viva do que elle foi<sup>70</sup>.

Ao denominar que a literatura é uma das artes imprescindíveis para o quadro de progresso do país, Magalhães informa que sua assertiva veem carregada com o tom da verdade. Tal pretensão justifica-se pela emergência suscitada em deliberar a importância das Belas-Letras no processo de nacionalidade, delimitando a essa área uma validade documental sobre uma história do Brasil que se buscava instituir. Mediante a esse intento, o jovem poeta almejava alinhar esse registro a uma linha teleológica do tempo. Dessa forma, ele protagonizaria o “lugar” de guardião da memória, pois sua obra seria reverenciada no modelo de exemplificação da historiografia literária e da própria historiografia em si. Daí que o mesmo nomeia-se como portador da narrativa autêntica do passado, visto que ele é a razão (espírito) do povo brasileiro.

Baseado no método aplicado por Ferdinand Denis no seu famoso *Résumé*, Magalhães, seguindo seu ímpeto de figurar no panteão de historiador oficial, elenca o índio e a natureza como elementos primordiais para a formação da nacionalidade da literatura brasileira. Tal justificativa se baseia na ideia de edificação de um passado ilustrado e

---

<sup>70</sup> MAGALHÃES, D.J. Gonçalves de. Ensaio sobre a História da Litteratura do Brasil. Disponível em <<< <http://www.bn.br/acervo-digital/nitheroy/700045> Acesso em 12 dez.2016 Mantivemos a grafia original.

verdadeiro, que sustentaria a tese de que aquele não foi obliterado pelo tempo mas, se atualizado ao contemporâneo contribuiria no processo de formação da identidade, assim como serviria de diagnóstico das causas históricas da gênese literária do país. Nesse sentido, o autor deste ensaio não se coloca como o primeiro a discernir sobre essa questão, já que o mesmo salienta que houve por parte de Bouterwek, Sismonde de Simondi e o próprio Denis (“alguma cousa disseram”<sup>71</sup>) um olhar incipiente literatura no Brasil. Porém, endossa-se o ensejo por parte de Magalhães ser o prócere desse tema ao colocar o estudo da literatura brasileira como uma episteme autônoma (ciência moderna), imbuída de uma cor local autêntica, diferente da sua antiga metrópole (Portugal) o que, em alguma medida, solucionaria a aporia de sua origem.

Assim, a estruturação do enredo urdiria uma consciência do tempo<sup>72</sup> e da história, que condicionava o passado a ser uma potência positiva a tecer um sistema de orientação do corpo político e da política de identidade literária brasileira. Desse modo, o *Ensaio* se colocaria num intento de síntese para seu público sinalizando, entre outros pontos, para uma narrativa organizada em eventos cuja diacronia suscitasse o sentimento de uma história independente e legítima. Tal assertiva é aventada nesta passagem: “Cada povo tem sua Litteratura, como cada homem o seu character, cada arvore o seu fructo”<sup>73</sup>. Nesse sentido, ao “provocar” no leitor a ideia de pertencimento a um lugar, Magalhães reverbera o distanciamento em relação à condição de subjugação a qual a antiga colônia foi submetida, e identifica um resíduo seminal que, levado ao escrutínio, determina e/ou possibilita a elaboração das particularidades *sui generis* da literatura em si e da identificação do que venha ser brasileiro.

Notadamente, esse critério elencado vai ao longo do texto soçobrando o estigma do tronco do qual a literatura nacional seria uma “ramificação” da portuguesa. Não poderia omitir, outrossim, a herança da língua e nem da cultura lusitana nessa construção de identidade. Com efeito, a necessidade de um distanciamento desse amálgama foi sendo elaborado com a pretensão de auferir à narrativa uma linha teleológica e compilatória sobre a história literária do país. Essa tarefa atribuída e assumida por Gonçalves de Magalhães, responde aos anseios do próprio Estado brasileiro na emergência de uma experiência

<sup>71</sup> MAGALHÃES, D.J. Gonçalves de. Ensaio sobre a História da Litteratura do Brasil. Disponível em <<< <http://www.bn.br/acervo-digital/nitheroy/700045> Acesso em 12 dez.2016 >>> Mantivemos a grafia original.

<sup>72</sup> Cf. KARVAT, Erivan Cassiano. *O lugar de Magalhães: história e cânone no Ensaio sobre a História da Litteratura do Brasil*. XI Congresso Internacional da ABRALIC – Tessituras, Interações, Convergências. 13 a 17 de julho de 2008, USP, São Paulo, Brasil.

<sup>73</sup> MAGALHÃES, D.J. Gonçalves de. Ensaio sobre a História da Litteratura do Brasil. Disponível em <<< <http://www.bn.br/acervo-digital/nitheroy/700045> Acesso em 12 dez.2016 >>> Mantivemos a grafia original.

ontológica. Tal direção conduz os eventos elegidos a uma estrutura temporal, fio dessa espessura mensurado, que leve a modernidade ao modelo político coevo e empreende a este o controle do futuro e do passado a um presente em que o projeto de civilização não está suplantado em ideias abstratas, mas na sucessão do percurso histórico. Dessa forma, o poeta fluminense prossegue na sua argumentação,

Applicando-nos agora especialmente ao Brasil; as primeiras questões, que se nos apresentam são: qual é a origem de sua Litteratura? Qual seu progresso, seu caracter, que phases tem tido? Quaes os que a cultivaram, e as circunstancias, que em diferentes tempos favoreceram, ou tolheram seu fiorecimento (Sic)? Havemos pois mister remontarmo-rios ao estado do Brasil de pois de seu descobrimento, d'ahi pedindo conta á historia, e á tradição viva dos homens do como se passaram as cousas seguindo a marcha do desenvolvimento intellectual, e pesquisando o espirito que a presidia\* poderemos livremente mostrar, não acabado, mas ao menos verdadeiro quadro histórico da nossa Litteratura.<sup>74</sup>

As indagações sobre a genealogia, etapas e particularidades da literatura brasileira foram apresentadas com a pretensão de induzir o público a uma curiosidade sobre o desenvolvimento das Belas-Letras em terras tropicais. Sua postura vai ao encontro do modelo de Humboldt<sup>75</sup> sobre a escrita da história nos oitocentos, ou seja, expor uma ideia baseada nas explicações dos eventos interligados a um contexto geral, trazendo sua verdade semelhante ao caminho do artista, coletando e analisando as fontes, articulando-as à imaginação do historiador, mantendo a objetividade como ponto fundamental para a investigação da realidade<sup>76</sup>. Desse modo, Magalhães denota uma consciência sobre o tempo e impulsiona sua análise vinculada a uma resposta da empresa ideológica do Estado, que buscava na disciplinarização da historiografia a legitimidade e a autonomia de seu corpo político. Gonçalves de Magalhães aponta que “o Brasil descoberto em 1500, jazeo trez séculos esmagado de baixo da cadeira de ferro”, endossando que a colonização não trouxe nenhuma herança literária para o país. A mudança ocorreria somente a partir do século XVIII,

<sup>74</sup> MAGALHÃES, D.J. Gonçalves de. Ensaio sobre a História da Litteratura do Brasil. Disponível em <<< [http: www.bn.br/acervo-digital/nitheroy/700045](http://www.bn.br/acervo-digital/nitheroy/700045) Acesso em 12 dez.2016 Mantivemos a grafia original.

<sup>75</sup> Wilhelm Von Humboldt (1767-1835), nasceu em Potsdam na Alemanha. Irmão mais velho do renomado geógrafo Alexander Von Humboldt, fez sua carreira como diplomata, atuando na Itália, França, Inglaterra e Austria. Em 1810 colaborou na fundação da Universidade de Berlim, nove anos depois atuou no Ministério de Mettanch onde almejava contribuir na elaboração da Constituição do país. Frustrado esse ensejo e contrariado com a censura e a espionagem nas Universidades, abandona a vida pública. Em 1821, lança “Sobre a tarefa do historiador”, texto seminal para a compreensão do historicismo alemão. Cf. CALDAS, Pedro S.P. *Wilhelm Von Humboldt (1767-1835)*. In: MARTINS, Estevão de Rezende. (Org.). *A História pensada: Teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 71-81.

<sup>76</sup> Cf. HUMBOLDT, Wilhelm Von. *Sobre a tarefa do historiador (1821)*. *A História pensada: Teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. MARTINS, Estevão de Rezende. (Org.). São Paulo: Contexto, 2010.

exemplificada pelos escritores Basílio da Gama e Santa Rita Durão e, posteriormente, com a vinda da Família Real portuguesa em 1808 e seus desdobramentos no limiar da concretização da independência em 1822.

Diante dessa exposição, o esboço de Magalhães não difere dos esboços de outros autores que escreveram sobre a historiografia literária dos oitocentos. Em tese, o jovem poeta fluminense se apropriou daqueles argumentos para afirmar as “verdades” que o processo histórico produziu, trazendo para si o papel de historiador oficial da literatura brasileira. Subjaz compreender que este importante “Ensaio”, que em 1865 foi revisado e passou a se chamar “Discurso sobre a Historia da Litteratura do Brasil”, encerra muito mais do que concepções estéticas entre os embates sobre o espólio retórico-poético do Classicismo na cultura nacional: o mesmo se enquadrava numa normativa da própria expressão do Estado em que tomava a experiência temporal como instrumento de autonomia política e de disciplinarização dos saberes. Diante desse quadro tal texto, ao dialogar com o passado/presente, procurou evidenciar um “lugar” não somente institucionalizado na escrita da História da literatura, mas evidenciar que cabia à literatura o papel de *Alma Mater* da identidade do país. Embora houvessem outros campos semânticos que sustentassem essa aferição, àquela seria outorgado o documento literário que conferiria à jovem nação o pertencimento a civilização e a modernidade.

Mediante a essa “contribuição” na edificação da cultura política do Império, Gonçalves de Magalhães se consolida no trânsito das benesses concedidas por D. Pedro II. Tal relação afetiva é ressaltada na dedicatória em que aquele faz ao monarca no poema “A Confederação dos Tamoios”,

Senhor,

Não é um simples motivo de particular gratidão por especiaes favores devidos à Vossa Majestade Imperial, e sim um sentimento mais patriótico de profunda admiração, e elevado reconhecimento pela prosperidade do vosso paíz, devida à sabedoria, justiça e amor no throno na Augusta Ref = soa ( Sic) de Vossa Majestade Imperial; é este nobre sentimento que me inspira a ideia de oferecer e dedicar à Vossa Majestade Imperial este meu trabalho litterario, como um tributo espontâneo de um súbdito fiel ao melhor dos Monarchas [...]

A instrução publica propagada e protegida, a completa liberdade da imprensa, a independência da tribuna, a tolerância dos cultos, os públicos empregos franqueados a todas as capacidades e talentos; o desentravamento do comércio [...] ali estão para apresentar o Brasil como uma nação constituída segundo a dignidade da natureza humana. [...]

Beija as sagradas mãos de Vossa Majestade Imperial, De Vossa Majestade Imperial,

Súdito fiel e reverente,  
Domingos José Gonsalves de Magalhães<sup>77</sup>

Publicado em 1856 e sob os auspícios do Imperador, este poema épico tinha como cerne a história de formação do Rio de Janeiro e atuação dos índios Tamoyos na luta contra a exploração portuguesa. Composto por dez cantos, a obra é considerada uma ode ao nativo, *persona* representativa do horizonte de nacionalidade que se buscava instituir. Nesse sentido, mais uma vez o passado é acionado como uma força das virtudes intrínsecas em que a bravura, a dignidade e a honra são ressaltados como pontos exemplares desta narrativa atualizada sobre o palimpsesto da nação<sup>78</sup>. Doravante, a dedicatória ao jovem Monarca, soa como uma elevação do regime frente a outros países, principalmente da América do Sul. Estabelece D. Pedro II à categoria de grandes governantes europeus, como está especificado na passagem em que nomeia “os feitos” administrativos daquele e endossa que o Brasil está ao lado da civilização e do progresso, segundo a sua distinção de “natureza humana”.

Desse modo, o elogio ao chefe do Estado brasileiro aponta para a funcionalidade de dois aspectos: o primeiro, de caráter messiânico em que coloca aquele na condição de escolhido e de um ente, que deve ser idolatrado por suas habilidades e carisma na condução política das questões do país; segundo, provoca no leitor um juízo de valor sobre a atual orientação semântica, que estava sendo edificada com o propósito de equacionar a crise de direção de autonomia do corpo político coevo, ou seja, era necessário evidenciar que o resultado da independência ocasionou uma releitura da herança colonial e postulou ao presente uma negação de qualquer resíduo de exploração e atraso que o despotismo lusitano, porventura, tivera engendrado no Brasil. Tal desdobramento foi condicionado pela emergência de síntese, que responderia a uma assimetria passado/presente e a um desenvolvimento temporal em que o otimismo seria o *novum* ligado ao estabelecimento do regime monárquico.

Ciente desta manipulação da diacronia, Magalhães vivenciava o aumento de seu prestígio frente ao Imperador. Naquele mesmo ano, o citado autor não esperava vir de José de Alencar (1829-1877), uma crítica ácida sobre sua obra. Lançadas no jornal *O Diário do Rio*

<sup>77</sup> MAGALHÃES, D.J. Gonçalves de. A Confederação dos Tamoyos. Disponível em <<< [http: www.objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or15618/or15618.pdf](http://www.objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or15618/or15618.pdf) Acesso em 12 dez.2016 Mantivemos a grafia original.

<sup>78</sup> Para saber mais sobre o papel de “sacerdócio” de Gonçalves de Magalhães sobre o Romantismo na condução da nacionalidade, sugiro o artigo de referido autor sobre aquele. Este texto está pontuado muitas questões de sua tese de doutoramento. FERRETTI, Danilo José Zioni. *Gonçalves de Magalhães e o sacerdócio moral do poeta romântico em tempo de guerra civil*. Disponível em <<< [http: www.scielo.br/pdf/alm/n2/2236-4633-alm-02-0006.pdf](http://www.scielo.br/pdf/alm/n2/2236-4633-alm-02-0006.pdf) Acesso em 26 fev 2017.

de *Janeiro*, as tenebrosas cartas assinadas por *Ig* delineavam, entre outros pontos, as fraquezas, lacunas e a artificialidades da poesia de Magalhães, que tinha a pretensão de retratar uma epopeia<sup>79</sup>. Na apresentação do livro que reúne essas oito cartas, o autor de *Iracema* justifica o uso do pseudônimo nas missivas, o porquê da celeuma apreendida e a influência intelectual que o mesmo se norteou na quizila,

Publicando de novo estas cartas escriptas em alguns momentos que me deixarão as minhas occupações diarias, não tenho pretenções de fazer delias uma obra. Reconheço que são defeituosas como todo o trabalho interrompido por estudos de natureza muito diversa, feito rapidamente e de memoria, sem tempo de verificar a citação de livros que li ha bons annos. Se as tivesse de corrigir, creio que me veria obrigado á refazei-as de todo dando-lhes nova forma; mas para isto falta-me o tempo, e ainda mais o animo de empreender um trabalho enfadonho, Occultei a principio o meti nome, não pelo receio de tomara responsabilidade do escripto; e sim porque obscuro como é, não daria o menor valor as idéias que eraitti. Desde porém que a critica, das colunas de um jorna! passa ás folhas de um livro, entendo que é dever de lealdade para com o poeta que censurei, e para com o publico que me sérvio de juiz, assignar aquiilo que escrevi. O pseudonimo de *Ig*. foi tirado das primeiras lotiras do nome *Iguassu*, heroína do poema; ninguém dirá pois que a *Confederação dos Tamoyos* não é capaz de inspirar, quando suscitou-me a idéa de um pseudonimo que fez quebrar a cabeça a muita gente. Alguém pensou, ou quiz pensar, que tive colaboradores n'estas cartas, mas enganou-se completamente; tive sim mestres como Chateaubriand e Lamartine, de quem lia algumas paginas para ter a coragem de criticar um poeta de reputação como é o Sr. Magalhães. O leitor que julgou a idéa pelo que valia, sem o apparato de um nome conhecido, mas excitado pela curiosidade do mistério, dar-lhe-ha de certo menos apreço quando souber quem a escreveu.

Agosto de 1856.

*J. d'Alencar*<sup>80</sup>

<sup>79</sup> Cf. CAMPATO JÚNIOR, João Adalberto. *Retórica e Literatura: O Alencar polemista nas cartas sobre a Confederação dos Tamoios*. São Paulo: Scortecci, 2003.

<sup>80</sup> ALENCAR, José de. *Cartas sobre A Confederação dos Tamoyos*. Disponível em <<< <http://www.digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4642> Acesso em 26 fev 2017. Mantivemos a grafia original.

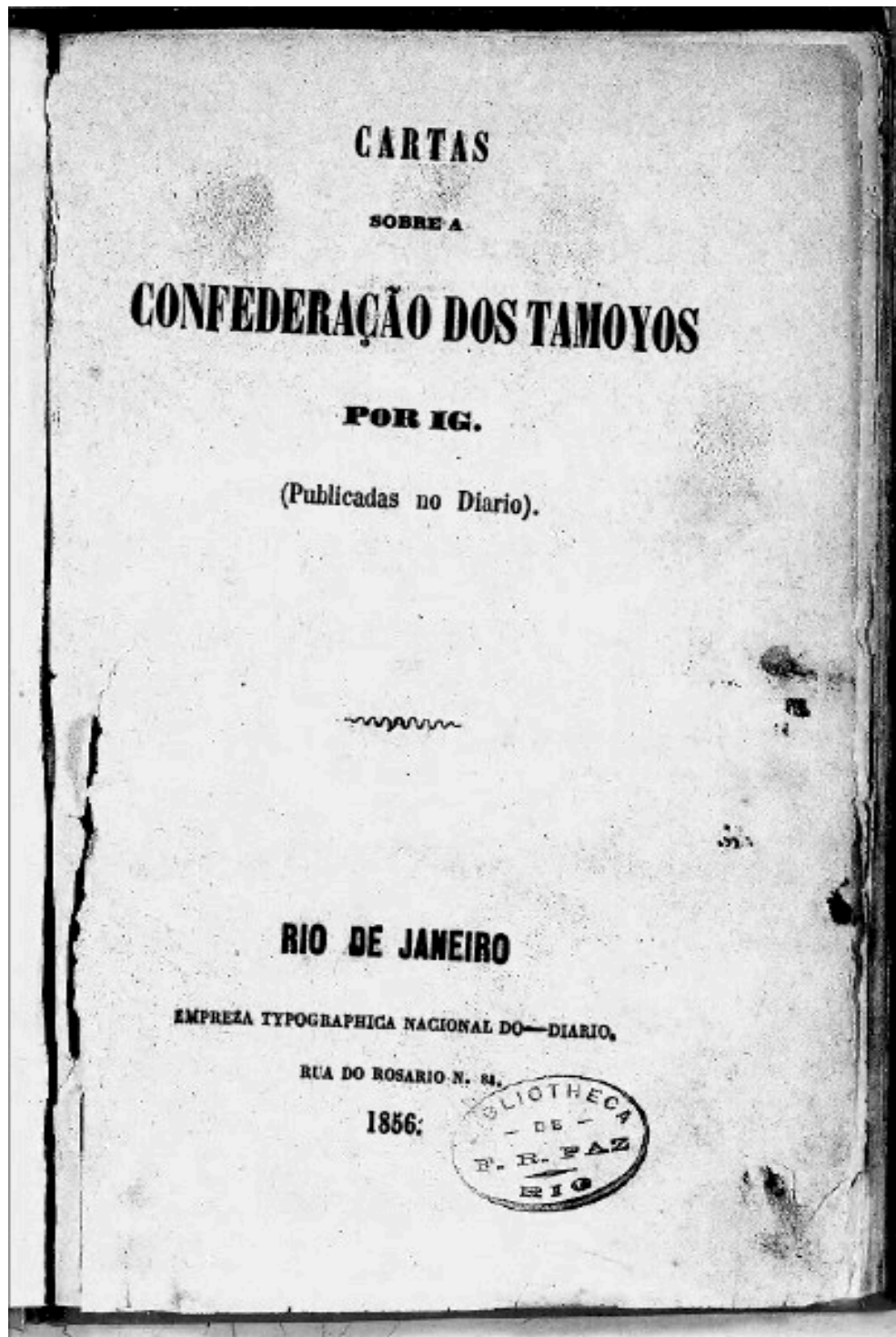


Figura 3 - Capa do livro de José de Alencar sobre "A Confederação dos Tamoyos". Disponível em <<< [http: www.digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4642](http://www.digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4642) Acesso em 26 fev 2017.

Poderia se atribuir a essa atitude de Alencar o princípio do papel do crítico quando se trata da análise das produções literárias brasileiras. Entretanto, fica evidente que José de Alencar quis suscitar, por meio deste cenário de polêmica e crítica, uma disputa de “lugar” com Magalhães, sobre quem deveria ser o patrono da literatura nacional. Assim, Alencar sustenta que faltam ao poema elementos que comprovem a cor local, engendrados nas incipientes descrições da natureza dos próprios indígenas e, também, nos

[...] erros ou imperfeições de gramática, estilo, métrica e imagética; notando defeitos e incoerência na descrição de algumas de suas personagens; revelando plágios; e acentuando, enfim, vários atentados cometidos contra as leis da epopeia tradicional”<sup>81</sup>.

Deste modo, ao se colocar no lugar de “juiz”, o iminente escritor se ocupa de criar referenciais no intuito de tornar-se o único detentor a configurar na literatura a essência “pura” do que esta deveria ser pois, embora comungasse com o poeta fluminense o legado de Denis e de Almeida Garret, o literato cearense imprimia a si uma importância indiscutível para o endosso do alicerce semântico da cultura política no Brasil dos oitocentos.

Inegavelmente, este fato repercutiu na Corte de D. Pedro II, e outros escritores empreenderam respostas ao ataque sofrido pelo autor de “A Confederação dos Tamoios”. Os mais destacados são os artigos de Manuel Araújo de Porto Alegre<sup>82</sup>, do frei Francisco de Monte Alverne<sup>83</sup> e do próprio Imperador, que buscou apoio do escritor português Alexandre Herculano para reforçar o apoio moral e intelectual à Magalhães<sup>84</sup>. Sem titubear, o monarca brasileiro lança no *Jornal do Comércio* seis textos em defesa do poeta fluminense, sob o título de “Reflexões às Cartas sobre A Confederação dos Tamoios” e, num tom verberado o “Outro amigo do Poeta” – assim denominado – confirma que há erros na metrificação do poema. Todavia, elucida que o mesmo não apresenta falhas nos “dados” históricos, que não

<sup>81</sup> CAMPATO JÚNIOR, João Adalberto. *Retórica e Literatura: O Alencar polemista nas cartas sobre a Confederação dos Tamoios*. São Paulo: Scortecci, 2003, p.21.

<sup>82</sup> Porto Alegre usando o pseudônimo de “O amigo do poeta” publicou artigos em defesa de Magalhães no período de julho a agosto de 1856 nos jornais: *Correio da Tarde* e *Jornal do Comércio*, este último também foi palco dos argumentos de Monte Alverne em 23 de dezembro daquele ano. Para maiores detalhes, CAMPATO JÚNIOR, Op. Cit., 23.

<sup>83</sup> Frei Francisco de Monte Alverne (1784-1857) foi professor de Filosofia que influenciou a primeira geração romântica pelo seu ecletismo espiritualista e sobretudo pela eloquência dos seus sermões, cheios de patriotismo e de um sentimentalismo que transforma a religião em experiência pessoal. CÂNDIDO, Antônio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/SP, 2002, p.20.

<sup>84</sup> Segundo Campato Júnior, “[...] o português, em resposta polida, simplesmente recusou tal encargo, vendo nele, por certo, uma causa perdida”. Vale ressaltar que Gonçalves Dias e Francisco de Varnhagen também foram procurados pelo Monarca, mas também tiveram a mesma atitude do literato lusitano. CAMPATO JÚNIOR, João Adalberto. *Retórica e Literatura: O Alencar polemista nas cartas sobre a Confederação dos Tamoios*. São Paulo: Scortecci, 2003, p.22.

houve por parte do autor apenas a ocorrência da língua Tupi e, ainda, destaca a importância da descrição da natureza e da liberdade do selvagem, isto é, imprime nessas assertivas as virtudes e o selo da cor local tão fundamental para a arregimentação da formação da cultura política<sup>85</sup>. Recebendo essas réplicas, Alencar (*Ig*) responde,

Quanto ao *bello* da natureza, ao *bello* plástico, escuso repetir-lhe o que já lhe disse nas minhas cartas passadas, e especialmente na ultima; mas, como sei que algumas pessoas descupao (Sic) o poeta n'este ponto, desejo esclarecer uma questão de arte, que interessa muito a litteratura patria. De ha algum tempo se tem manifestado uma certa tendência de reacção contra essa poesia inçada de termos indígenas, essa escola que pensa que a nacionalidade da litteratura está em algumas palavras: e reacção é justa, eu também a partilho, porque entendo que essa escola faz grande mal ao desenvolvimento do nosso bom gosto litterario e artístico, Mas o que não partilho, e o que acho fatal, é que essa reacção se exceda; que em vez de condenar o abuso, combata a cousa em si; que em lugar de stygnatisar ( Sic) alguns poetastros que perdem o seu tempo a estudar o dicionário indígena, procure lançar o ridículo e a zombaria sobre a verdadeira poesia nacional<sup>86</sup>.

Ao apresentar os argumentos que reiteram suas análises sobre as lacunas da obra de Magalhães, *Ig* problematiza de forma incipiente as noções de *bello*. Embora não se detenha nessa definição, aquele reafirma sua posição através de concepções de estética que, de certa forma, sustentam suas premissas. Daí que o mesmo responde ao “amigo” compreendendo que há, no poema, esforços pelo rompimento do estilo neoclássico. Porém, os elementos nacionais lá elencados não respondem a uma criação genuína e, sobretudo, não ilustram e/ou pintam a cor local e sua verdadeira face. Para o literato cearense não cabe à obra “stygnatisar” a figura do índio em uma única perspectiva, seja ela de particularidades em si ou históricas, o produto final não consegue equacionar o problema da nacionalidade e tal aporia poderia levar a um escárnio ao autor e ao próprio registro de formação da literatura brasileira.

Nesse sentido José de Alencar persiste em seu exame crítico e procura desconstruir o intento de epopeia conferido à “A Confederação dos Tamoios”. Na ótica de Alencar, tal narrativa não configura um horizonte mais sistemático da identidade nacional, embora o enredo elucide uma experiência no processo de formação da cidade do Rio de Janeiro; a composição da obra não suscita um registro indelével de constituição da História do Brasil e da literatura em si, pois a mesma não consegue apresentar indícios de tradição, ou seja, não há

<sup>85</sup> CAMPATO JÚNIOR, João Adalberto. *Retórica e Literatura: O Alencar polemista nas cartas sobre a Confederação dos Tamoios*. São Paulo: Scortecci, 2003, p.24-25.

<sup>86</sup> ALENCAR, José de. *Cartas sobre A Confederação dos Tamoyos*. Disponível em <<< <http://www.digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4642> Acesso em 26 fev 2017. Mantivemos a grafia original (p.42- 43). Este trecho foi retirado da 4ª Carta publicada em 5 de julho de 1856, ressaltando mais uma vez ao leitor no jornal *Diário do Rio de Janeiro*.

uma similitude ao estilo de “Os Niberlugos”, “Os Cantos de Ossian” e “Iliáda”<sup>87</sup>, entre outros.

Desse modo, o poema se estabelece numa proposta de “invenção” da matéria lida, isso se justifica pelos vários equívocos acentuados e pela ausência de uma urdidura sólida do evento que se notabilizou, para sustentar o ciclo de continuidade na História que o Estado condicionava a si. Invariavelmente, essa celeuma foi se arrastando durante todo o ano de 1856, as réplicas e trélicas foram sendo apresentadas nos jornais.

Contudo, Magalhães continuou tendo o beneplácito imperial e se assegurou no quadro de pioneiros do Romantismo e da historiografia literária, além de forte associado e *persona* dentro do IHGB. José de Alencar, porém, somente começou a ter uma relevância na verberação da cultura política no ano seguinte, com o lançamento de *O Guarani*. A partir deste instante, Alencar foi angariando notabilidade e, concomitantemente à vida literária, se dedicou a vida parlamentar, cativando a simpatia de alguns e mais desafetos com D. Pedro II<sup>88</sup>. Assistindo a essas cenas de embates, Machado de Assis, publica no periódico *Marmota* o ensaio que abriu este capítulo. *O Passado, o presente e o futuro da literatura* traz no seu cerne a tentativa do escritor em problematizar a questão da identidade literária por meio da compreensão do presente. Sendo assim, tal assertiva não pode ser tomada como um discurso de autoridade sobre o tema em si e nem tornar a “atualidade” o único ponto de reflexão sobre a questão. O escritor carioca, possivelmente, evidenciou que a construção discursiva em torno das seleções dos eventos e da elaboração de uma narrativa que sustente a formação do Estado nacional, *a priori*, não conseguem pontuar que havia e/ou houve uma tradição a especificar uma História da literatura brasileira, pois mesmo esta se desvinculando da literatura portuguesa não sustentaria esse facto cujos resultados podiam ser funestos, como uma valiosa exceção apareceu o Uruguaçu do Basílio da Gama,

Sem trilhar a sonda seguida pelos outros, Gama escreveu um poema, senão

<sup>87</sup> ALENCAR, José de. *Cartas sobre A Confederação dos Tamoyos*. Disponível em <<< <http://www.digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4642> Acesso em 26 fev 2017. Mantivemos a grafia original. Este trecho foi retirado da 5ª Carta publicada em 12 de agosto de 1856.

<sup>88</sup> José de Alencar foi eleito Deputado Geral pelo Partido Conservador entre 1861-1868. Ocupou o cargo de Ministro da Justiça por três anos (1868-1870). Nesse ínterim se candidata ao Senado, porém, como o Imperador tinha poder de veto, o impediu de tomar posse na função mais almejada do 2º Reinado. Três anos antes dessa contenda, publica sob o pseudônimo de Erasmo, as lamentáveis “Cartas a favor da escravidão” em que defende veemente a manutenção da exploração dos cativos, para o alinhamento da economia brasileira. Tais cartas eram endereçadas novamente ao Monarca e tinha como título “Ao Imperador: novas cartas políticas de Erasmo” (1867-1868). Cf. PARRON, Tâmis (Org.). ALENCAR, José de. *Cartas a favor da escravidão*. São Paulo: Hedra, 2008. Ressalto que aprofundarei essa questão com mais acuidade no 3º capítulo, pois além do Imperador, Alencar travou alterações literárias-políticas com Joaquim Nabuco (1849-1910). Conto com a paciência do leitor.

puramente nacional, ao menos nada europeu. Não era nacional porque era indígena, e a poesia indígena, barbara, a poesia do boré do tupan, não é a poesia nacional. O que temos nós com essa raça, com esses primitivos habitantes do paiz, (Sic) se os seus costumes não são a face característica da nossa sociedade? Basílio da Gama era entretanto um verdadeiro talento inspirado pelas ardências vaporosas do céu tropical. A sua poesia suave, natural, tocante por vezes, elevada, mas elevada sem ser bombástica, agrada e impressiona o espírito. Foi pena que em vez de escrever um poema de tão acanhadas proporções, não empregasse o seu talento em um trabalho de mais larga esfera. Os grandes poemas são tão raros entre nós!<sup>89</sup>

Analogamente aos primeiros intérpretes da historiografia literária brasileira, Machado de Assis aponta a relevância da poesia de Basílio da Gama, reconhecendo neste um esmerado autor no trato da escrita. Ao denotar, porém, que aquela obra não prefigura uma legítima “poesia nacional”, o jovem crítico suscita que o anseio de transformar a figura do índio em ponto nodal, mito, no processo de formação da cultura literária, incorre numa fórmula fácil para contornar a ausência de uma gênese “pura” da literatura brasileira.

Embora, numa primeira leitura, possa aparecer uma certa hostilização do literato sobre os nativos, o Machado de Assis aponta através de seu estilo irônico é que, ao buscar “invenções” simples sobre a matéria, ignora-se a discussão sobre a aporia da literatura. Desse modo, esta torna-se obliterada em relação às discussões sobre o fazer literário e sobre o sentido da literatura brasileira pois, para o escritor carioca, aquela não deve ser escravizada a uma obsessiva tese de “origem”, que solucionada, corroboraria para suprir a “sensação de não estar de todo”<sup>90</sup>, além de servir de motivo na agenda da cultura política normatizada pelo Estado.

Nesse sentido, Machado de Assis observa, com entusiasmo, a eloquência prefigurada na obra, louva a composição e o autor; porém tais distinções não são suficientes para atenuar a escassez dos “grandes poemas” que ainda havia na produção nacional. Esse diagnóstico indica dois aspectos sublinhados no artigo. O primeiro, destaca a persistência em se delimitar um lugar-comum para a formação da literatura brasileira, criando um amálgama naquela pois, ao instituir como pano de fundo obra/autor/cor local, não possibilita uma problematização da literatura em si; segundo, a urdidura tecida pelas categorias postas servem de pilares para a formulação do conceito de história da literatura brasileira que, na perspectiva do crítico, não está definida na medida em que não há elementos sólidos que a caracterizassem.

Neste contexto, apreende-se que o ensejo de alinhar um sistema temporal na

<sup>89</sup> ASSIS, J.M. Machado de. *O Passado, o presente e o futuro da literatura*. Disponível em <http://www.bn.digital.br> Acesso 12 dez 2016

<sup>90</sup> Cf. SÜSSENKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: O narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

mensuração da identidade literária buscou responder à obstinação por uma ontologia, que em certa medida sustentasse as narrativas edificadas na arregimentação da autonomia das disciplinas e, sobretudo na afirmação do Estado brasileiro. Substancialmente, essas prerrogativas foram se consolidando, pois se alicerçaram na construção do passado relido na contemporaneidade, salientando a configuração da literatura brasileira conferindo a esta um caráter epistemológico, ou seja, era necessário historicizar aquele processo.

Desse modo, a História não seria apenas um “suporte” teórico-metodológico: a mesma atribuiria ao país a ideia de tradição na literatura, já que a equipararia às experiências da cultura Ocidental e, impreterivelmente a assentaria àquela o caráter de ciência. Daí que o

[...] movimento romântico efetua uma descida na escala metafísica, aproximando-se; ainda que por cima, idealisticamente, do mundo das “realidades” no espaço e no tempo, mas não apenas das secas realidades racionais do universo físico-matemático, como outrossim as da multiplicidade qualitativa, tópica, fenomenal dos tempos característicos e dos espaços ambientais – não mais sagrados – revestidos de cor local<sup>91</sup>.

Esse intento em assentar as categorias do tempo no processo de historicização, propiciou ao Romantismo brasileiro a legalidade de trazer para si as etapas heurísticas na condução de um estatuto formador de identidade literária. Tributário de um século em que a metodologia da História Moderna estava imbricada na semântica dos conceitos, o Romantismo se aliou àquela na pretensão de orientar uma síntese sobre a literatura brasileira e designou a “cor local” como condição *sine qua non* para sua atribuição. Neste cenário, Jacob Guinsburg problematiza que tal tópica foi seminal para a elaboração de interpretações, sejam estas formativas, de caráter propedêutico, que terão na década de 1860 o maior auge, ou informativas, que serviriam de modo ilustrativo e, desse modo, endossariam que a trilha teleológica da literatura no Brasil segue o processo civilizatório do Ocidente.

Tal peculiaridade foi se solidificando devido à tomada de consciência histórica<sup>92</sup> que se naturalizou nos oitocentos, sobretudo porque havia uma pretensão de formalizar a autonomia dos saberes, designando a estes uma linha metodológica que apresentaria um diagnóstico sobre o passado auferido no presente, alinhando a nação emancipada a um quadro pictórico de nacionalidade. A introdução ao mito de origem - índio e natureza – traria o panorama narrativo de formação do Estado. Nesse sentido, o Romantismo no Brasil se serviu não somente da idealização do herói nacional, visto que a este foi designado tal papel, mas foi

<sup>91</sup> GUINSBURG, J. Romantismo, Historicismo e História. In: *O Romantismo*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1985, p. 16.

<sup>92</sup> Idem, Ibidem, p.14.

acionado como uma resposta emergencial para uma síntese de percepção da História do país, entre outros pontos acionados para a arregimentação da cultura política tendo a literatura como um dos documentos peremptórios desse projeto.

Contumaz, foi o passado, a construção da memória, que elencaram os argumentos alusivos à efetivação do lugar-comum de formulação da identidade nacional, que somente ocorreria se estivesse associada a uma metodologia científica, ou seja, era necessário aliar-se à História, principalmente a literatura pois,

Uma revolução litteraria e política fazia –se necessária. O paiz não podia continuar a viver debaixo daquella dupla escravidão que o podia aniquillar.. - A aurora de 7 de Setembro de 1822, foi a aurora de uma nova era. O grito do Ypyranga foi o – Eureka - soltado pelos lábios daquelles que verdadeiramente se interessavam pela sorte do Brasil, cuja felicidade e bem-estar procuravam. O paiz emancipou-se. A Europa contemplou de longe esta regeneração política, esta transição súbita da servidão para a liberdade, operada pela vontade de um príncipe e de meia dúzia de homens eminentemente patriotas. Foi uma honrosa conquista que nos deve encher do gloria e de orgulho; e é mais que tudo uma eloqüente resposta ás interrogações pedantescas de meia dúzia de scepticos (Sic) da época: o que somos nós?<sup>93</sup>

Foi providencial organizar um sistema, que respondesse à aspiração de uma cultura política autogovernada. Isso justificou-se pela consequência da emancipação de 1822. Dessa forma, a literatura brasileira seria apresentada para o Ocidente não somente como um desdobramento da portuguesa, mas como uma literatura independente, ou seja, fazia-se necessário uma “revolução”, que organizasse uma narrativa em que o presente seria uma resposta a um passado, cujos efeitos foram elencados para atualizar a contemporaneidade sobre uma perspectiva de aceleração do tempo e da “chegada” ao estágio de civilização. Para Machado de Assis, entretanto, esta obstinação em aglutinar a história da literatura à história do país obliterava o sentido da literatura pois, ao incorrer nessa fórmula “fácil”, estabelecia um discurso formador que, de certo modo, conseguia mobilizar através desse quadro uma linha teleológica sobre aquela.

Invariavelmente, essa tópica foi acionada para referendar o método, na medida em que havia nesse propósito uma ideia de sobreposição do processo de descontinuidade da história, isto é, ao invocar o passado, procurava denotar que aquele teve processos diferentes que apresentaram a direção de crise da História do país suscitada no período colonial. Desta maneira, após a independência o movimento de orientação fora atualizado pelo prognóstico

<sup>93</sup> ASSIS, J.M. Machado de. *O Passado, o presente e o futuro da literatura*. Disponível em <http://www.bn.digital.br> Acesso 12 dez 2016

do progresso e do otimismo reverberado pela ação da Casa de Bragança. Implicado nessa emulação, Machado de Assis levanta no ensaio uma provocação. Ao fazer referência a uma gênese da literatura brasileira, o (s) uso (s) do (s) passado foi (foram) incorporado(s) em categorias ontológicas que serviriam de sustentação ao processo de fundação da literatura. Entretanto, o literato carioca reconhece que esta necessidade surgiu após a autonomia em relação à metrópole. Dessa forma, era preciso erigir uma identidade, “o que somos nós?” – indaga -, mas dentro deste mote não estava em questão “quem somos”, ou seja, qual a nossa verdadeira cadeia d DNA “nacional”, mas o que estava em questão é o que significaríamos para o outro. Diante desta celeuma, o crítico literário ainda discerne que

[...] após o *Fiat* político, devia vir a *Fiat* litterario, a emancipação do mundo intelectual, vacillante sob a acção influente de uma litteratura ultramarinas Mas como? é mais fácil regenerar uma nação, que uma litteratura. Para esta não há gritos de Ypvranga; as modificações operam-se vagarosamente; e não se chega em um só momento a um resultado<sup>94</sup>.

É peremptório o argumento de Machado de Assis, que desconstrói a ideia-força – monarquia/cultura política -, para ele, a “descoberta” da literatura brasileira não passaria por uma cronologia sistemática que se impunha a qualquer custo. Em sua opinião, a literatura brasileira não teria realizado a sua “revolução” e a proposta de se instalar deveria ocorrer de forma morosa, isto é, seria necessário, antes de se buscar a sua história, debater sobre o seu sentido e seu papel frente a sociedade. Nesse sentido, a problemática da identidade literária estaria na compreensão do presente, porém, este não estaria na condição de superioridade em relação ao passado, mas na problematização das questões contemporâneas e suas implicações na condução do fazer literário. Desse modo, o bruxo do Cosme Velho já tecia, de forma incipiente e tímida, uma proposta de literatura nacional que, a princípio se colocava de forma dessacralizada, salientando que “[...] o litterato não pôde aspirar a uma existência independente, mas sim tornar-se um homem social, participando dos movimentos da sociedade em que vive e de que depende”<sup>95</sup>, ou seja, a narrativa a ser construída sobre a literatura brasileira estava muito mais imbricada nas urdiduras da experiência do tempo presente, pois este deliberava sobre a condição de existência do indivíduo e de seu meio social.

Essa consciência pelo contemporâneo – presente – não deve ser tomada como uma

<sup>94</sup> ASSIS, J.M. Machado de. *O Passado, o presente e o futuro da literatura*. Disponível em <http://www.bn.digital.br> Acesso 12 dez 2016

<sup>95</sup> ASSIS, J.M. Machado de. *O Passado, o presente e o futuro da literatura*. Disponível em <http://www.bn.digital.br> Acesso 12 dez 2016

“camisa de força”, que reverbera o momento “moderno” de forma hegemônica e único. Para Machado de Assis, a história da literatura brasileira deve ser apresentada e discutida; porém, este estatuto não deve servir como uma via unilateral para estabelecer o sentido adquirido pelas letras no país. Dessa forma, esse critério de normatizar uma linha teleológica, de elencar eventos que em certa medida, endossam o mito fundador da nacionalidade, impossibilitam uma perspectiva analítica da literatura em si, do literato e da sociedade. Para contrabalancear essa concepção, fazia-se necessário quebrar essa ideia de modelo “verdadeiro”, que impunha à literatura brasileira uma cultura edificada numa tradição helenística. Nesse sentido não interessava, pela perspectiva machadiana, o inventário do tempo e/ou a linha progressiva que a historiografia literária estava sendo alinhavada, mas problematizar: em que medida cabia a literatura inferir nas questões sociais?

Possivelmente esse argumento não estava induzindo no tocante à literatura e/ou somente a ela, o papel disciplinador de um porcesso histórico mas, uma vez sendo o campo literário uma linguagem artística, deveria ser problematizada dentro do contexto o registro da história do presente. A efetivação desse critério levaria ao afastamento do caráter universal, no qual a literatura brasileira estava sendo enquadrada já que, para Machado de Assis não havia ainda uma literatura desenvolvida e, por isso o crítico/autor/literato apresenta o seguinte diagnóstico sobre o romance, o teatro e a poesia. Vejamos:

Ninguém que fôr (Sic) imparcial afirmará a existência das duas primeiras entre nós; pelo menos, a existência animada, a existência que vive, a existência que se desenvolve fecunda e progressiva. Raros, bem raros, se tem dado ao estudo de uma fôrma tão importante como o romance; apesar (Sic) mesmo da conveniência perniciosa com os romannces francezes, que discute, applaude e endossa a nossa mocidade, tão pouco escrupulosa de ferir as susceptibilidades nacionais. Podíamos aqui assignalar os nomes desses poucos que se tem entregado a um estudo tão importante, mas isso não entra na ordem deste trabalho, pequeno exame genérico das nossas letras. Em um trabalho de mais largas dimensões que vamos emprehender analysaremos minuciosamente esses vultos de muita importância do certo para a nossa recente litteratura. Passando ao drama, ao theatro, é palpável que a esse respeito somos o povo mais parvo e pobretão entre as nações cultas. Dizer que temos theatro, é negar um facto; dizer que não o temos, é publicar uma vergonha. E todavia assim é. Não somos severos: os fidos faliem bem alto. O nosso theatro é um mytho, uma chimera. E nem se diga que queremos que em tão verdes anos nos ergamos á altura da França, a capital da civilisação moderna, não! Basta que nos modelemos por aquella renascente literatura que floresce em Portugal, inda hontem estremendo ao impulso das erupções revolucionarias<sup>96</sup>.

<sup>96</sup> ASSIS, J.M. Machado de. *O Passado, o presente e o futuro da literatura*. Disponível em <http://www.bn.digital.br> Acesso 12 dez 2016. Mantivemos a grafia no original.

Se ainda não havia uma definição sobre a literatura brasileira, faz-se mister ressaltar que os gêneros ou a “fôrma” também não existiam. Nesse sentido, Machado de Assis aponta que ainda há uma insuficiência literária, tanto no romance que, em sua perspectiva, ainda apresentava enredos inconsistentes (ainda que estes tivessem influência do estilo francês), quanto ao teatro que, devido à sua incipiência, seria “fraco” posto não conseguir se igualar aos modelos de “civilização” que o Ocidente apregoava. Desse modo, o ensaio faz, neste ponto, uma crítica propedêutica ao projeto de literatura nacional que estava se delineando naquele momento. Se, a princípio, o exame se colocava na obstinação em traçar um panorama histórico sobre a literatura, agora o literato carioca demonstrava que, para além daquela questão nefrálgica, não havia ainda produções literárias que respondessem a esse anseio almejado.

Pode-se averiguar que Machado de Assis, a partir desse momento, justifica o seu argumento contrário à ideia de que existia uma literatura brasileira. De seu ponto-de-vista, o sentimento de nacionalidade estava imbuído num projeto político que pretendia “forçar” um exemplo universal às letras nacionais. Assim, acreditava Machado de Assis, tal imposição causava muito mais descompasso estilístico e coeso do que uma representação de identidade. Faltavam investimentos constantes para que a dramaturgia alavancasse:

[...] Haverá remédio para a situação? Cremos que sim. Uma reforma dramática não é difícil neste caso. Há um meio fácil e engenhoso: recorra-se às operações políticas. A questão é de pura diplomacia; um golpe de estado literário não é mais difícil que uma parcela do orçamento. [...] Removido este obstáculo, o teatro nacional será uma realidade? Respondemos afirmativamente. A sociedade, Deus louvado! É uma mina a explorar, é um mundo caprichoso, onde o talento pode descobrir, copiar, analisar, uma aluvião de tipos e caracteres de todas as categorias. Estudem-na: eis o que aconselhamos às vocações da época.<sup>97</sup>

Dentre a sua acepção formativa de instruir ao público<sup>98</sup>, Machado de Assis também assente que deveria ter do poder público um financiamento pontual para a solidificação do teatro brasileiro<sup>99</sup>, pois este não deveria ficar restrito às traduções e a imitações de outros

<sup>97</sup> Peço desculpas ao leitor nessa passagem usei o referido ensaio que está situado no Domínio Público. Disponível em <http://www.machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/119-ec79144c6008d0db9c43607aea29acf> Acesso em 23 julh. 2017

<sup>98</sup> Os professores J.Guinsburg e Rosangela Patriota ao traçarem uma análise historiográfica sobre o teatro brasileiro, atribuem a análise de Machado de Assis sobre a dramaturgia sobre o viés tributário da Europa. Discordo desse ponto, pois o bruxo do Cosme Velho está justamente desmistificando esse intento de “cópia” do Ocidente. É inegável que haja influência, mas esta não pode ser tomada de forma unilateral e hegemônica. Cf. GUINZBURG, Jacó; PATRIOTA, Rosangela. *Teatro brasileiro: ideias de uma história*. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

<sup>99</sup> Vale ressaltar que Machado continuou com essa defesa do financiamento público para o teatro, tanto que na

países. Tal pressuposto não deve ser posto como uma implementação de salas de espetáculo, cujo cenário deva ser caracterizado pelos elementos da natureza e/ou que os atos das peças tenham elencados somente *personas* originais da cultura, a exemplo da figura mítica do índio. O literato carioca observa que o cerne da discussão deve ser a sociedade em sua complexidade e diversidade que, devido à sua amplitude, deveria ser estudada, problematizada, escrutinada e, neste exame, poderiam ser vislumbrados aspectos originários de uma suposta nacionalidade.

Tal premissa propedêutica ainda traz o elogio a José de Alencar, ainda que o teatro necessitasse de uma “transformação social” capaz de promover sua gênese de cor local. Essa tese ainda continuará na escrita de Machado de Assis: no próximo capítulo, apresentaremos o ensaio *O Ideal do Crítico*, publicado em 1865, num momento em que a literatura era “ensinada” através de Compêndios e de Cursos. O crítico via nesse ponto um equívoco, já que faltava ainda uma literatura nacional, e sobretudo, não havia um público estimulado ao gosto das questões sociais, que ainda permaneciam obstruídas pela cultura política.

---

década de 1860 o mesmo publicou duas crônicas (16 e 24 de dezembro de 1861 na série *Comentários da Semana*) defendendo essa questão numa celeuma travada com Macedo Soares. Cf. Machado de Assis: *Comentários da semana*. GRANJA, Lúcia e CANO, Jefferson (Orgs.). Campinas, SP: EDUNICAMP, 2008, p.13-14.

## Capítulo 2 – A pedagogia machadiana e o papel do crítico frente a uma literatura social.

*A discussão literária no nosso país é uma espécie de **steeple- chase**, que se organiza de quando em quando; fora disso a discussão trava-se no gabinete, na rua, e nas salas. Não passa daí em nos parece que se deva chamar escola ao movimento que atraiu as musas nacionais para o tesouro das tradições indígenas.*

*ASSIS, J.M. Machado de. José de Alencar: Iracema – Publicado originalmente na “Semana Literária”, **Diário do Rio de Janeiro**, 23/01/1866.*

## 2.1- O presente em questão: o papel do crítico e o debate de formação da literatura brasileira.

O debate em torno da nacionalidade da literatura não se encerraria nos anos de 1850. O que se propagou na década seguinte foi a necessidade de levar ao público a ideia-força de uma história da literatura brasileira autônoma e estruturada no tempo. Dessa forma, essa prática foi ganhando corpo político e sua institucionalização foi se integrando aos currículos escolares, impulsionando nesse sentido, uma normativa didática sobre aquele processo de formação. Daí que o papel dos docentes serviria de duas formas para a sustentação da cultura política em voga: 1) o de compiladores e 2) o de preletores. O primeiro na função de sistematizador, de tradutor das “épocas” e “fases” da literatura nacional, e, o segundo na afirmação de um ente, que apresenta com propriedade uma tradição historiográfica da gênese literária, ou seja, aquele que demonstra que o presente faz a leitura de um passado virtuoso, mas que contemporaneamente ao estágio de civilização, assenta um otimismo e uma projeção de futuro arrebatador.

Desse modo, o que se legitimava era a continuidade do controle do tempo e, neste interim, da manutenção do campo semântico que o Estado apregoava. Corroborando para essa premissa, a criação do Colégio Pedro II em 2 de dezembro de 1837<sup>1</sup>, demonstra a força e a intencionalidade do regime monárquico em assentar o domínio sobre os saberes disciplinares. Fundado no aniversário do futuro jovem imperador e levando o seu nome, este estabelecimento de ensino, “[...] foi pensado para a formação moral, religiosa, intelectual, nacional e civilizada dos cidadãos brasileiros [...]”<sup>2</sup>, isto é, sua finalidade foi arquiteta para conduzir indivíduos “preparados” para “servir” em alguma medida ao projeto de nação, que estava sendo desenvolvido. Para tanto, as denominadas “Ilhas de Letrados”<sup>3</sup>, foram sendo alinhavadas com o propósito de assegurar às elites uma bagagem de ilustração que não deixaria por menos em relação à educação formalizada na Europa. Nesse sentido, e para denotar que o país também descendia de uma herança helenística, as humanidades, sobretudo à História, foram tomadas como matérias ímpares na arregimentação da cultura política.

---

<sup>1</sup> Vale ressaltar que o mesmo só passou a funcionar em março de 1838. Cf. MELO, Carlos Augusto de. *A formação das Histórias literárias no Brasil: As contribuições de Cônego Fernandes Pinheiro (1825- 1876), Ferdinand Wolf (1796-1866) e Sotero dos Reis (1800-1871)*. Doutorado (Teoria e História Literária) Campinas: Unicamp, 2009, 326f, p.39.

<sup>2</sup> MELO, Carlos Augusto de. *A formação das Histórias literárias no Brasil: As contribuições de Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876), Ferdinand Wolf (1796-1866) e Sotero dos Reis (1800-1871)*. Doutorado (Teoria e História Literária) Campinas: Unicamp, 2009, 326f, p. 41.

<sup>3</sup> Cf. . CARVALHO, José Murilo. *A Construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Editora UNB, 1981, p.51-72.

Imbuído nesse espírito do historicismo, a literatura foi se acoplando e, a partir de 1858, foi se emancipando do curso de Retórica e Poética do Colégio Pedro II<sup>4</sup>. Sob a égide do cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876), a literatura foi adquirindo autonomia, e sua peculiaridade ia ao encontro do instinto de nacionalidade suscitado pelo Romantismo. Nesse sentido, a configuração literária reverberava a proposta de uma nova conceituação da literatura brasileira, pois até então esta se situava como uma ramificação da portuguesa, e sua genealogia fixava-se em manifestações aleatórias no início da colonização, tendo como máxima o século XVIII e suas epopeias de Santa Rita-Durão e Basílio da Gama. Mais do que endossar os textos dos autores fundadores da historiografia literária, fazia-se necessário situar a literatura brasileira no campo da própria história do Brasil e propagar essa premissa nos estabelecimentos de ensino.

Sendo assim, a mesma passou a não ser somente assunto de obras que direcionassem a sua periodização, mas de uma disciplina formadora de valores heurísticos que contribuiriam na narrativa do tempo conduzido pelo Estado. Notadamente, pode-se atribuir que houve uma preocupação propedêutica no intuito de assegurar a afirmação desse projeto, e a relevância do crítico literário permaneceria incipiente no debate sobre a identidade literária. Sobre esse cerne, tal capítulo que está sendo apresentado se propõe a discutir em que medida essa determinação e influência nas disciplinas curriculares contribuiriam para a narrativa política de nacionalidade que a Casa de Bragança estava impregnando no país: a literatura serviria apenas enquanto um documento e/ou atestado de registro de “épocas/autores/obras”? Como a mesma se situaria no presente político? E qual papel caberia ao crítico literário sobre tal matéria em determinado contexto social? Paralelamente a todas essas questões, como Machado de Assis estava observando esse cenário e o qual seu diagnóstico sobre o presente e o futuro da literatura brasileira?

\*\*\*\*\*

Tempo de formar o “gosto”, tempo de “valores”, pode-se atribuir que a crítica literária brasileira se iniciou na metade dos oitocentos com a característica bem nítida de *Tout Court*<sup>5</sup>, ou seja, examinando de forma casuística autores e obras. Seu “ lugar” projetou-se

<sup>4</sup> É importante notar que o Colégio Pedro II, conferia aos alunos que concluíssem os estudos nos cursos de humanidades, o título de Bacharel em Letras. Para maiores informações, MELO, Carlos Augusto de. *A formação das Histórias literárias no Brasil: As contribuições de Cônego Fernandes Pinheiro (1825- 1876), Ferdinand Wolf (1796-1866) e Sotero dos Reis (1800-1871)*. Doutorado (Teoria e História Literária) Campinas: Unicamp, 2009, 326f, p. 48.

<sup>5</sup> Vale ressaltar ao leitor que o significado dessa expressão foi apresentada na introdução dessa tese, nota de rodapé nº 15, p. 12. Para maiores detalhes, sugiro, SOUZA, Roberto Acízelo de. *A Crítica literária no Brasil*

principalmente em periódicos e, pós 1839, na Revista do IHGB. Tal exercício foi se regulamentando por uma disfunção em relação a uma prática propositiva que imperou no século anterior e que, ancorado nos preceitos retóricos-poéticos, se valeu muito mais sobre o juízo de determinada produção e/ou escritor do que sobre os fundamentos estéticos e da arregimentação da “cor local” na operação discursiva da história literária. Sendo assim, não se pode afirmar que houve uma obliteração daquele exercício; porém, o século XIX se notabilizou por uma “aferição do merecimento literário das composições”<sup>6</sup> que, em certa medida, conferia um caráter de nacionalidade na principiante prosa, na poesia e na dramaturgia do Brasil jovem emancipado.

Desse modo, essa normativa foi se estabelecendo, pois fazia-se necessário atribuir à literatura um parâmetro de legado cultural<sup>7</sup>, isto é, que prefigurasse uma linha de análise atrelada a eventos, legitimando àquela a uma tradição helenística que denotasse sua própria história. Era importante delinear um panorama de marcos que apontassem características estéticas, impreterivelmente ligados a algum movimento literário e, não menos importante, destacando a autoria de tal produção. Nesse sentido, o público buscava nessa análise do crítico uma descrição do panorama literário, pois tal compreensão, além de ser um exercício lúdico, comprovaria a existência de um registro histórico seminal da literatura nacional.

Inserido nesse contexto, Machado de Assis publica no *Diário do Rio de Janeiro*<sup>8</sup>, um de seus esmerados ensaios sobre a crítica literária. “O Ideal do crítico” inicia-se com o descontentamento em relação ao ofício do crítico pois, para o escritor carioca, havia uma falta de direcionamento daqueles que se propunham a tal tarefa, sendo que a mesma ia ao encontro de um valor de juízo e não a uma orientação para o literato<sup>9</sup>, sobretudo à luz de uma perspectiva da sociedade. Desse modo, pode-se dizer que Machado persiste em sua argumentação sobre o fazer literário e, assim sendo, enfatiza a necessidade de um olhar atento de seus contemporâneos com a crítica e com as tensões sociais que estão interligadas no papel

---

oitocentista: um panorama. In: CORDEIRO, Rogério; WERKENA, Andréa Sirihal; SOARES, Claudia Campos; do Amaral, Sérgio Alcides Pereira. *A crítica literária brasileira em perspectiva*. Cotia: SP: Ateliê Editorial, 2013, p. 13- 28.

<sup>6</sup> Idem, Ibidem, p. 15.

<sup>7</sup> Cf. LIMA, Luiz Costa. *Dispersa demanda*. (Ensaio sobre literatura e teoria). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, p. 5.

<sup>8</sup> O *Diário do Rio de Janeiro* foi fundado em 1821. Vivendo de oscilações, em 1860, Saldanha Marinho, político liberal torna-se proprietário do mesmo. Nesse ínterim designa, Quintino Bocáiuva para editor- chefe, que prontamente convida Machado de Assis para participar de seu corpo de jornalistas. Cf. MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis, 1839-1870: ensaio de biografia intelectual; prólogo de Antonio Candido; posfácio Paulo Rónai*; Trad. Marco Aurélio de M. Matos, 2ª ed. revista, São Paulo: EDUNESP, 2009, p. 245.

<sup>9</sup> Para José Luís Jobim, Machado de Assis acreditava que a crítica tinha uma missão a cumprir, principalmente no tocante a ajudar no papel do escritor frente a sociedade. Cf. JOBIM, José Luís. Machado de Assis: o crítico como romancista. In: *A crítica literária e os críticos criadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Caetés: EdUERJ, 2012, p. 53-77.

do escritor oitocentista. Para ele, o conceito de crítica estava muito mais no valor propedêutico do que na propagação de polêmicas e de comentários depreciativos sobre o valor da obra e do autor.

Esse posicionamento foi se afirmando: era necessário, nesse sentido, enveredar por um viés pedagógico sobre a própria crítica, uma vez que “para exercer satisfatoriamente o ofício, a pessoa deveria evitar desde reações idiossincráticas até o simples empirismo, em prol da ausculta da obra específica à luz da compreensão dos artifícios de construção literária”<sup>10</sup>, isto é, o escrutínio deveria privilegiar a disposição, os argumentos, os indícios do estilo do texto literário. Esse procedimento não visava apenas constatar à estética ou a escola que o autor estava postulando, mas analisar a pretensão do crítico frente à própria literatura sem estabelecer um exame preconcebido. Desta forma, Machado de Assis condena o que, posteriormente, Luiz Costa Lima nomeará sobre o crítico no Brasil oitocentista: a categoria de juiz<sup>11</sup> (para Lima, essa prática obliterava a noção de literatura e do que deveria ser a literatura brasileira).

Tal posição, defendida pelo bruxo do Cosme Velho, visava evitar que a crítica continuasse servindo a um “Tribunal de Minerva” e, também, fosse subserviente ao nacionalismo político intrínseco à famigerada (e exaltada) “cor local”. Sendo assim, a operacionalização da crítica partiria para uma percepção da arte escrita como uma linguagem do social e, conseqüentemente, do fazer literário do escritor.

---

<sup>10</sup> BASTOS, Dau. *Machado de Assis: Num recanto, um mundo inteiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008, p. 89.

<sup>11</sup> O professor e crítico literário Luiz Costa Lima, aponta que no Brasil do século XIX, não havia um crítico desprendido de julgamentos e/ou absorto de influências estrangeiras. Para ele o crítico era um intelectual orgânico da burguesia e que seus escritos tinham muito mais uma posição pragmática do que analítica, ou seja, estavam fazendo um papel isolado de classe e servindo apenas de sentenciadores de valores. LIMA, Luiz Costa. *Dispersa demanda*. (Ensaio sobre literatura e teoria). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, p. 30-36.



Figura 4 – Primeira página do jornal *Diário do Rio de Janeiro* de 1860. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=)  
Acesso em 12 dez. 2016.

Refletir sobre o papel social do literato e, naturalmente, de sua obra, Machado de Assis defendia a premissa, uma espécie de “ideia-força” direcionada às reflexões acerca de uma literatura que fosse processada por uma via “fecunda e não (...) estéril, que nos aborrece e nos mata”<sup>12</sup>, ou seja que fosse instrutiva, indagativa e não cerceadora para agradar arrivismos gratuitos. Esse ensejo em perscrutar uma ciência da crítica ia de encontro ao que se fazia sobre os juízos de valor estabelecidos pelos normatizadores da crítica literária, isto é, havia, na perspectiva machadiana, uma elaboração de conceito, de ideia sobre a literatura que, em certa medida, promovia um debate com seus contemporâneos sobre aquela questão. Tal assertiva se justifica pois, além de existir essa fratura exposta pelo crítico Machado de Assis, ainda vicejavam narrativas impregnadas de um discurso formador afeito a uma tradição historiográfica literária, sobretudo, nas instituições.

Um desses estabelecimentos foi o já citado Colégio Pedro II. Modelo educacional para outros liceus, a instituição de ensino tinha na formação de humanistas (Bacharel em Letras) o ponto alto de sua metodologia didática. Servindo-se de do alinhamento da cultura política suscitado pelo Estado, o Colégio teve no seu quadro intelectuais conhecidos e que estavam sintonizados com o historicismo em voga naquele momento. Integrante do corpo docente desde 1857, o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876)<sup>13</sup>, foi um desses artífices a colaborar na solidificação do discurso formador de nacionalidade. Dentre suas várias publicações, *O curso elementar de literatura nacional* representou mais um documento que prefigurasse a experiência de constituição da história da literatura brasileira. Nesse sentido, este compêndio tinha como pretensão - mesmo que não explícita - endossar a narrativa sobre a tradição literária no Brasil, reafirmando “as manifestações” tidas desde a Colônia até àquela atualidade configurando, assim, que o país possuía um sistema literário de formação em que o passado, atualizado, responderia a uma identidade própria, sobretudo na reverberação da “cor local”.

Dessa forma, *O Curso Elementar de literatura nacional* estava imbuído de um historicismo metodológico empregado para organizar e privilegiar o movimento romântico

<sup>12</sup> ASSIS, J.M. Machado de. *O Ideal do Crítico*. Disponível em <http://www.bn.digital.br> Acesso 12 dez 2016. Este ensaio foi publicado originalmente no jornal *Diário do Rio de Janeiro* em 8 de outubro de 1865.

<sup>13</sup> Natural do Rio de Janeiro, o cônego Fernandes Pinheiro foi considerado uma *persona* importante no ensino de literatura no Brasil do século XIX. Em 1859, torna-se Primeiro secretário do IHGB. Falece em 1876 deixando uma vasta produção de cunho religioso, mas, sobretudo sobre historiografia literária, tendo no *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862) e *Resumo da história literária* (1873), duas de suas principais obras sobre aquela matéria. Cf. MELO, Carlos Augusto de. *Cônego Fernandes Pinheiro: um crítico literário pioneiro do romantismo no Brasil*. Dissertação (Instituto de Estudos da Linguagem) – 614f, Campinas, Unicamp, 2006. Do mesmo autor: MELO, Carlos Augusto de. *A formação das Histórias literárias no Brasil: As contribuições de Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876), Ferdinand Wolf (1796-1866) e Sotero dos Reis (1800-1871)*. Doutorado (Teoria e História Literária), 326f, Campinas: Unicamp, 2009.

enquanto síntese máxima deu uma ideia de Brasil. Esse modelo compilatório do cônego Fernandes, além de endossar o projeto de nacionalidade do Estado, também propunha-se a designar o Romantismo como o movimento responsável pela emancipação literária em relação a Portugal, ressaltando que as obras produzidas a partir de 1836 tinham muito mais um caráter brasileiro do que a independência política de 1822. Isso porque a literatura daquele momento era real, autônoma, por isso havia a necessidade de não somente a sistematizar, mas transformá-la numa disciplina que alinhavasse um horizonte pedagógico ao processo de condução da nacionalidade.

Sendo assim, cônego Fernandes assume um lugar de destaque nesse intento. Elogiado por Machado de Assis em duas obras ficcionais, *Manual do Pároco* e *Meandro Poético*<sup>14</sup>, Fernandes almeja em seu ofício a obtenção de um protagonismo na cena dos estudos literários com a intenção de se consolidar ao lado de *personas* que pautavam a discussão envolvendo “uma verdadeira historiografia literária”, como Gonçalves de Magalhães. Assim, Fernandes almejava ser um propagador acadêmico, tanto do ensino da literatura como da aquisição de atributos instrutivos e intelectuais na formação do gosto pela arte das *Belas-letras*. Nesse sentido, seu compêndio procurava ser uma enciclopédia de valor moral, um modelo para os escritores coevos<sup>15</sup>, pois ao denotar esses “marcos”, o professor do Colégio Pedro II propõe um regime de historicidade em que o passado se torna o “fio de Ariadne” da identidade literária nacional, possibilitando a elaboração de uma memória histórica a consolidar a ideia-força de uma tradição literária, segundo os valores helenísticos da cultura Ocidental.

Colocando-se como um dos porta-vozes desse projeto político, cônego Fernandes assinala que a literatura brasileira tem períodos de manifestações de obras e autores mas, sobretudo, que tem uma história. Esta não é ramificada, mas própria. O valor da crítica, para Fernandes, resvalava num juízo de valor<sup>16</sup> – posição contestada por Machado de Assis – em que obra e autor deveriam estar embebidos das concepções estéticas românticas, principalmente no que concerne à chamada “cor local”, pois seria justamente essa característica a afirmar a formação de um panorama concreto da literatura brasileira,

<sup>14</sup> MELO, Carlos Augusto de. *A formação das Histórias literárias no Brasil: As contribuições de Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876), Ferdinand Wolf (1796-1866) e Sotero dos Reis (1800-1871)*. Doutorado (Teoria e História Literária), 326f, Campinas: Unicamp, 2009, p.64.

<sup>15</sup> Idem, Ibidem, p.80.

<sup>16</sup> Vale ressaltar que o cônego Fernandes escreveu textos de críticas literárias analisando obras e autores, um deles foi o “Discurso sobre a poesia religiosa em geral e, em particular, no Brasil” e também comentários sobre a obra de Joaquim Manoel de Macedo. MELO, Carlos Augusto de. *A formação das Histórias literárias no Brasil: As contribuições de Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876), Ferdinand Wolf (1796-1866) e Sotero dos Reis (1800-1871)*. Doutorado (Teoria e História Literária), 326f, Campinas: Unicamp, 2009, p.58.

confirmada por seu passado e, conseqüentemente, reafirmada em seu mito de origem. A internalização dessa síntese coloca em evidência o papel do escritor frente a sua escrita, que deveria ser “pura” e “nacional”, tipificando o conceito sobre a literatura brasileira dos oitocentos. Segundo Koselleck, essa formulação estabelecida pelo homem moderno é tributária de um movimento linguístico e histórico, pois sua variação se dá em meio a acontecimentos de longa duração ou a eventos espontâneos. Um exemplo, que o mesmo coloca é sobre o conceito de “revolução”, de “uma expressão associada à natureza e de cunho trans-histórico, passou a ser aplicada, por meio de um processo metafórico [...] a desordens sociais e levantes [...]”<sup>17</sup>, ou seja, o conceito foi sendo configurado a partir da experiência do tempo, empreendendo em si uma variação tanto semântica quanto histórica para se autônomoar, pois as transformações advindas desde o século XVIII (em que a industrialização e, posteriormente, o Estado, passaram a controlar o tempo) promoveram o emprego desse termo a um denominador comum, isto é, a interdependência político-social do processo histórico.

Substancialmente, essa concepção foi se notabilizando na denominada história moderna e a literatura brasileira oitocentista não se furtou a enveredar por essa “saída”, na medida em que sua legitimidade estava atrelada à consonância da construção do próprio País. Assim como a língua<sup>18</sup>, a figura mítica do índio possibilitou arrebatado discursos e foi incluída, peremptoriamente, dentro dessa historiografia literária como uma tópica reflexiva sobre a própria metanarrativa da literatura. Imiscuídos em torno dessas questões, outrossim foram outros críticos que surgiram no intuito de enfatizar essa pedra-de-toque passado/indianismo/cor local, elaborando, através dessa representação pictórica, o quadro autônomo e de tradição da literatura nacional. Concomitante, Machado de Assis persistia na sua orientação de instigar à literatura o papel de condutora das matérias de seu presente, ou seja, dos temas sociais de seu tempo, sobretudo, de forma consciente e problematizando a aporia da literatura e a literatura brasileira.

---

<sup>17</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006, p.66-67.

<sup>18</sup> Para Maria Edith Avelar, na construção da cultura histórica oitocentista brasileira, a literatura se constituiu um cronótopo do tempo histórico local assim como o cronótopo indígena, que se tornaria a chave de leitura e organização do passado nacional. Para saber mais, OLIVEIRA, Maria Edith Maroca de Avelar Rivielli de. *Letras de memória: o indígena como cronótopo da narrativa do passado no período imperial, dos estudos históricos ao romance indianista de José de Alencar (1820-1870)*. Dissertação (Mestrado em História). Mariana: UFOP, 2011, 103f.

## 2.2 - Tempo de ciência e o crítico na perspectiva machadiana.

Um dos pontos suscitados no ensaio “Ideal do Crítico” foi a ausência de uma metodologia empírica sobre o exame da literatura,

O crítico atualmente aceito não prima pela ciência literária; creio até que uma das condições para desempenhar tão curioso papel, é despreocupar-se de todas as questões que entendem com o domínio da imaginação. Outra, entretanto, deve ser a marcha do crítico; longe de resumir em duas linhas, — cujas frases já o tipógrafo as tem feitas, — o julgamento de uma obra, cumpre-lhe meditar profundamente sobre ela, procurar-lhe o sentido íntimo, aplicar-lhe as leis poéticas, ver enfim até que ponto a imaginação e a verdade conferenciam para aquela produção. Deste modo as conclusões do crítico servem tanto à obra concluída, como à obra em embrião. Crítica é análise, — a crítica que não analisa é a mais cômoda, mas não pode pretender a ser fecunda.<sup>19</sup>

Ao pontuar a necessidade de estabelecer uma análise sem um pré-julgamento estabelecido, Machado de Assis defende uma crítica que abarque a leitura do sentimento íntimo da obra, que veja a verdade daquela tanto na sua fase de criação, quanto de conclusão, que estude o todo, enfim, que veja na literatura não somente uma arte, mas uma ciência, não no sentido experimental, mas uma ciência que investiga o sentido daquela e, principalmente, sua intercessão com o social. Nesse sentido, o bruxo do Cosme Velho observa que a institucionalização do ensino da literatura pragmatizou o olhar sobre a crítica, haja visto que a preocupação excessiva em delinear períodos, obras e autores, entrelaçados pela vigência da “cor local”, orientou aquelas apreciações a uma equação simples e a idiossincrasias costumeiras.

Se, desse modo, a crítica se esvaiu de uma prática idônea e imparcial sobre o fazer literário, Machado de Assis continuava nesse exercício propedêutico a alavancar a discussão sobre a utilidade e o modo de operacionalização daquela para seus pares. Isso porque o crítico Machado já vinha exercendo tal ofício desde a década de 1850, apontando para o estudo minucioso das artes, sejam as escritas ou dramatizadas. Seus primeiros textos de crítica foram direcionados para o teatro brasileiro. Em sua ótica, as peças eram pobres no aspecto estético e os atores não tinham a devida valorização; a decoração e os figurinos somente conseguiam uma harmonia quando conduzidos por um bom ensaiador<sup>20</sup>. Soma-se a isso o mesmo comentava que

<sup>19</sup> ASSIS, J.M. Machado de. *O Ideal do Crítico*. Disponível em <http://www.bn.digital.br> Acesso 12 dez 2016. Este ensaio foi publicado originalmente no jornal *Diário do Rio de Janeiro* em 8 de outubro de 1865.

<sup>20</sup> Cf. FARIA, João Roberto. *Ideias teatrais: o século XIX no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 109.

Não sendo, pois, a arte um culto, a ideia desapareceu do teatro e ele reduziu-se ao simples foro de uma secretaria de Estado. Desceu para lá o *oficial* com todos os seus atavios: a pêndula marcou a hora do trabalho, e o talento prendeu-se no monótono emprego de copiar as formas comuns, cediças e fatigantes de um aviso sobre a regularidade da limpeza pública<sup>21</sup>.

Nesse excerto, o crítico evidencia a subserviência dos produtores teatrais ao projeto de cultura política do Estado brasileiro dos oitocentos. As lacunas nos aspectos gerais das encenações confluem na reprodução de textos, que só reforçam os simbolismos edificados pela famigerada nacionalidade “inventada”. Além disso, o excesso de traduções inibem uma criação de peças próprias, sobretudo, porque faltava interação com o público, faltava debate. Desse modo, Machado de Assis condenava nas artes dramáticas o que via com desapreço na prosa e na poesia. Submetia os textos ligados ao Romantismo a um crivo esmerado pois, em sua opinião, aqueles se afastavam da realidade e viviam em divagações que obliteravam a reprodução da vida social. Noutras palavras, Machado de Assis apontava, ainda de forma incipiente, o Realismo enquanto movimento condutor do panorama dos costumes da coletividade, isto é, aquele movimento literário que tinha na crítica moralizadora a trilha crítica almejada para elevar o país a uma cultura civilizadora<sup>22</sup>.

Censor do Conservatório Dramático do Rio de Janeiro entre os anos de 1862 a 1864, o escritor carioca elegeu a alta comédia como a representação ideal dos problemas brasileiros. Tais comédias “falariam” sobre o cotidiano de forma mais espontânea e real do que as chamadas “comédias de salão”. Nesse sentido, Machado de Assis confirma a ideia defendida nos seus ensaios anteriores. Tanto em “O passado, o presente e o futuro da literatura” quanto no “O Ideal do Crítico”, são observadas pelo crítico a ausência, nas produções nacionais, um caráter mais centrado nas discussões do presente, sobretudo nos aspectos sociais, na medida em que as linguagens artísticas não deveriam ser o “reflexo” de sua sociedade, mas deveriam, pois, inseridas nesse meio, problematizar os aspectos do humano, da dúvida, da coletividade, porque cabe a elas a função de ingerir na sociedade o questionamento sobre os modos de se vida então em voga.

O triunfo do crítico se assemelha a um cientista social, pois deve-se apurar, examinar as minúcias, sem ser um juiz deliberado por opiniões alheias. Esta tese machadiana contrastava com as ideias de crítica do Cônego Fernandes Pinheiro, de Sotero dos Reis e,

<sup>21</sup> ASSIS, J.M. Machado de. *Ideias sobre o teatro*. Disponível em <http://www.bn.digital.br> Acesso 12 dez 2016. Este ensaio foi publicado originalmente no jornal *O Espelho* em 2 de outubro e 25 de dezembro de 1859.

<sup>22</sup> Cf. FARIA, João Roberto. *Ideias teatrais: o século XIX no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 111-112.

posteriormente, de Sílvio Romero, pois estes críticos, imbuídos da concepção romântica, veem que a literatura (e a crítica) devem primar para uma história síntese, geral sobre a literatura brasileira. Tal procedimento foi muito levado em conta pela consolidação da história moderna do século XIX, visto que é

[..] em seu bojo é que foi gerado a ciência histórica moderna. Ainda que se lhe apanha muitas vezes em espírito e tendências e, certamente, na metodologia de pesquisa e síntese, ela recebeu dele não apenas uma ideia de história, mas a efetiva percepção do homem como ser histórico, na práxis e no pensamento. Por isso talvez não seja exagero dizer que o Romantismo e sua evolução historicista se enceta a era propriamente historio-cêntrica da História.<sup>23</sup>

Essa junção da história com o movimento romântico foi providencial na organização da sistematização da literatura. Como já foi salientado anteriormente, o passado “inventado” foi salutar para sublinhar a cultura política engendrada pelo Estado. Foi necessário, também, ressaltar a ideia de formação literária advinda, principalmente, dos primeiros historiadores literários, seguindo o modelo de Ferdinand Denis que, para Antônio Candido, foi o fundador da teoria e da história da literatura brasileira<sup>24</sup>. Neste sentido, essa proposta de crítica comportava muito mais uma compilação de obras/autores/épocas do que a problematização do sentido da literatura. Essa prática foi acentuada uma vez que, justamente nos oitocentos, a noção de “ciência” passou a predominar na configuração do saber disciplinar. A história não se furtou a esse debate, por isso a mesma foi se apresentando nos fundamentos heurísticos sobre a sua escrita. Justifica esse procedimento, pois [...] deixam de considerar a história como uma crônica baseada nos testemunhos legados pelas gerações anteriores e entendem-na como uma investigação, pelo que o termo “história” recupera seu sentido originário grego.<sup>25</sup> Nesse sentido, a historiografia que foi se consolidando no século XIX, baseava-se num normativismo histórico, sobretudo derivado do pensamento sistematizado na Alemanha alemão – Droysen é um grande exemplo – definindo parâmetros denominados “metódicos” para conferir à história um caráter de ciência.

Essa foi a prerrogativa dos oitocentos: designar uma ciência e autonomia das disciplinas. No Brasil, tal perspectiva foi se assentando pois, além da criação de instituições que se propuseram a edificar símbolos e horizontes da nacionalidade, a fundação de algumas faculdades, dentre elas Direito e Medicina, entre outras, foi primordial para a reconfiguração

<sup>23</sup> GUINZBURG, J. *O Romantismo*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1985, p.21.

<sup>24</sup> CANDIDO, Antônio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/SP, 2002, p. 21.

<sup>25</sup> MARTINS, Estevão de Rezende (Org.) *A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010, p.11.

de elementos da nacionalidade. Dentre estas, as mais significativas foram as faculdades de Direito de São Paulo e de Recife. Criadas simultaneamente por D. Pedro I em 1827, tais instituições se notabilizaram por meio do modelo de ciências jurídicas no país, assimilando para si o papel de condutoras na formação da elite intelectual a partir da década de 1860, em que a primeira (São Paulo) tomou o liberalismo como modelo em sua constituição e a segunda (Recife) incorporou os aspectos darwinistas sociais das obras de Haeckel e Spencer<sup>26</sup> na sua grade curricular.

Substancialmente, o surgimento dessas Academias no país, assentava o desejo pelo bacharel especializado, que se posicionaria na autoridade do saber e chancelaria ao Estado a primazia em promover à nação o modelo educacional científico e universal que responderia, em certa medida, a emergência colocada sobre a ausência de uma tradição no ensino superior. Esse ensejo se fortaleceria, principalmente, a partir da década de 1870, momento em que boa parte da *intelligentsia* brasileira passaria a cultuar a ciência não como uma teoria ilustrativa, mas como um sacerdócio<sup>27</sup>, ou seja, aquela seria levada a uma pedagogia missionária, que alicerçaria a visão do país a um aspecto moderno e de progresso. Esse objetivo, inerente ao processo de mudança de imagem do país, se desdobraria em vários aspectos, entre eles, nas questões urbanísticas – projetos de higienização e saneamento – ou na ênfase às teorias raciais que já estavam em descrédito na Europa mas que, por aqui serviriam de apoio ideológico por atribuir à miscigenação as fragilidades e o atraso civilizacional do Brasil<sup>28</sup>.

Diante das ressonâncias desse ideário científico, era necessário impregnar em todos os campos sócio-políticos um sentimento de veracidade, de objetividade no modelo heurístico de percepção. Acreditava-se que, assim, a literatura brasileira, principalmente o romance naturalista, se assentaria a partir do final de 1860 e na década posterior como exemplo de crítica ao real, isto é, balizaria em si o diagnóstico do comportamento humano, da sociedade e do tempo.<sup>29</sup> Notadamente, esse movimento foi se fortalecendo pois, para além de uma mudança na orientação da prosa e da poesia brasileira, havia uma nova articulação política. A

---

<sup>26</sup> Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 33-34.

<sup>27</sup> Idem, *Ibidem*, p. 39.

<sup>28</sup> Para Lília Schwarcz, a incorporação dessas teorias raciais se mostrara como um modelo teórico no jogo de interesses que se montara, isto é, este argumento foi construído politicamente com a pretensão de justificar a interpretação social de desigualdade do país daquele momento. Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 23-24.

<sup>29</sup> O romance “O chrono: um estudo de temperamentos” de Horácio de Carvalho (1888), ilustra bem a ideia de um tempo novo, de modernidade e de ciência presente também na literatura. No próximo capítulo trataremos com mais vigor sobre esse aspecto sobre a ciência e a literatura e o instigante texto crítico de Machado de Assis “A nova geração”.

corrente liberal já vinha disputando espaço com os conservadores desde a consolidação do Estado Nacional, porém, suas estratégias de ação foram sendo colocadas em prática de acordo com as conveniências da conjuntura política, ora se fazendo presentes no Parlamento, no Senado ou no próprio Gabinete de Governo, ora na imprensa jornalística, nas assembleias públicas, enfim, em todo o ambiente sócio-político que pudesse vislumbrar a possibilidade do alcance de seus objetivos e de suas proposições.

Colocando-se como um projeto distinto da monarquia absolutista, os liberais viam em outras manifestações a oportunidade de se associarem. Era uma estratégia para arregimentar para si adeptos e endossar a imagem negativa e obsoleta da Casa de Bragança. Dessa forma, o Realismo/Naturalismo se apresentaram enquanto “saídas” pontuais para se contrapor ao aliciamento do Romantismo que, em larga medida, era ligado ao nacionalismo apregoado pelo Estado brasileiro. Pode-se dizer que esta ação visava desenhar um quadro pictórico de conceitos antagônicos que se prontificou a assentar o dualismo político entre a Monarquia x Liberais<sup>30</sup> e que, ademais, irá se intensificar em outro momento de pensamento sobre o país e seu regime político: a instalação da república. Não obstante a esse cenário, e sendo colocada a princípio como um serviço ao propósito nacionalista do Império<sup>31</sup>, a crítica literária no Brasil de meados dos oitocentos orientava-se muito pelo elemento chave da nacionalidade: a “cor local”. Desse modo, sua constância se posicionava no enquadramento das obras e autores, que deveriam se reconhecer nessa equação, como elementos formadores da literatura nacional. Posicionando de forma enfática a essa normatização, Machado de Assis, ressalta que,

Não compreendo o crítico sem consciência. A ciência e a consciência, eis as duas condições principais para exercer a crítica. A crítica útil e verdadeira será aquela que, em vez de modelar as suas sentenças por um interesse, quer seja o interesse do ódio, quer o da adulação ou da simpatia, procure produzir unicamente os juízos da sua consciência. Ela deve ser sincera, sob pena de

---

<sup>30</sup> Os liberais de 1860 e da década seguinte objetivavam obliterar os denominados “fundadores do Império”, José Bonifácio, Vasconcelos, D. Pedro I, entre outros, que representavam um projeto de nação oligárquico e centralizado. Essa ideia foi se consolidando com a geração de 1830 tendo em Nabuco de Araújo, Saraiva, Cotegepe, Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, José de Alencar, alguns de seus maiores expoentes. Nesse sentido, fazia-se necessário introduzir que a cultura política praticada desde então representava o conservadorismo e a inércia de um país, que precisava ser repensado e colocado nas trilhas do progresso e da modernidade. Daí que as linguagens artísticas, principalmente o Romantismo deveria ser contestado e aliado do novo tempo que estava sendo arquitetado. Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Squarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, Brasília: INL, 1987.

<sup>31</sup> Segundo, Maria Eunice Oliveira, “[...] a crítica romântica “inventou” a literatura nacional, desconsiderando o autor e a obra que não se regesse por esse diapasão; no campo da política, colaborou para o nascimento de uma nação, firmando princípios que permitiram acentuar e definir a pretendida autonomia”. OLIVEIRA, Maria Eunice. O Brasil em papel: ideias e propostas no pensamento crítico do romantismo. In: CORDEIRO, Rogério et al. *A crítica literária brasileira em perspectiva*. Cotia: SP: Ateliê Editorial, 2013, p. 45.

ser nula. Não lhe é dado defender nem os seus interesses pessoais, nem os alheios, mas somente a sua convicção, e a sua convicção, deve formar-se tão pura e tão alta, que não sofra a ação das circunstâncias externas. Pouco lhe deve importar as simpatias ou antipatias dos outros; um sorriso complacente, se pode ser recebido e retribuído com outro, não deve determinar, como a espada de Breno, o peso da balança; acima de tudo, dos sorrisos e das desatenções, está o dever de dizer a verdade, e em caso de dúvida, antes calá-la, que negá-la<sup>32</sup>.

Mais uma vez, o escritor carioca chama a atenção para a atribuição da ciência no exame da obra literária. Nesse sentido, o método de análise deve se pautar pela condição *sine qua non* do crítico: a consciência. Essa tomada de valor deve se ajuizar não no sentido degenerativo ou de lisonjeio associado a um ganho pessoal, mas na atribuição que o próprio crítico deveria ser ou seja de um “guia e conselheiro”<sup>33</sup>. Enfatizando esse preceito, Machado de Assis aponta que o crítico deve primar pela independência, se eximindo de julgamentos pré-estabelecidos e faça uma leitura com liberdade intelectual sobre a obra elegida. Dessa forma, o que se busca apurar é o sentido, a função da própria literatura dentro da sociedade e, através dessa arguição, instigar, instruir o literato no seu papel com a prosa, a poesia, a dramaturgia, enfim, em tudo o que é matéria de arte e literatura.

Elencar uma pedagogia da crítica e do direcionamento do escritor, esses eram os encaminhamentos que o bruxo do Cosme Velho apresentava neste ensaio. As reflexões construídas ao longo do texto reforçam argumentos já denotados em 1858, a “invenção” do passado literário ainda permeava o centro de discussões sobre a literatura. Sobre isso, Machado de Assis compreendia que a figura do índio e da natureza não precisavam ser negligenciadas das obras em si mas que, ambos, mas principalmente o primeiro, não deveria ser posto na condição de herói, *a persona* mítica do processo de criação literária. Desse modo, a constituição da escrita até poderia cultivar o constructo ficcional daqueles elementos, entretanto, tal escrita não poderia obliterar outros componentes da sua composição, sobretudo os aspectos sociais, que dariam impulso à atribuição do literato. É nesta linha normativa que a tese machadiana irá se sustentar para repensar os aspectos relacionados ao fazer literário e, também, sobre o próprio país. O que importa, acerca das “coisas nacionais”, são as impressões das relações do indivíduo com seu meio, evidenciando não o real ou o “inventário”<sup>34</sup> –

<sup>32</sup> ASSIS, J.M. Machado de. *O Ideal do Crítico*. Disponível em <http://www.bn.digital.br> Acesso 12 dez 2016. Este ensaio foi publicado originalmente no jornal *Diário do Rio de Janeiro* em 8 de outubro de 1865.

<sup>33</sup> JOBIM, José Luís. Machado de Assis: o crítico como romancista. *A crítica literária e os críticos criadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Caetés e Eduerj, 2012, p. 55.

<sup>34</sup> Para José Luís Jobim, “[...] A palavra “inventário” é utilizada por Machado para designar certo modo detalhista e abrangente com que os narradores do Realismo/Naturalismo supunham esgotar a realidade descrita

premissa defendida também na crítica ao Realismo – mas os sintomas e diagnósticos suscitados por aquela interação, apresentados no alihamento da trama ficcional somados ao diálogo próximo com o leitor.

Daí a importância da consciência da crítica, pois sua divulgação infere e interfere na recepção da obra com seu público, tanto em questões de estética, aí incluída a disciplinarização do saber concomitante ao sentido da literatura, quanto na elaboração de uma experiência na história literária, que vincula tradição, gosto e juízo de valor à arregimentação da nacionalidade impulsionada pela demanda de memória da nação. À luz dessas prerrogativas, fica mais evidente que Machado instrumentaliza uma meta-narrativa sobre a crítica literária, caracterizando-a como uma ciência formativa na condução da escrita do literato e na sedimentação da afirmação social da literatura brasileira. Diante dessa perspectiva, assenta que esse movimento delibera uma metodologia propedêutica – “O Ideal do Crítico” – que legitima não somente um ensaio instrutivo, mas um conceito sobre o fazer literário e o papel do crítico. Ao fundamentar essa enunciação, o bruxo do Cosme Velho identifica uma temporalidade sobre a crítica literária, apreendendo o seu significado não somente porque está inserido em seu contemporâneo, mas devido ao exercício de reflexão em que a mesma deve se situar em diferentes estágios de intercessão com a sociedade.

Desse modo, Machado de Assis situa a crítica literária e o crítico no entorno da sincronia e da diacronia, reforçando a atribuição social que ambos possuem em suas composições e, simultaneamente, lhes conferindo uma semântica que ganha relevância na tessitura da literatura em si e na literatura brasileira, imprimindo através dessa operacionalização uma nova epistemologia acerca daquelas categorias. Subentende-se que, a partir deste pressuposto apresentado, há um delineamento ético e disciplinar que interlaça na experiência do tempo uma definição sobre o significado de ser escritor no século XIX. Tal quadro conceitual se constituiu num momento em que esta denominação estava sendo abordada no centro do projeto de cultura política do Estado brasileiro, e o bruxo do Cosme Velho o situou não apenas no campo genealógico, mas o fez como um elemento determinante na aceção do fazer literário.

Observando esse posicionamento, percebe-se que a construção desse significado atua na compreensão da definição de crítico, pois,

---

em seus romances – tudo isto em terceira pessoa, para dar uma impressão de objetividade maior”. Tal constatação serviu de modelo, para que o bruxo do Cosme Velho impregnasse no seu romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, o narrador em 1ª pessoa, mas, sobretudo um diálogo ficcional com seu leitor. JOBIM, José Luís. Machado de Assis: o crítico como romancista. *A crítica literária e os críticos criadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Caetés e Eduerj, 2012, p. 68.

O sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. Um conceito, ao contrário, para poder ser um conceito, deve manter-se polissêmico. Embora o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela<sup>35</sup>.

Ao apontar que a palavra desprovida de uma historicização recaí sobre um enunciado sem valor, Koselleck observa que as categorias conceituais têm configurações reflexivas, quando estão associadas a uma temporalidade em que seu caráter epistemológico ressalta o político e o social, redimensionando a natureza do passado a diagnósticos sobre as evidências investigadas. Neste sentido, a palavra toma para si uma composição semântica que vai direcionar ao seu significante um valor no contexto assinalado, sublinhando empiricamente os indícios do período estudado. Passa a ser importante examinar a dinâmica estrutural daquele termo e sobretudo, apurar os seus múltiplos sentidos na experiência temporal. Aplicando essa metodologia, observa-se que o conceito toma para si acepções variáveis, tal constatação é justificada, porque aquele está condicionado aos diversos movimentos que compõem sua relevância na contemporaneidade e no espólio que o mesmo pode apresentar nas transformações no tempo.

Por conseguinte, é necessário observar que o sentido do conceito opera entrelaçadamente com o processo de duração e/ou como este foi formulado em sua época. Desse modo, é importante considerar o uso linguístico<sup>36</sup> do momento coetâneo, para que se possa examinar as condições e as articulações que possibilitaram a mobilização em torno da formulação do conceito, sobretudo em relação a questões econômicas, religiosas, entre outros pontos já assinalados. Sublinhando essa orientação, percebemos que o conceito está condicionado a uma ontologia temporal e que seus usos e atribuições proporcionam àquele um valor polissêmico e heurístico. Com efeito, é salutar examinar essas diferentes

<sup>35</sup> KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006, p. 109.

<sup>36</sup> É importante salientar que foi no fim do século XIX e início do XX que a semântica adquire status de ciência e de disciplina com os estudos de M. Bréal que definiu a importância do contexto histórico a evolução dos sentidos linguísticos. A partir daí surgiram outros teóricos, Saussure, Noam Chomsky, Foucault, Derrida, entre outros, que debateram sobre o viés estrutural e pós-estrutural a compreensão da linguagem e de seus efeitos. Quero evidenciar que este trabalho não problematizará tais vias interpretativas, pois poderia caminhar para uma discussão da semiótica e tergiversaria a problemática da tese para um não-lugar teórico-metodológico. Para o leitor curioso sobre essa temática sugiro algumas obras: TAMBA-MECZ, Irène. *A semântica*. Tradução Marcos Marcionillo. São Paulo: Parábola editorial, 2006, *Letras e Letras*, v.25 ,n.1 jan/jun 2009. Uberlândia: Edufu, 2009, FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à linguística*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2006 e ALFERES LOPES, Sirlene Cíntia. *Parrhesia e produção de subjetividade em Arnaldo Antunes: escrita, autoria e poder*. Tese (Doutorado em Linguística), 219f, Uberlândia: UFU, 2015.

perspectivas na avaliação e compreensão de sintomas, fatores e de diagnósticos que se apresentam nas narrativas do tempo e na própria elaboração da escrita da história pois, sem essas prerrogativas, o conceito é obliterado de seu valor e torna-se apenas uma palavra concreta e inexistente de abstração.

Sem sobressaltos, Machado de Assis denota ao conceito de crítico um caráter deliberativo, político e normativo, auferindo ao mesmo uma proposição que açambarque método, consciência e ciência sobre a crítica, emergindo diagnosticamente uma tese que expressa um modelo teórico a ultrapassar o seu momento de criação. Daí que somado a essas proposições, o mesmo avilta àquele um texto reflexivo sobre o fazer literário num país que buscava um direcionamento de sua nacionalidade. Para tanto, essas diretrizes foram sendo matéria de discussão, visto que não serviam apenas para alterações sobre a literatura brasileira, mas para delinear alternativas que pudessem traçar os caminhos para a consolidação do projeto de cultura política. Nesse sentido, era necessário contornar a crise que o Estado brasileiro se encontrava na sua constituição de formação nacional, sobretudo no processo de experiência do país após a emancipação de 1822.

Havia, outrossim, outras leituras que procuravam estabelecer nesse debate de ideias, o mapeamento e a própria teoria da literatura brasileira, desvinculando dos beneplácitos da monarquia e da pragmática equação difundida pelos precursores do Romantismo, que se reverberava na natureza (índio, “cor local”), o *élan vital* para a caracterização daquela. Entremeado nesse processo de emulação, um jovem bacharel em direito traz a lume um ensaio com posicionamentos muitos próximos ao que Machado de Assis problematizara sobre o fazer literário. Natural de Maricá, Rio de Janeiro, Antônio Joaquim de Macedo Soares<sup>37</sup> publica em 1860 o ensaio *Literatura: da crítica brasileira*<sup>38</sup> em que sublinha a seguinte tópica:

Na literatura grega do ciclo de Homero, no século do Shakespeare, no reinado de Dante ou de Camões, não havia lugar para crítica. Ela seria semelhante ao parasita impertinente que, tendo licença de entrar, não acha

<sup>37</sup> Antônio Joaquim de Macedo Soares (1838-1905) iniciou os estudos no Seminário Episcopal do Rio de Janeiro, porém, o mesmo percebeu que não tinha vocação clerical e adentra ao curso de Direito em São Paulo onde em 1861 obtém o título de Bacharel. A partir daí atuou em várias comarcas, logrando em 1895 a nomeação como Ministro do Supremo Federal. Morreu em 1905 deixando algumas obras sobre filologia, História, literatura, além um manuscrito intitulado “ Campanha jurídica pela libertação dos escravos”. Para maiores informações sugiro CAIRO, Luiz Roberto. Sobre o instinto de americanidade da crítica literária romântica brasileira: Antônio de Macedo Soares (1838-1905). Disponível em <<< <http://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/124697/138352> >>> Acesso em 20 mar. 2019.

<sup>38</sup> Disponível em <<< <http://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/99426/97919> >>> Acesso em 20 mar. 2019. Originalmente este texto foi publicado na *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, Tomo VIII, 28 de outubro de 1860.

lugar marcado entre os convivas. Mas para as literaturas que começam sob o poderoso influxo de uma civilização adiantada; que soltam vagidos de infante ao darem de face com a luz deslumbrante do século; que acordam da modorra do limbo ao trom dos canhões, ao ruído dos vagões, ao alvoroço intenso e confuso de mil vozes que falam, de mil trompas que atroam, de mil operários que cantam, riem e choram; para essas é sempre útil, sempre necessária a crítica<sup>39</sup>.

Ao apontar que a crítica literária é incipiente no Brasil, Macedo Soares, acentua que a mesma é necessária para a discussão da literatura nacional. Isso porque sua constituição opera na busca por elementos autóctones, isto é, por aquilo que lhe é próprio sem se submeter a paradigmas universais e/ou a contrafações de outras literaturas. Daí que a crítica auxilia na condução, formulação da criação literária, alinhavando para si um valor propedêutico e analítico, confluindo assim para um caráter útil da matéria. Pode-se observar que essa perspectiva de pensamento vai ao encontro da tese apresentada em “Ideal do Crítico”. Contemporâneo de Machado de Assis, o futuro ministro do STF já apresentava, desde o final dos anos de 1850<sup>40</sup>, uma concepção mais clara e incisiva sobre a literatura brasileira e a crítica. Para ele, havia uma urgência a ser inserida naquela discussão, sobretudo, porque havia um modelo viciado e ufanista sobre a literatura, levando esta última a ser edificada por um esforço incomum e com obstinação.

Nesse sentido, Macedo Soares defendia que o nacionalismo deveria ser construído paulatinamente e associado a traços da americanidade do qual o país pertence ou seja, ele refuta a influência e a necessidade de impor a literatura brasileira as características da cultura ocidental<sup>41</sup>. Observando essa proposição, se vê que o crítico fluminense se desvencilha do dogma romântico, e esta não aceitação irá submeter a literatura brasileira a uma busca por sua originalidade, isto é, não há necessidade de revisão do passado ou a consequente afirmação de mitos.

Há, porém, a necessidade de se problematizar a condição de uma literatura nacional num continente que fora colonizado e num país que carrega consigo a condição de periferia

<sup>39</sup>SOARES, Macedo de. Literatura: da crítica brasileira. Disponível em <<< <http://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/99426/97919> >>> Acesso em 20 mar. 2019.

<sup>40</sup> Macedo Soares publicou seus textos de crítica literária em vários periódicos: *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*, *Ensaio Literários do Ateneu Paulistano*, *Correio Paulistano* e *Revista Popular*. Houve uma tentativa do próprio Macedo de reunir estes escritos numa coletânea em 1863, porém a atividade jurídica o impeliu de seguir com mais frequência por esse caminho. Cf. CAIRO, Luiz Roberto. Sobre o instinto de americanidade da crítica literária romântica brasileira: Antônio de Macedo Soares (1838-1905). Disponível em <<< <http://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/124697/138352> >>> Acesso em 20 mar. 2019.

<sup>41</sup> Para Luiz Roberto Cairo, Macedo Soares criticava o excesso de cosmopolitismo que o movimento romântico considerava como sendo legítimo para a literatura brasileira. Cf. CAIRO, Luiz Roberto. Sobre o instinto de americanidade da crítica literária romântica brasileira: Antônio de Macedo Soares (1838- 1905). Disponível em <<< <http://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/124697/138352> >>> Acesso em 20 mar. 2019.

em relação ao grande centro cultural. Mais adiante ele reverbera que

[...] imitamos o exemplo dos mais velhos, recolhemo-nos às tendas e esperamos por nossa vez nos que virão depois de nós. É um estudo curioso o da crítica brasileira, e requer sagacidade, tino e acurada observação. A falta destas qualidades podem suprir a sinceridade e o desejo de acertar: é com estas disposições que me animo a esflorar o assunto. No pouco que tenho podido observar, distingo quatro espécies de crítica: crítica contemplativa, crítica admirativa, crítica noticiosa, crítica satírica<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> Disponível em <<< [http: www.revistas.usp.br/teresa/article/view/99426/97919](http://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/99426/97919) >>> Acesso em 20 mar. 2019.

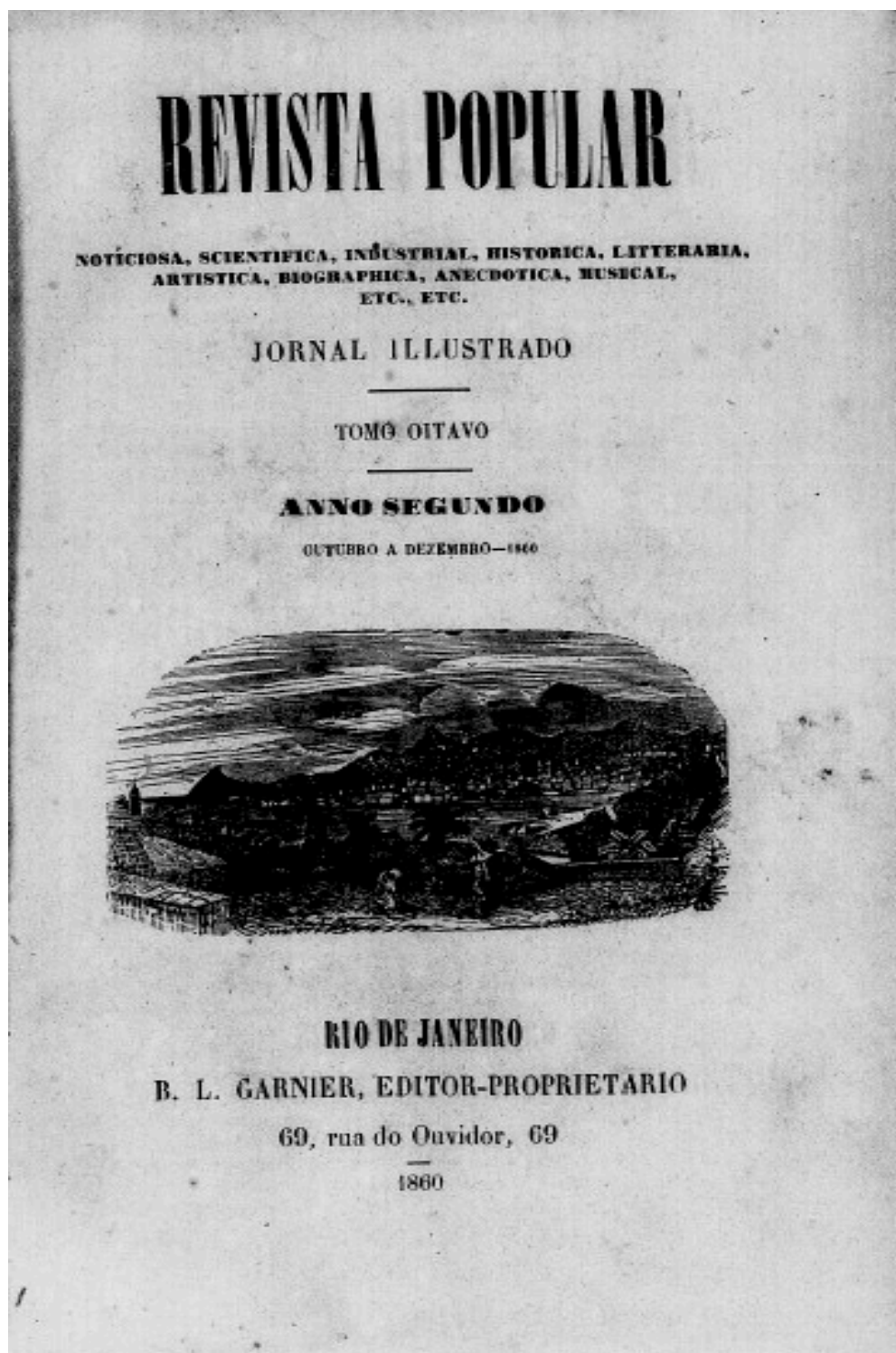


Figura 5 - Capa da Revista Popular. Disponível em <<< [http: www.bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-popular/181773](http://www.bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-popular/181773) >>> Acesso em 20 mar. 2019.

Sendo assim, o posicionamento combativo sobre a imitação dos valores de literatura nacional do Ocidente acentuava o tom grave que Macedo Soares amplificava a respeito das produções no Brasil. Sem titubear, o crítico salienta que tal prática disforma a escrita literária e tenciona a crítica por desdobramentos equivocados e enviesados. Isso ocorre pois a *mise-en-scène* do momento se colocava na invenção de valores que assegurassem à literatura brasileira uma legitimidade nacionalista e referendasse a “cor local” como critério definidor de todo um panorama. Para tanto, essas diligências impulsionavam o modo de se averiguar as produções de prosa, dramaturgia e, principalmente, da poesia, designando à crítica o papel de ajuizador destas.

Diante dessa constatação, divide-se a crítica em quatro instâncias: 1) a contemplativa, que “não discute e nem escreve” e, que oferece uma opinião formada, para quem quiser compartilhar; 2) a administrativa, que para ele é mais perigosa das críticas, pois apenas se submete a subserviências “falseando-lhe o gosto pela consagração de teorias errôneas, realizadas em péssimas obras”; 3) a noticiosa, que caminha para trivialidades e; 4) a satírica, que pela sua opinião, não merece propriedade, pois sua verve de rebaixar e difamar o autor impõe a esta o ostracismo e o não reconhecimento.

Ao classificar e denotar as diferenças entre as denominadas críticas, Macedo Soares encaminha para o debate os sintomas que uma crítica mal elaborada possa suscitar no fazer literário. Para ele, estes tipos comuns levam aquela a concepções desencontradas, superficiais e maledicentes. Tais particularidades tiram da teoria da crítica sua essência e imputa à mesma uma categoria cujo predicado se condiciona a enquadramentos úteis. Daí que esse alerta por essas práticas têm como objetivo instigar e repensar o lugar da crítica na literatura oitocentista, pois,

Formem um centro literário que não seja simplesmente histórico e geográfico, os literatos reconhecidos pelo país: convoquem as vocações e deem-lhes que fazer: instituem uma revista literária sob uma direção inteligente e severa: estabeleçam um sistema de crítica imparcial e fortalecido com sólidos estudos da língua e da história nacionais, porque a reflexão e a análise hão de sempre acompanhar *pari passu* as manifestações divinas e espontâneas da inspiração<sup>43</sup>.

Nessa passagem, evidencia-se que a consequência de uma crítica sem consciência é

---

<sup>43</sup> SOARES, Macedo de. *Literatura: da crítica brasileira*. Disponível em <<< <http://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/99426/97919> >>> Acesso em 20 mar. 2019.

devida a estabelecimentos de lugares-comuns, que apenas servem de afirmação do projeto de cultura política do Estado. Desse modo, o que se estabelece é a forma e o conteúdo, que darão o direcionamento para a intenção de nacionalidade da literatura, somado a instituições que ressaltem a importância dessa perspectiva. Por conseguinte, essa demanda por tradição semelhante ao Ocidente coloca no nacionalismo exacerbado o instrumento catalisador, que enfim, solucione a crise de identidade do país.

Nesse sentido, a fundação de associações literárias, Academias e principalmente o IHGB, responderiam em larga medida a esses anseios postulados. Diante desse quadro, vê-se, que a implementação dessas políticas não eram matéria de negação de Macedo Soares, uma vez que este último concordava que ambas teriam um papel importante na orientação do fazer literário. Porém, os estatutos que regem suas práticas deveriam ser problematizados pois, para além de uma imitação de um modelo heurístico que se propunha a dar sentido à narrativa de nacionalidade, aqueles refletiriam nas deformidades elencadas no exercício da crítica.

Orientando para que essas fraturas sejam evitadas, Macedo Soares define que o hábito de refletir e o juízo de valor sobre a literatura brasileira deve ser realizado com “fé e trabalho”<sup>44</sup>, isto é, sendo auferidas essas proposições, obliteraria a insuficiente e incipiente análise crítica da arte literária, sobretudo, a da poesia que, para ele, estava viciada no modelo byronismo e nas peculiaridades da literatura francesa. Enfaticamente, o que se ressalta é o plágio literário, que se praticava com a justificativa que, assim sendo, aproximaria ou se estaria enquadrada nos moldes de uma literatura universal. Desta feita, Macedo Soares criticava a posição do índio como *persona* principal nas composições poéticas<sup>45</sup>, aliás, o mesmo atribuía a Gonçalves Dias a originalidade de nossa poesia, pois este deu a essa os versos sublinhados com a natureza americana na epopeia *Primeiros Cantos* (1846)<sup>46</sup>.

É reiterando esse argumento que Macedo Soares vai sustentar sua tese sobre o instinto de americanidade na escrita literária. Se, para os seus contemporâneos, esta deveria seguir o modelo helenístico advindo da Europa, o Conselheiro de Maricá via nessa alternativa uma fragilidade e uma negação do lugar social-histórico no qual o país está inserido e, diante dessa recusa, o que se reflete na crítica literária são distorções e sintomas por ele apontados,

---

<sup>44</sup> Cf. ELESBÃO, Juliane de Sousa. Por uma questão de nacionalidade: José de Alencar e Macedo Soares, homens de letras. (SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de, MEDEIROS, Constantino Luz de. Orgs.). *A História da literatura como problema: reflexões sobre a crise permanente nos estudos diacrônicos de literatura*. Rio de Janeiro: ABRALIC, 2018, p. 143.

<sup>45</sup> Segundo Juliane, Macedo de Soares defendia que a poesia não deveria encaminhar para um estudo etnográfico, visto que essa assimilação anularia a sua essência. Idem, Ibidem, p. 146.

<sup>46</sup> Lembrando ao leitor, que no Capítulo I foi apresentado mais detalhes sobre esse poema de Gonçalves Dias no seu monumental projeto *Os cantos* e sua participação nos beneplácitos concedidos por D. Pedro II.

que consequentemente dão àquela uma prática parcial, tendenciosa e infrutífera. Ora, essa justificativa colocada por Macedo Soares se desdobra em dois enunciados sobre o problema: 1) o primeiro, se comporta no esforço de formulação de uma teoria literária, protagonizada pelo movimento romântico; 2) o segundo - que em certa medida está ligado ao anterior - se pauta pela ausência de uma autonomia literária que, na esteira de intenções vocativas de cultura nacional, produzem sensibilidades forjadas e acríticas.

Notadamente, pode-se atribuir que esse pensamento de Macedo Soares<sup>47</sup> conflui com a perspectiva machadiana. Ambos assinalaram que faltaria à literatura brasileira um instinto nacional e, principalmente, uma crítica mais estruturada, e mesmo ao crítico, faltaria uma consciência sobre o fazer literário. Todavia, essa convergência de ideias não pode ser levada como um estatuto único, pois o que os difere, em certo sentido, é a premissa da americanidade. Enquanto Machado de Assis atesta à crítica a condição de apenas mais um elemento na construção do texto literário, Macedo Soares<sup>48</sup> a elege como cerne *sui generis* na expressão da própria história do país. Isso se assenta em sua análise sobre a obra de Gonçalves Dias. Entretanto, competente aos dois uma concordância: a figura mítica do índio não pode ser considerada como protagonista de cena da identidade literária.

Dessa forma, observa-se que havia no debate da crítica literária oitocentista ideias que comungavam percepções antagônicas do pensamento dominante. Ademais, estes autores<sup>49</sup> provocaram com suas posições um direcionamento teórico sobre o sentido da literatura brasileira: esta não poderia seguir um parâmetro de *mimesis* inventada, mas de independência de si e para si. Portanto, a crítica deveria primar pela imparcialidade e soberania, para que o

---

<sup>47</sup> Para Luiz Roberto Cairo, o texto de Macedo Soares antecipa aquilo que Machado iria defender anos mais tarde, principalmente na década de 1870. Coloco ressalvas nessa assertiva, pois, o bruxo do Cosme Velho já vinha desde 1858, desenvolvendo exames sobre a situação da literatura brasileira e da própria crítica, embora esta última seja tratada com muita referência no ensaio de 1865. Dessa forma, tanto um como outro ao seu modo contribuíram para o seu público coevo as emulações sobre o sentido da literatura no Brasil oitocentista. Cf. CAIRO, Luiz Roberto. Sobre o instinto de americanidade da crítica literária romântica brasileira: Antônio de Macedo Soares (1838-1905). Disponível em <<<< <http://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/124697/138352> Acesso em 20 mar. 2019.

<sup>48</sup> Essa afinidade de ideias nem sempre foi presente entre os dois literatos. Em 1861, Machado de Assis teceu sérias críticas a Macedo Soares por esse defender o financiamento privado nas produções teatrais o que para Machado cabia ao Estado. Esses argumentos foram apresentados nas crônicas machadianas de 16 e 24 de dezembro do citado ano. Para saber mais, sugiro, Cf. Machado de Assis: *Comentários da semana*. GRANJA, Lúcia e CANO, Jefferson (Orgs.). Campinas, SP: EDUNICAMP, 2008, p.13-14.

<sup>49</sup> Quero salientar ao leitor, que não foi minha proposta nesse item fazer um estudo comparativo entre Machado e Macedo Soares. Trouxe esse tópico nesse momento, pois julguei de suma importância apresentar um paralelo, mesmo que sucinto sobre a discussão da nacionalidade literária daquele contexto. Aproveitando o ensejo situo o leitor também que a menção da nota anterior se encontra no capítulo 2 da dissertação de mestrado por mim desenvolvida no PPGHI/UFU em 2012. Cf. BORGES, Luciana Tavares. *Das crônicas do relojoeiro as narrativas do conselheiro*: Policarpo e Aires dois intérpretes da república brasileira. Dissertação (Mestrado em História Social) 128f, Uberlândia, 2012, p. 50.

diagnóstico sobre a literatura brasileira não ficasse soterrado por conjecturas embasadas em teorias edificadas em outras culturas. Tal constatação vai ser aplicada no critério de análise, que ambos irão desenvolver nas avaliações das obras literárias, sobretudo Machado de Assis que, a partir de sua inserção no *Diário do Rio de Janeiro* em 1860, irá dissecar algumas produções seguindo seus preceitos instituídos no “Ideal do Crítico”.

### 2.3 - O papel do crítico na “Semana Literária”.

A fusão entre jornalismo e literatura já fazia parte do *métier* de Machado de Assis. Sua função no *Diário do Rio de Janeiro* de cobrir as sessões do Senado não o impediu de ser designado a publicar ensaios e/ou crônicas a respeito das *Belas- letras*. Seguindo sua proposta esboçada no “Ideal do Crítico”, o escritor carioca foi indicado a assinar no ano seguinte a coluna *Semana literária*, onde faria análises de obras e comentários gerais sobre a situação da literatura brasileira. Esse ofício não era algo inédito, já que o papel de crítico teatral iniciado nos anos de 1850 propunha apontar os excessos, as faltas e o sentido da dramaturgia nacional. Enfatizando esses preceitos e sublinhando sua tese de 1865, Machado de Assis apresenta ao leitor a sua sensação sobre o momento, pois,

A temperatura literária está abaixo de zero. Este clima tropical, que tanto aquece as imaginações, e faz brotar poetas, quase como faz brotar as flores, por um fenômeno, aliás explicável, torna preguiçosos os espíritos, e nulo o movimento intelectual. Os livros que aparecem são raros, distanciados, nem sempre dignos do exame da crítica. Há decerto, exceções, tão esplêndidas quanto raras, e por isso mesmo mal compreendidas do presente, graças à ausência de uma opinião. Até onde irá uma situação semelhante, ninguém pode dizê-lo, mas os meios de iniciar a reforma, esses parecem-nos claros e simples, e para achar o remédio basta indicar a natureza do mal<sup>50</sup>.

A ausência de crítica é também justificada por uma baixa produção literária. A impressão de livros é proporcional ao número de leitores<sup>51</sup>, pois não havia políticas públicas

<sup>50</sup> ASSIS, J. M. Machado de. *Semana Literária*. In: AZEVEDO, Sílvia Maria; DUSILEK, Adriana; CALLIPO, Daniela Mantarro (Orgs.) *Machado de Assis: Crítica literária e textos diversos*. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 241. Originalmente esse texto foi publicado em 9 de janeiro de 1866 no jornal *Diário do Rio de Janeiro*.

<sup>51</sup> Não havia naquele momento dados concretos sobre o número de alfabetizados no Brasil. Estimava-se que esse número poderia ser alto pela circulação de jornais, revistas serem restritas e pela forte presença de oralidade na sociedade oitocentista. Essa confirmação viria em 1876 com a divulgação do primeiro Censo do país, que apontou que mais de 70% da população era analfabeta. Diante desse quadro, Machado de Assis desenvolveu com seu público, o recurso ficcional onde o narrador, principalmente de seus romances passaram a interagir num diálogo interativo, promovendo, dessa forma, uma aproximação com seu leitor. Cf. GUIMARÃES, Hêlio de

que incentivassem o acesso da população ao ensino básico<sup>52</sup>. Somado a essa questão, Machado de Assis ainda afirmava que não existia uma crítica contundente, ciente de seu papel perante a sociedade e, desse modo, como a obra e fundamentalmente a poesia se dariam num país que carecia de público e de autonomia literária. Nesse sentido, ele continua defendendo que há uma emergência a ser contornada pela falta desses pressupostos, enquanto o custo alto para a confecção de livros é usado como artifício para justificar a elaboração de um exame mais profícuo sobre a arte literária - já que nessa situação não há uma recepção a ser abordada - a composição do texto se mostra desprovida de originalidade. Isso é sintomático por duas razões: 1) a primeira por aquilo que o próprio denomina de material, que já foi exemplificado pelo escasso estabelecimento gráfico; 2) a segunda, se baseia no campo epistemológico onde a ciência sobre a crítica se fundamenta em observações parciais, rasas e degenerativas.

Daí que ele situa a necessidade de uma ação paliativa que consiga solucionar essa fratura da própria crítica. Um exemplo, que vai denotar no decorrer do texto, é sobre o livro *Iracema* de José de Alencar. Lançado em 1865, o mesmo não obteve o reconhecimento e “o agasalho que uma obra daquelas merecia”<sup>53</sup>, e mais adiante, Machado de Assis vai observar o desdém que a imprensa e a Corte tiveram com o renomado escritor, colocando-no no campo da indiferença e do ostracismo, condições essas que o bruxo do Cosme Velho vai afirmar que serão anuladas num futuro, pois, “[...] há de viver, e temos fé de que será lida e apreciada, mesmo quando muitas das obras que estão em voga, servirem apenas para a crônica bibliográfica de algum antiquário paciente [...]”<sup>54</sup>. Esse descontentamento, expresso pela negligência ao trabalho de Alencar, não se dá somente pelo seu grande apreço e referência ao literato cearense, mas também por constatar que a matéria da crítica está quase inexistente, ora por falta de aptidão daquele que a opera, ora pela supressão de investimentos mais

---

Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin/Edusp, 2004.

<sup>52</sup> As discussões sobre a implementação de escolas de ensino básico e até de nível superior ocuparam pouco espaço na agenda imperial e tal prática já vinha sendo posta desde a Colônia. Houve, sim, em alguns períodos, a formação de algumas faculdades, que atendiam em certa medida o desejo das elites aristocráticas e a administração pela Igreja Católica dos colégios ginasiais. A partir da década de 1870 com a solidificação das ideias liberais e, sobretudo, a influência do movimento Positivista começou a se intensificar o surgimento de faculdades, em especial, as denominadas técnicas (Engenharia, Politécnicas), porém, as fraturas dos primeiros anos de formação ainda permaneciam presentes. Cf. CARVALHO, José Murilo. *A Construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Editora UNB, 1981, PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: Tramas, telas e textos*. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

<sup>53</sup> ASSIS, J. M. Machado de. *Semana Literária*. In: AZEVEDO, Sílvia Maria; DUSILEK, Adriana; CALLIPO, Daniela Mantarro (Orgs.) *Machado de Assis: Crítica literária e textos diversos*. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 242.

<sup>54</sup> ASSIS, J. M. Machado de. *Semana Literária*. In: AZEVEDO, Sílvia Maria; DUSILEK, Adriana; CALLIPO, Daniela Mantarro (Orgs.) *Machado de Assis: Crítica literária e textos diversos*. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 242.

direcionados das publicações literárias. Soma-se a esses fatores,

A fundação da Arcádia Fluminense foi excelente num sentido: não cremos que ela se propusesse a dirigir o gosto, mas o seu fim decerto foi estabelecer a convivência literária, como trabalho preliminar para obra de maior extensão. Nem se cuide que esse intento é de mínimo valor: a convivência dos homens de letras, levados por nobres estímulos, pode promover ativamente o movimento intelectual; a Arcádia já nos deu algumas produções de merecimento incontestável, e se não naufragar, como todas coisas boas do nosso país, pode-se esperar que ela contribua para levantar os espíritos do marasmo em que estão<sup>55</sup>.

Há nessa fala sobre a Arcádia Fluminense um tom de otimismo e de expectativa. Isso ocorre pois havia a intenção que ela se tornasse um ambiente onde a prática cotidiana promovesse o reconhecimento do ofício de escritor. Nesse sentido, Machado de Assis defende a valorização do literato frente a sociedade e que este participe daquela com obras que possam contribuir para a problematização das tensões sociais. Tal propósito vai ao encontro da ideia preconizada, que há uma missão a cumprir tanto por parte de quem escreve matéria literária, quanto a quem a analisa, embora essa premissa não deva ser levada por um viés messiânico sobre a literatura. O que Machado de Assis elenca e justifica, diz mais sobre a necessidade de a escrita literária ser elaborada de forma consciente e profícua no seu meio, ajuizando valores heurísticos que serviriam de instrumento de transformação do cotidiano social. E retificando essa posição, o mesmo condena que aquela busque modelos externos e um nacionalismo exacerbado como forma de assegurar um atestado de originalidade de sua identidade.

Diante desse diagnóstico, o bruxo do Cosme Velho expõe o receio de que essa instituição caminhe pela mesma trajetória que outras agremiações literárias tomaram, pois existiam em vários lugares, principalmente nas grandes cidades culturais, associações, clubes literários, revistas, que se colocavam como entidades seminais na direção do fazer literário<sup>56</sup>. E tais normativas, constituídas dentro do projeto político daquele momento, levavam o sentido da literatura para uma crise, tencionada por meio de um indício pelo crítico apontado,

Qual o remédio para este mal que nos assoberba, este mal de que só podem triunfar as vocações enérgicas, e ao qual tantos talentos sucumbem? O remédio já tivemos ocasião de indicá-lo em um artigo que apareceu nesta

<sup>55</sup> Idem, *Ibidem*, p. 242-243

<sup>56</sup> Para Milena Pereira, essas instituições se propunham muito mais a estipular diretrizes literárias e que sublinhassem o discurso de nacionalidade, que estava em cena pela cultura política do Estado. Cf. PEREIRA, Milena da Silveira. *A crítica oitocentista nos alicerces da literatura e da História do Brasil*. Tese (Doutorado em História) 185f, Franca: UNESP, 2013.

mesma folha: o remédio é a crítica. Desde que, entre o poeta e o leitor, aparecer a reflexão madura da crítica, encarregada de aprofundar as concepções do poeta para as comunicar ao espírito do leitor; desde que uma crítica conscienciosa e artista, guiar a um tempo, a musa no seu trabalho, e o leitor na sua escolha, a opinião começará a formar-se, e o amor das letras virá naturalmente com a opinião<sup>57</sup>.

Observa-se que a ênfase apontada por Machado de Assis sobre a crítica madura será a pedra-de-toque de sua sustentação argumentativa, pois a mesma ainda está sucumbida por práticas retóricas que tiram de sua especificidade a interação e o valor propedêutico para com o leitor. Dessa forma, essa obliteração vai ocasionar uma não-crítica, pois a sua expressividade anula qualquer ação reflexiva sobre a própria literatura e, sendo assim, também nega ao receptor o direito de exercer a avaliação da arte literária. Substancialmente, vê-se que o ponto nodal levantado por Machado de Assis se dá justamente no alinhamento entre literato/crítico/leitor, sendo tal simbiose fundamental, na medida em que é através dela, e do aprimoramento da crítica, que a literatura brasileira se compõe como literatura. Diante desse encaminhamento colocado pelo escritor, vê-se que dentro dessa lógica há um desdobramento em três assertivas: 1) a primeira de ordem conceitual, onde se ressalta a necessidade de uma crítica consciente e útil e que auxilie na formulação de uma teoria literária brasileira; 2) a segunda de forma instrutiva e que tivesse o caráter de enfrentamento da crise de direção instalada após a independência, isto é, que se propusesse a responder como um país que fora colonizado iria delinear sua própria história literária?; 3) a terceira se daria num colóquio, principalmente com o literato e seu público, para que assim a literatura fizesse sentido, tanto no seu processo de instigar o indivíduo, a sociedade, quanto na composição do seu quadro ontológico e social.

Nesse sentido, essa perspectiva machadiana se inseriu muito mais numa empresa propedêutica do que numa polêmica provocativa a respeito da arte literária, tanto que mais adiante, o escritor reafirma que não há um crítico que exerce o ofício com exatidão e que se houver “[...] são de si tão difíceis de encontrar, que eu não sei se temos no Império meia dúzia de pensadores próprios para esse mister” [...] <sup>58</sup>. Diante dessa constatação e das premissas todas apresentadas, o crítico Machado de Assis coloca o objetivo de suas crônicas da *Semana*

<sup>57</sup> ASSIS, J. M. Machado de. *Semana Literária*. In: AZEVEDO, Sílvia Maria; DUSILEK, Adriana; CALLIPO, Daniela Mantarro (Orgs.) *Machado de Assis: Crítica literária e textos diversos*. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 243.

<sup>58</sup> ASSIS, J. M. Machado de. *Semana Literária*. In: AZEVEDO, Sílvia Maria; DUSILEK, Adriana; CALLIPO, Daniela Mantarro (Orgs.) *Machado de Assis: Crítica literária e textos diversos*. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 243.

*Literária*, que não se dará por um viés bibliográfico, visto que, “[...] não limitaremos a noticiar livros, sem exame, sem estudo; mas daí a exercer influência no gosto, e a pôr em ação os elementos da arte, vai uma distância infinita<sup>59</sup>, ou seja, ele expõe que fará uma crítica a maneira como defende, todavia, não assegura que ainda seja possível incitar no leitor um juízo estético e perceptivo sobre a literatura.

Reconhecendo esse limite e reforçando o fato de existir poucas obras literárias, para um pequeno público leitor, Machado de Assis assume que dará à obra de seu mestre, José de Alencar o devido esmero e exame que este merecia; porém salienta que a próxima crônica será sobre *O Culto do dever* (1865)<sup>60</sup>, romance de Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), que para ele,

[...] tem jus ao nosso respeito, já por seus talentos, já por sua reputação. Nem a crítica deve destinar-se a derrocar tudo quanto a mão do tempo construiu, e assenta em bases sólidas. Todavia, respeito não quer dizer adoração estrepitosa e intolerante; o respeito neste caso é uma nobre franqueza, que honra tanto a consciência do crítico, como o talento do poeta; a maior injúria que se pode fazer a um autor é ocultar-lhe a verdade, porque faz supor que ele não teria coragem de ouvi-la. Nem todas as horas são próprias ao trabalho das musas; há obras menos cuidadas e menos belas, entre outras mais belas e mais cuidadas: apontar ao poeta quais elas são, e porque são, é servir diretamente à sua glória<sup>61</sup>.

As demonstrações de simpatia, respeito e de valorização pela obra até então produzida por Macedo, não seriam usadas como critério definidor para o exame do referido romance. De maneira solícita, Machado de Assis esclarece que o papel da crítica não pode ser confundido por relações de afinidade e/ou afetividade com o autor, uma vez que a crítica deve ser autônoma, imparcial e, principalmente, enveredar pela lisura tanto nos comentários sobre o texto literário, quanto a respeito do próprio literato. Mesmo tendo o escritor um trabalho dignificado, a análise do contemporâneo não pode ser velada e nem falseada. Essa aplicabilidade da crítica já tinha sido situada pelo bruxo do Cosme Velho nos seus esboços anteriores, sobretudo, “O ideal do Crítico”. Com efeito, neste momento tal análise crítica não se resume apenas ao campo teórico.

Isso é pontuado no decorrer da crônica, onde ele vai narrando minuciosamente o enredo e avaliando psicologicamente as personagens, e qualifica que “[...] A crítica não aprecia o caráter de tais ou tais indivíduos, mas sim o caráter das personagens pintadas pelo poeta, e discute

<sup>59</sup> Idem, Ibidem, p. 243.

<sup>60</sup> Está obra encontra-se digitalizada no site, <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3965>

<sup>61</sup> Idem, Ibidem, p. 244.

menos os sentimentos das pessoas que a habilidade do escritor [...]”<sup>62</sup>, isto é, Machado de Assis não hesita em dizer que o julgamento de valor está muito mais na forma como o autor concebe sua obra do que precisamente nos anseios e emoções das personagens. Tal proposição valida sua intencionalidade de debate sobre a literatura brasileira, visto que, para ele, o que interessava era a consciência sobre a arte literária e sobre a crítica<sup>63</sup>. Esse movimento foi se ressaltando até o término dessa coluna, em 31 de julho de 1866, entretanto, o mesmo vai continuar persistindo nesse ideal de crítica nas suas obras, mas, sobretudo em ensaios na década de 1870 o que veremos no próximo capítulo.

---

<sup>62</sup> ASSIS, J. M. Machado de. Semana Literária. In: AZEVEDO, Sílvia Maria; DUSILEK, Adriana; CALLIPO, Daniela Mantarro (Orgs.) *Machado de Assis: Crítica literária e textos diversos*. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 245.

<sup>63</sup> Na crônica de 3 de abril, Machado faz exame de três obras: *Curso de literatura portuguesa e brasileira* de Francisco Sotero Reis, *Cancros sociais* de Maria Ribeiro (teatro) e *Lendas e canções populares* de Juvenal Galeno. Interessa nos citar que em relação a Sotero dos Reis não há uma citação depreciativa sobre sua ausência de crítica mais apurada sobre a literatura brasileira, Machado atribui que faltou a este um conhecimento mais específico de literatura, já que este é um filólogo. Cf. ASSIS, J. M. Machado de. Semana Literária. In: AZEVEDO, Sílvia Maria; DUSILEK, Adriana; CALLIPO, Daniela Mantarro (Orgs.) *Machado de Assis: Crítica literária e textos diversos*. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 272-275.

### **Capítulo 3 - Machado de Assis, a crítica e as polêmicas literárias**

*A crítica moderna emprestou dignidade às letras.* MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Edur, 2007, p. 121.

### 3.1 - O exercício da crítica machadiana e a Notícia atual da literatura brasileira.

Após o término da coluna *Semana literária* em julho de 1866, Machado de Assis ainda continuaria exercendo sua verve de crítico no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, analisando obras recentes ou já conhecidas de autores consagrados ou de principiantes. Prosseguindo com esse ofício, dois anos depois o crítico se encontrava no *Correio Mercantil*<sup>1</sup> e uma de suas manifestações sobre o fazer literário foi a publicação de sua correspondência com José de Alencar sobre o iminente poeta Castro Alves, que fora ao Rio de Janeiro em busca de reconhecimento no meio letrado devido ao sucesso de público de sua peça *Gonzaga ou a Revolução de Minas*<sup>2</sup>. Reiterando esse triunfo do jovem poeta, Alencar assim o descreve

Recebi ontem a visita de um poeta. O Rio de Janeiro não o conhece ainda; muito breve o há de conhecer o Brasil. Bem entendido, falo do Brasil que sente; do coração e não do resto. O Sr. Castro Alves é hóspede desta grande cidade, de alguns dias apenas. Vai a S. Paulo concluir o curso que encetou em Olinda. Nasceu na Bahia, a pátria de tão belos talentos; a Atenas brasileira que não cansa de produzir estadistas, oradores, poetas e guerreiros. [...] O Sr. Castro Alves trouxe-me uma carta do Dr. Fernandes da Cunha, um dos pontífices da tribuna brasileira. [...] Que júbilo para mim! Receber Cícero que vinha apresentar Horácio, a eloquência conduzindo pela mão a poesia, uma glória esplêndida mostrando no horizonte da pátria a irradiação de uma límpida aurora<sup>3</sup>.

Ao iniciar a descrição de forma elogiosa sobre o poeta baiano, Alencar já demonstra a Machado de Assis que o iminente literato tem talento e vocação para a musa literária, já que demonstrava ter atributos retóricos e poéticos semelhantes a renomados escritores, entre eles,

<sup>1</sup> O jornal *Correio Mercantil* (1848-1868) foi uma folha mais vinculada a defesa do partido liberal brasileiro. Tendo como proprietário Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, o jornal teve como redatores Manuel Antônio de Almeida, além das famosas crônicas de José de Alencar, que foram posteriormente publicadas no livro *Ao correr da pena*. Para saber um pouco mais sobre o jornal e a produção de Alencar, conferir, <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/08/1666109-nove-textos-de-jose-de-alencar-sao-descobertos-no-correio-mercantil.shtml>

<sup>2</sup> Antônio Frederico de Castro Alves (1847-1871), começara sua inserção pela literatura através do teatro. Em 1867, veio a encenação de *Gonzaga ou a Revolução de Minas*, que teve uma receptividade positiva em Salvador. Indicado por uma carta de apresentação, o mesmo fora para o Rio de Janeiro, para se encontrar com José de Alencar com o intuito de se consagrar como um jovem dramaturgo. Cf. FÁRIA, João Roberto. *Ideias teatrais: o século XIX no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 67.

<sup>3</sup> AZEVEDO, Sílvia Maria; DUSILEK, Adriana; CALLIPO, Daniela Mantarro (Orgs.) *Machado de Assis: Crítica literária e textos diversos*. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 331. Gostaria de salientar o leitor que essas correspondências de José de Alencar e Machado de Assis estão reunidas também no livro, ASSIS, Machado de. *Correspondência de Machado de Assis*. Tomo I: 1860-1869. Apresentação, coordenação e orientação de Sérgio Paulo Rouanet; organização, Irene Moutinho, Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2008.

Victor Hugo (1802-1885). Também acentua que a peça teatral que Castro Alves veio divulgar teve recepção positiva na Bahia. Nesse sentido, o autor de *Iracema*, pede a Machado de Assis que não apenas aprecie o drama *Gonzaga* ou a *Revolução de Minas*: ele solicita uma análise crítica que procure ressaltar a obra do poeta mas que, também, o coloque no panteão de escritores que acentuem à “cor local”, colocando em evidência o social<sup>4</sup>, que nessa obra se coloca pelo viés político e histórico sobre a Inconfidência Mineira (1789-1792).

Sendo assim, Alencar aponta não somente a valorização da estética da peça, mas dá ênfase a seu sentido, ao seu conteúdo. Seguindo o parâmetro do romantismo social, Castro Alves se iguala àqueles que veem na literatura um instrumento de ação e de contestação. Daí, é equiparado ao autor de *Os Miseráveis*, não porque a imitação seria um vício, mas porque esta seria uma forma catalizadora de empreender a literatura brasileira ao seu papel frente a sociedade. Reforçando essa tese, no decorrer da missiva há menções de excertos do texto teatral, tanto de forma exaltativa, quanto de aspectos negativos, embora, o escritor cearense levante que essas falhas não anulam a qualidade da obra, o mesmo as denotam porque fustiga a Machado o papel de legitimá-las a ciência da crítica, pois o nomeia [o] “[...] Sr., pois, ao primeiro crítico brasileiro, confio a brilhante vocação literária que se revelou com tanto vigor,”<sup>5</sup> ou seja, atribui ao bruxo do Cosme Velho as credenciais legais para veicular o exame da obra para a opinião pública.

Diante de tal designação, a resposta sobre essa solicitude veio também publicada em carta no jornal *Correio Mercantil*. Tendo como título “Literatura”, o literato carioca agradece a princípio a tarefa, que lhe coube e ressalta que,

[...] A tarefa da crítica precisa destes parabéns; é tão árdua de praticar, já pelos estudos que exige, já pelas lutas que impõe, que a palavra eloquente de um chefe é muitas vezes necessária para reavivar as forças exaustas e reerguer o ânimo abatido<sup>6</sup>.

O reconhecimento pela empreitada determinada não ofuscou o desabafo em relação ao difícil ofício de crítico literário. Se no ensaio de 1865, Machado de Assis já ensejava que o exercício da crítica esbarrava em contendas pessoais e/ou parciais ou interesseiras, aqui ele

<sup>4</sup> Há nos romances de José de Alencar, principalmente a partir de *Senhora*, uma narrativa transplantada ao estilo de Balzac, que denota o psicológico das personagens e as tramas sociais. Ainda neste capítulo debatarei sobre a prosa alencariana e seus desdobramentos. Cf. ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Adaptação ortográfica: Carlos de Aquino Pereira. Campinas: Pontes, 1990, SCHWARZ, Roberto. A importação do romance e suas contradições em Alencar. In: *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 4ª reimpressão, 2008, p. 33-79.

<sup>5</sup> AZEVEDO, Sílvia Maria; DUSILEK, Adriana; CALLIPO, Daniela Mantarro (Orgs.) *Machado de Assis: Crítica literária e textos diversos*. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 336.

<sup>6</sup> Idem, ibidem, p. 337.

consente que o obstáculo do trabalho pode ser amenizado quando se tem o respaldo de um líder carismático, que delibera em larga medida a necessidade e a propriedade intelectual de quem faz a crítica. Sem titubear, o escritor carioca ainda ressalta o empenho que tem tido na atividade da crítica, na “reforma do gosto”<sup>7</sup>, no ensejo de instigar a consciência literária, isto é, no anseio de debater e problematizar o fazer literário.

Reconhecendo que sua operação se tornou solitária e enaltecendo a maestria de José de Alencar<sup>8</sup>, o bruxo do Cosme Velho inicia seu exame pormenorizado da peça teatral e coloca que,

Não podiam ser melhores as impressões. Achei uma vocação literária, cheia de vida e robustez, deixando antever nas magnificências do presente as promessas do futuro. Achei um poeta original. O mal da nossa poesia contemporânea é ser copista – no dizer, nas ideias e nas imagens. Copiá-las é anular-se. A musa de Castro Alves tem feição própria. Se se advinha que a sua escola é a de Victor Hugo, não é porque o copie servilmente, mas porque uma índole levou-a a preferir o poeta dos *Orientais* ao poeta das *Meditações*. Não lhe aprazem certamente as tintas brandas e desmaiadas da elegia; quer antes as cores vivas e os traços vigorosos da ode<sup>9</sup>.

Sublinhando o talento do jovem poeta, Machado de Assis aciona referenciais que endossam seus argumentos suscitados em seus ensaios, sobretudo em “Ideal do Crítico”. Tais descrições são apresentadas quando ele aponta para a originalidade do poeta e, desse modo, condena a cópia desmedida que outros literatos têm em relação à composição dos poemas – opinião que também será altercada no ensaio “A nova geração” – e salienta que esse movimento encetado por Castro Alves não se configura como subserviência a uma estética consagrada ou a uma adulação com finalidade de ascensão no meio literário, mas de reconhecimento de uma via que postula a literatura e, no exemplo apresentado, a poesia, sua postura em relação a sociedade, é a defesa de uma escrita que contemple o estilo poético somado ao conteúdo das questões do presente.

Nessa percepção, observa-se que Machado de Assis coloca no cerne da matéria o papel do literato frente às questões do seu tempo. Embora a carta seja endereçada a responder

<sup>7</sup> AZEVEDO, Sílvia Maria; DUSILEK, Adriana; CALLIPO, Daniela Mantarro (Orgs.) *Machado de Assis: Crítica literária e textos diversos*. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 337.

<sup>8</sup> Nessa passagem, Machado assenta que houve outro literato, que também procurou enveredar para a crítica, mas, não deu prosseguimento. A princípio pode-se concluir que o mesmo estava falando de Macedo Soares, porém, é sobre o próprio Alencar: “[...] Tive um antecessor ilustre, apto para este árduo mister, erudito e profundo, que teria prosseguido no caminho das suas estreias, se a imaginação possante e vivaz não lhe estivesse exigindo as criações que depois nos deu. Será preciso acrescentar que aludo a V. Exa.?” AZEVEDO, Sílvia Maria; DUSILEK, Adriana; CALLIPO, Daniela Mantarro (Orgs.) *Machado de Assis: Crítica literária e textos diversos*. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 339.

<sup>9</sup> Idem, Ibidem, p. 339.

sobre as particularidades de Castro Alves, a leitura que está ali em palimpsesto é sobre a aporia da literatura brasileira. Isto fica evidenciado quando o mesmo comenta sobre a escolha do tema urdido pelo poeta, a *Inconfidência Mineira* e nomeia como protagonista o jurista e também poeta Tomás Antônio de Gonzaga (1744-1810). Num primeiro momento, pode-se mensurar que há nesta narrativa um outro olhar sobre esse evento histórico e tal assertiva pode ser considerada, pois o próprio Machado de Assis afirmou que essa escolha realizada por Alves, adequa “a tradição política e a tradição poética, o coração do homem e a alma do cidadão<sup>10</sup>”, desse modo, o que se condiciona a essa trama são as paixões pelas causas, sejam elas pelo desejo da amada Marília<sup>11</sup>, ou pelo anseio de uma pátria independente e livre de opressões. Esta interpretação, porém, não pode ser condicionada a uma via unilateral pois, para além dessa possibilidade assentada, deve-se considerar que há nessa missiva um questionamento sobre o fazer literário e o literato. Isso é enfatizado, quando o escritor carioca analisa as cenas da trama, dissecando o enredo e as ações das personagens, e exalta que,

Em tudo isto é de louvar a consciência literária do autor. A história nas suas mãos não foi um pretexto; não quis profanar as figuras do passado, dando-lhes feições caprichosas. Apenas empregou aquela exageração artística, necessária ao teatro, onde os caracteres precisam de relevo, onde é mister concentrar em pequeno espaço todos os traços de uma individualidade, todos os caracteres de uma época ou de um acontecimento<sup>12</sup>.

Refletir sobre o tempo passado, elencando eventos, trazendo para a narrativa personagens conhecidas, porém, sem estabelecer anacronismos e/ou fazer outras leituras sobre o período delimitado. Tudo isso foi avaliado por Machado de Assis como um elemento positivo na trama *Gonzaga*, visto que essa junção entre história e literatura proporciona à obra fundamentação ficcional sobre o tema que se pretende abordar. Nesse sentido, o escritor carioca reforça o seu argumento elaborado desde 1858 e que com o ensaio “Notícia atual da literatura brasileira – Instinto de nacionalidade” (1873) estará mais incisivo, quando ele reitera que o literato faça uma literatura dizendo sobre seu país, sobre seu passado, sua “cor local”, não se furtando a engendrar em seu texto as tensões sociais, psicológicas, que interligadas às ações das personagens dão o tom verossímil a trama.

<sup>10</sup> AZEVEDO, Sílvia Maria; DUSILEK, Adriana; CALLIPO, Daniela Mantarro (Orgs.) *Machado de Assis: Crítica literária e textos diversos*. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 341.

<sup>11</sup> Para Machado, o fato de Castro Alves ter elegido o poeta Gonzaga como o ator social da narrativa e não Tiradentes, resulta na valorização dos sentimentos que aquele tinha por suas causas de vida, pois [...] Os amores de Gonzaga traziam naturalmente ao teatro o elemento feminino, e de um lance casavam-se em cena a tradição política e a tradição poética, o coração do homem e a alma do cidadão. ” AZEVEDO, Sílvia Maria; DUSILEK, Adriana; CALLIPO, Daniela Mantarro (Orgs.) *Machado de Assis: Crítica literária e textos diversos*. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 341.

<sup>12</sup> Idem, *ibidem*, p. 342.

Essa posição, endossada pelo bruxo do Cosme Velho, dará a tônica em suas produções, sobretudo, a partir de 1881 com a publicação do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Neste momento, entretanto, seu argumento segue a premissa de que em seu texto teatral, Castro Alves desenvolve uma outra perspectiva sobre o evento da Inconfidência Mineira, evidenciando os sentimentos, os anseios, amalgamados na figura feminina, seja na *persona* de Marília, seja nos ideais iluministas de liberdade, fraternidade, igualdade, ou no próprio ideário da República. Sendo assim, essas referências colocam o movimento político de 1789 como um acontecimento que se deu por paixões e ideais e, assim, esta via interpretativa lança um revisionismo sobre aquela revolta, que foi tão hostilizada pela Coroa portuguesa e pelo Estado brasileiro. Tal hipótese é levantada nessa passagem: “[...]Os sucessos que em 1822 nos deram uma pátria e uma dinastia apagaram antipatias históricas que a arte deve reproduzir quando evoca o passado”<sup>13</sup>. Dessa assertiva, pode-se observar que Machado de Assis atribui à arte a missão, o dever de instigar as urdiduras da sociedade, principalmente, quando se elenca uma experiência passada, pois esta deve ser problematizada e não inventada como propunha a princípio o movimento romântico. Por esta concepção, vê-se que o escritor carioca orienta a literatura para uma ação pragmática, de um olhar atento para suas manifestações anteriores, porém com a visão crítica do seu presente e de sua sociedade.

Essa prescrição debatida nessa missiva põe em evidência, que as ideias defendidas por Machado de Assis se encontram em congruência com seu conceito delineado em seus ensaios. O mesmo foi instigado por José de Alencar a dar um veredicto sobre o drama de Castro Alves e o fez de forma a confluir análise/crítica/teoria sobre uma só matéria, ou seja, era isso que ele tanto instruía a seus contemporâneos.

Importante salientar que Machado de Assis manifestava esse ofício não somente em seus textos, mas em suas produções literárias e em outros escritos. Em suas cartas, diante da variedade de assuntos que mantinham com seus destinatários, sempre buscou ser solícito e afetuoso em seus escritos<sup>14</sup>. Não se encontrava nesses escritos, relatos íntimos, exposição sobre acontecimentos políticos ou mesmo respostas sobre polêmicas. O bruxo do Cosme Velho mantinha sua descrição, mas, acima de tudo se abstinha de qualquer controvérsia, pois o que lhe interessava não era as contendas, mas a preocupação com o fazer literário. Isso justifica pela personalidade do escritor e por ser o gênero carta um instrumento de colóquio

<sup>13</sup> AZEVEDO, Sílvia Maria; DUSILEK, Adriana; CALLIPO, Daniela Mantarro (Orgs.) *Machado de Assis: Crítica literária e textos diversos*. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 344.

<sup>14</sup> Para Maria Cristina Ribas, Machado em sua solidão estabelecia uma relação de afetividade com seu correspondente. Seria uma ação de cuidar de si e do outro, principalmente em assuntos sobre literatura. Cf. RIBAS, Maria Cristina Cardoso. *Onze anos de correspondência: os Machados de Assis*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO:7Letras, 2008.

entre destinatários, que não se veem no instante, mas estabelecem uma proximidade de ideias e de sentimentos através das palavras.

Por conseguinte, ao lidar com o gênero carta deve se compreender a origem e a importância dessa fonte. Desse modo, deve se buscar na sua etimologia o significado de seus usos no decorrer do tempo. Direcionando a essa concepção Adma Fadul Muhana<sup>15</sup> apresenta as diferentes operações que a mesma obteve no curso da humanidade. Nesse sentido, ao explicar que “[...] a redação das cartas constitui uma arte à qual são aplicáveis os preceitos da antiga oratória”<sup>16</sup>, a autora coloca que o “diálogo per absentiam” (diálogo entre ausentes) foi empreendido na antiguidade como forma de estabelecer uma tática de convencimento do escritor sobre o seu leitor. Isso implica em afirmar que ao redigir sua correspondência, o remetente tem a pretensão de escolher e de combinar as palavras erigidas a seu destinatário com o intuito de persuadí-lo na construção de seus argumentos. Tal atitude não deve ser levada no sentido negativo de ludibriamento, mas na elaboração de um colóquio entre interlocutores, que se aproximam para estabelecer um direito e dever à escrita<sup>17</sup>. Dessa forma, as epístolas eram escritas de acordo com o adorno que queria se aplicar. Um exemplo é o *gênero familiare* que

[...] referem-se a todas aquelas que são escritas não a parentes, ou nem só a eles tratando de assuntos domésticos, mas a todos aqueles chamados “amigos”, tratando de novas e cumprimentos [...] que servem de recreação para o entendimento, e de alívio e consolação para a vida [...]<sup>18</sup>.

Esta convenção foi praticada por ausentes com a finalidade de estabelecer entre ambos uma via afetiva de “recomendação, queixas, desculpas e graças”<sup>19</sup>. Desse modo, essa combinação seria realizada com o intuito de realçar o *Pathos* (sentimentos), que o escritor verbera com o seu leitor e provoca neste paixões (cólera, compaixão, temor, etc). Nos séculos renascentistas XVI e XVII, o homem cortês apropria essa ação na sua efetivação a um assunto entre interlocutores. Diante dessas variações pelas quais o gênero carta passou, é importante salientar que o mesmo não perdera sua característica *sui generis* de manter um diálogo recíproco de ausentes. Concomitante a essa constatação Sousa Júnior atesta, que ao haver esse consentimento entre quem escreve e o receptor, é estabelecido entre ambos um pacto

<sup>15</sup> MUHANA, Adma Fadul. O gênero epistolar: diálogo per absentiam. *Discurso* (31), 2000.p.329-345.

<sup>16</sup> Ibidem, p.330.

<sup>17</sup> MUHANA, Adma Fadul. O gênero epistolar: diálogo per absentiam. *Discurso* (31), 2000.p. 331.

<sup>18</sup> Ibidem, p.333.

<sup>19</sup> Ibidem, p.333.

epistolar<sup>20</sup>.

Tal movimento seguiu seu curso de forma descontínua. Todavia, no século XIX essa prática foi posta devido à escrita ter conquistado um lugar privilegiado na nova concepção de indivíduo e de privacidade<sup>21</sup>. Nesse sentido, Jelena Jovicic aponta que a configuração do autor conferiu a possibilidade de contextualizar o privado e o público através das correspondências. Daí que a pesquisadora elencou os literatos: Zola, Baudelaire, Maupassant, Flaubert, Daudet, Edmond de Goncourt, Bashkirtseff e Eberhard, para problematizar a discussão do romantismo nas missivas emitidas por esses escritores<sup>22</sup>.

Seguindo pelo viés da popularização do uso da correspondência do século XIX, porém se preocupando com o meio social de produção desse gênero, um grupo de historiadores franceses empreenderam, desde o início dos anos de 1990, pesquisas sobre a natureza das correspondências familiares. Vale destacar o livro organizado por Roger Chartier, *La correspondence: lês usages de lettre au XIXe Siècle*, em que é debatido a construção específica de cada carta, as formas textuais, os argumentos e principalmente os usos sociais desse gênero e nesse sentido apurar através desta as diversas apropriações dessa cultura escrita<sup>23</sup>.

Ao nortear que as práticas epistolares na França oitocentista se valeram da popularização do correio, Chartier e sua equipe de pesquisadores apontaram que tal serviço colaborou para que o público feminino pudesse escrever com mais frequência, particularmente as solteiras e nesse quadro social delineado muitas puderam relatar as violências sofridas e trocar entre si teorias sobre práticas de sedução. Nesse sentido, a correspondência consolidou-se como um rico objeto de pesquisa na historiografia.

Diante dessa premissa tem surgido trabalhos no Brasil a respeito do gênero epistolar. A dissertação de mestrado *A Epistolografia dos Andrades: criação de um modernismo literário brasileiro* de autoria de Manuel José Veronez de Sousa Júnior<sup>24</sup> versa sobre a troca de correspondência entre Carlos Drummond de Andrade (1902- 1987) e Mário de Andrade

<sup>20</sup> SOUSA JÚNIOR, Manuel José Veronez de. A escrita de si das missivas e a historiografia literária: colaborações e contribuições. Oliveira, C.A., MOLLO, Helena, CASTRO BUARQUE, V.A. (Orgs.) *Caderno de resumos e Anais do 5º Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia e história intelectual*. Ouro Preto: EDUFOP, 2011, p.5. Vale ressaltar que esse pacto epistolar se estabelece se o destinatário responder e guardar as cartas do remetente.

<sup>21</sup> Cf. JOVICIC, Jelena *L' Intime épistolare (1850-1900): genre et pratique culturelle*. Londres, Cambridge Scholars Publishing, 2010, p. 4.

<sup>22</sup> Ibidem, p.13.

<sup>23</sup> CHARTIER, Roger. *La correspondence: lês usages de lettre au XIXe Siècle*. Paris: Fayard, 1991. Infelizmente este livro não é traduzido no Brasil.

<sup>24</sup> SOUSA JÚNIOR, Manuel José Veronez. *A Epistolografia dos Andrades: criação de um modernismo literário brasileiro* Dissertação (Mestrado em Teoria Literária). Uberlândia: UFU, 2012.

(1893-1945) onde os literatos debatem o rumo do movimento modernista e a composição da obra *Alguma Poesia* do mineiro de Itabira<sup>25</sup>. Há também a pesquisa realizada por Otoniel Machado da Silva<sup>26</sup> em que o mesmo discorre sobre as cartas escritas por Machado de Assis nos seus últimos anos de vida<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> Referência a Carlos Drummond de Andrade.

<sup>26</sup> SILVA, Otoniel Machado da. *Retórica, roda de compadres, solidão e achaques da velhice: o Machado de Assis das cartas*. Dissertação (PPGLETRAS-UEPB). UEPB: João Pessoa, 2009.

<sup>27</sup> Outra correspondência muito intensa praticada por Machado foi com o político e futuro diplomata Joaquim Nabuco (1849-1910). Foram mais de 50 cartas sobre diversos assuntos e a partir da década de 1890 suas missivas se concentravam nas eleições dos acadêmicos da recém formada Academia Brasileira de Letras. Cf. *Machado de Assis e Joaquim Nabuco – Correspondência*. ARANHA, Graça (Organização, Introdução e Notas) Prefácio a 3ª edição, José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

1/ R. 4.4.900 P. 342. C. 50  
JNap012

JNacp012

AD  
IMPRIMERIA  
Paris, dezembro 7. 1899



meu caro Collega e Amigo,

Escrevi hontem ao Machado, que me  
dera um mau thema para resposta, e  
naturalmente falei muito do nosso  
grupo que sei continua reunido na  
Revista, mas de que elle não me  
dera noticia. Ao despachar a carta  
agora pergunto a mim mesmo se te-  
rho o direito de escrever a alguem  
d'essa nossa intimidade sem man-

Seguindo o objeto de discussão sobre a literatura brasileira, Machado de Assis adentra a década de 1870 sobre a intensificação das ideias liberais. Se no final do decênio anterior, este movimento já vinha angariando espaço no meio político, agora ele conquistava legitimidade em todos os ambientes. Isso se justificava no enfraquecimento dos símbolos edificadas pela monarquia brasileira, que se desdobrava em três pontos: o romantismo, o catolicismo e o liberalismo estamental. A representação dessa ordem impunha segregação, desigualdade e uma visão deturpada sobre o horizonte de nacionalidade. Diante dessa constatação, e perante as mazelas que ainda assombravam a sociedade, entre elas a escravidão e a prática da cidadania de forma incipiente, foi cristalizando nesse momento um conjunto de pensamentos que almejavam em larga medida romper com esse *status* construído.

Nesse sentido, os denominados *ismos*- científico- evolucionismo- naturalismo – sugestionavam para a sociedade um novo limiar, uma nova perspectiva, que respondesse aos anseios e as inquietudes sobre o futuro, ou seja, aquela narrativa temporal predominante que apontava para uma equação simples sobre o Estado brasileiro e a cultura política não conseguiam mais mobilizar e arregimentar o ideário sobre o imaginário social, pois elas representavam naquele instante o obscurantismo, que precisava ser combatido<sup>28</sup>. Desse modo,

[...] clamores foram levantados contra o subjetivismo excessivo, as idealizações deslocadas da realidade, a pieguice lacrimosa, o indianismo. Proclamou-se, em oposição, a superioridade do retrato fiel da sociedade – prevalentemente, a urbana -, dos costumes, das situações, das vivências humanas, descritas com verdade e imparcialidade.<sup>29</sup>

Esse quadro exposto evidencia que a estrutura sedimentada a partir da independência já estava perdendo seus sustentáculos sobre a própria manutenção da monarquia. Isso porque, a mesma para se legitimar recorreu a instituições, sejam eles materiais ou não para empreender uma imagem forte do Estado-nação. Esses pilares, porém, começaram a serem desconstruídos com o surgimento de ideias novas, sejam elas no campo do político em que a possibilidade de uma instalação da república começou a se intensificar, seja no campo social, onde a desigualdade associada à manutenção da escravidão colocava o país numa situação limítrofe, seja no campo das artes, sobretudo a literatura, que a partir do movimento realismo/naturalismo, quebrava os paradigmas de um nacionalismo exacerbado apregoados

<sup>28</sup> Para Ângela Alonso, essas ideias foram mobilizadas por agentes sociais que selecionavam e utilizavam teorias explicativas, para relacioná-las a realidade brasileira e nesse sentido, promoverem um rompimento com o *status quo* instituído. Cf. ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

<sup>29</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do império*. Rio de Janeiro: FGV/Edur, 2007, p. 106.

pelo romantismo.

Nesse sentido, esse movimento foi se desenvolvendo não somente para romper com a escola estética byroniana, mas também para constituir um novo ideal, que somente se concretizaria após a destituição da velha ordem. Isso se afirma quando se têm a preocupação de analisar o cotidiano, o espaço urbano, o humano, a verdade, tais elementos servem de baliza para elaborar que o tempo de modernidade e de progresso somente se daria no país com o advento da ciência, de um rompimento com a aristocracia, de uma luta em grande parte efetuada pelos intelectuais, que se dava na abolição dos cativos e na literatura com sua linguagem mais próxima da realidade de sua sociedade. Diante dessa narrativa, Machado de Assis retoma a discussão sobre a nacionalidade e a crítica no peremptório ensaio “Notícia Atual da Literatura – Instinto de Nacionalidade”. Editado no periódico *O Novo Mundo*<sup>30</sup> de 24 de março de 1873, este esboço aponta a problemática sustentada por ele no texto do final dos anos de 1850, que a emancipação literária brasileira ainda não se efetivou, pois,

[...] quando a independência política jazia ainda no ventre do futuro, e mais que tudo, quando entre a metrópole e a colônia criara a história, a homogeneidade das tradições, dos costumes e da educação. As mesmas obras de Basílio da Gama e Durão quiseram antes ostentar certa cor local do que tornar independente a literatura brasileira, literatura que não existe ainda, que mal poderá ir alvorecendo agora.<sup>31</sup>

Ao tocar na chave que a literatura brasileira não concretizou a sua autonomia, Machado de Assis assinala que os poetas arcádicos Santa Rita Durão e Basílio da Gama - considerados precursores da poesia brasileira - permaneceram presos ao excesso da “cor local” e não promoveram uma escrita desvinculada dos preceitos clássicos europeus. Dessa forma, a emancipação literária estaria distante e talvez tal fato somente se daria a partir de gerações vindouras. Esse diagnóstico suscitado pelo literato carioca desconstrói a sistematização proposta por Gonçalves de Magalhães no seu esboço de 1836, no qual este afirmara que a literatura brasileira teve a sua estreia com o movimento arcadista. Embora Machado de Assis reconheça o mérito daqueles daqueles escritores e elogie o esforço

<sup>30</sup> O jornalista José Carlos Rodrigues foi para os Estados Unidos da América no início da década de 1870. O mesmo via que aquele país era o modelo, que o Brasil deveria seguir, principalmente na abolição da escravidão e do trabalho assalariado. Nesse sentido, ele funda o jornal *O Novo Mundo* com a proposta de ligar esses ideais de lá para cá. Com folhas ilustradas, e enfatizando os assuntos tecnológicos da terra do tio Sam, esse periódico tinha como meta trazer o conceito de progresso para a sociedade brasileira. Cf. CAMPOS, Gabriela Vieira de. *O literário e o não-literário nos textos e imagens do periódico ilustrado O Novo Mundo* (Nova York, 1870-1879) Dissertação (Teoria Literária) 248f. Campinas: Unicamp, 2001.

<sup>31</sup> ASSIS, J. M. Machado de. Notícia Atual da Literatura brasileira – Instinto de Nacionalidade. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=>>>](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=>>>) Acesso em 12 dez. 2016.

posterior dos poetas românticos em pintar as “cores do país” com a mítica do índio<sup>32</sup>, o escritor carioca assinala que a literatura no Brasil deve ir além dessas proposições acentuadas, pois,

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabelecemos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço<sup>33</sup>.

Ao tratar a literatura como instinto, Machado de Assis assevera que o escritor não deve encarar sua produção como uma missão e sim como traço de uma literatura brasileira, que busca concomitantemente a junção das “cores do país” com a “cor local”. Dessa forma, o autor de *Memorial de Aires* aponta que o empreendimento deve se pautar pela consciência de uma literatura nacional e não para legitimá-la como a mais importante ou superior a qualquer outra. Doravante, o sentimento íntimo apontado por Machado de Assis engendra uma dicotomia, que se desdobra em dois pontos: ser brasileiro em literatura e o que significa ser brasileiro em literatura<sup>34</sup>. Esta dubiedade implica situar que o bruxo do Cosme Velho rejeita os preceitos delineados pelo romantismo, pois para o escritor carioca a negação da herança portuguesa não coloca a literatura brasileira portadora de uma nacionalidade pura. Tal equação seria solucionada, se buscasse interrogar o próprio sentido da literatura, ou seja, a mesma teria que imbuir na sua composição não somente a *persona* do índio, mas tudo que seja matéria de literatura, pois,

[...] a nacionalidade é ainda um problema, não um falso problema [...] E o resultado está patente: para manter o argumento da riqueza e as recusas nele implicadas, a exigência da questão da nacionalidade obriga a colocar a nacionalidade em questão. E disso a obra romanesca machadiana é ainda o melhor exemplo: se a interpretação normalizadora se apoia, no fundo, na metáfora do “sentimento íntimo”, fazendo de Machado o fundador involuntário de uma tradição crítica que o empobrece, a verdade é que esse processo só atinge resultados pertinentes na condição de pôr em causa imagens ou concepções estabelecidas sobre o Brasil<sup>35</sup>.

<sup>32</sup> Os poemas de Gonçalves Dias e os romances de José Alencar são louvados por Machado de Assis como exemplos de obras que prezam pelo sentimento da “cor local”. O próprio escritor carioca redigiu alguns poemas com a temática indígena na já citada coletânea *Americanas* de 1875. Cf. PIZA, Daniel. *Machado de Assis: um gênio brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008, p. 157.

<sup>33</sup> ASSIS, J. M. Machado de. Notícia Atual da Literatura brasileira – Instinto de Nacionalidade. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq)>>> Acesso em 12 dez. 2016.

<sup>34</sup> Cf. BAPTISTA, Abel Barros. *A Formação do nome*. Duas interrogações sobre Machado de Assis. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p.104.

<sup>35</sup> BAPTISTA, Abel Barros. *A Formação do nome*. Duas interrogações sobre Machado de Assis. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p.107.

A aporia sobre a nacionalidade é o verniz da argumentação de Machado de Assis. Tal concepção é endossada pelo fato do escritor colocar este ponto como cerne do debate sobre a indeterminação da própria literatura brasileira. Dessa forma, o “sentimento íntimo” posto como um tropo de linguagem significa que a literatura deve buscar a preocupação não somente com a “cor local”, mas com a recepção dessa abordagem com o seu público. Nesse sentido, o romance machadiano é portador dessa peculiaridade de manter uma relação íntima, que se estabelece objetivamente entre narrador e leitor. Sendo assim, ao emitir sua opinião incisiva sobre a prosa, Machado de Assis alerta que aquela não deve ser subserviente ao nacionalismo extremado e nem reproduzir o modelo europeu.

Para a superação destes entraves, o literato carioca sugere que o papel da crítica literária seja efetivado na análise das obras, pois, “ela ajuda a apurar e educar o gosto”<sup>36</sup>. Dessa forma, a literatura brasileira adquiriria uma maturidade e uma autonomia em relação às demais literaturas nacionais, sem incorrer no processo de polarização para se fazer a si mesma. Tal constatação é válida para a poesia, o teatro e a linguagem, embora Machado de Assis reconheça que há obras que destoam dessa comprovação, muitas daquelas apresentam os mesmos vícios de subordinação e restrição do romance. Finaliza o seu ensaio dizendo

[...] Viva imaginação, delicadeza e fôrça de sentimentos, graças de estilo, dotes de observação e análise, ausência às vezes de gosto, carências às vezes de reflexão e pausa, língua nem sempre pura, nem sempre copiosa, muita cor local, eis aqui por alto os defeitos e as excelências da atual literatura brasileira, que há dado bastante e tem certíssimo futuro<sup>37</sup>.

O sentimento de otimismo encerra o esboço. Para Machado de Assis, a literatura brasileira no tempo vindouro seria próspera, mesmo diante das incongruências sinalizadas na análise de seu panorama. De maneira geral, o escritor carioca imprimiu nesse ensaio a coerência de seu pensamento em relação ao momento literário do país, mas, sobretudo o papel do literato frente as questões de seu presente e de sua sociedade.

Tal assertiva é posta quando ele louva os atributos que até então vigorava - e que já a partir daquela década já estavam sendo questionados – principalmente as concepções estéticas

<sup>36</sup> PIZA, Daniel. *Machado de Assis: um gênio brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008, p.158.

<sup>37</sup> ASSIS, J. M. Machado de. Notícia Atual da Literatura brasileira – Instinto de Nacionalidade. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=>>>](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=>>>) Acesso em 12 dez. 2016 . Mantive a grafia original.

do Romantismo, porém, salientando que há nesses pressupostos uma ausência de reflexão que, somada à falta de consciência sobre o fazer literário, toma a literatura brasileira ainda infante em relação a si própria. Por conseguinte, Machado de Assis vê nela uma disposição positiva, não porque atribui a aceleração do tempo, o limiar da década de 1870 como o momento do progresso, mas devido a sua capacidade de se criar e de se reverberar de forma concisa e independente. Nesses anos, que se seguem a esse ensaio houve muitos debates, contendas, polêmicas sobre a problema da nacionalidade da literatura. No próximo item veremos essa questão em que Machado de Assis auferiu e também sentiu sobre as celeumas literárias.



Figura 7 - Página do jornal *O Novo Mundo* onde Machado de Assis publicara seu ensaio *Notícia Atual da literatura brasileira – instinto de nacionalidade* em 24 de março de 1873.

### 3.2 - O desdém a controvérsia e as polêmicas literárias.

Quando Machado de Assis publica o texto crítico “A Nova Geração na Revista Brasileira”, em dezembro de 1879, havia já ocorrido várias polêmicas sobre a matéria da literatura, o próprio escritor carioca causou uma quizila com o literato português Eça de Queiroz a respeito do romance *O primo Basílio*<sup>38</sup>. Neste esboço, porém há uma mensuração sobre a poesia, e a forma como a mesma estava se estabelecendo naquele momento, pois,

Esse dia, que foi o romantismo, teve as suas horas de arrebatamento, de cansaço e por fim de sonolência, até que sobreveio a tarde e negrejou a noite. A nova geração chasqueia às vezes do romantismo. Não se pode exigir da extrema juventude a exata ponderação das coisas; não há impor a reflexão ao entusiasmo. De outra sorte, essa geração teria advertido que a extinção de um grande movimento literário não importa a condenação formal e absoluta de tudo o que ele afirmou; alguma coisa entra e fica no pecúlio do espírito humano. Mais do que ninguém, estava ela obrigada a não ver no romantismo um simples interregno, um brilhante pesadelo, um efeito sem causa, mas alguma coisa mais que, se não deu tudo o que prometia, deixa quanto basta para legitimá-lo. Morre porque é mortal. "As teorias passam, mas as verdades necessárias devem subsistir". Isto que Renan dizia há poucos meses da religião e da ciência, podemos aplicá-lo à poesia e à arte. A poesia não é, não pode ser eterna repetição; está dito e redito que ao período espontâneo e original sucede a fase da convenção e do processo técnico, e é então que a poesia, necessidade virtual do homem, forceja por quebrar o molde e substituí-lo. Tal é o destino da musa romântica. Mas não há só inadvertência naquele desdém dos moços; vejo aí também um pouco de ingratidão.<sup>39</sup>

Ao apontar que o Romantismo já dava sinais de desuso, o bruxo do Cosme Velho conduzia a chamada nova geração, sobretudo os poetas, que não se enveredem por modismos, pois não se pode tratar com desmerecimento os valores da escola anterior, visto que a confluência da “cor local”, da natureza e da mítica do índio não eram valores, que Machado de Assis ignorava. O que ele criticava era o excesso desses preceitos e tomá-los como valores únicos. Neste sentido, o escritor carioca versava aos incipientes poetas que tratassem da arte literária não apenas no aspecto da mudança de temporalidade, que estava sendo colocada, ou seja, se no Romantismo havia uma supervalorização do passado, para os modernos e,

<sup>38</sup> Cf. FRANCHETTI, Paulo. Eça e Machado: críticas de ultramar. In: GUIDIN, Márcia Lígia, GRANJA, Lúcia, RICIERI, Francine Weiss (Orgs.). *Machado de Assis e a crítica contemporânea*. São Paulo: EDUNESP, 2008, p. 269-280.

<sup>39</sup> ASSIS, J. M. Machado de. A nova geração. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq) >>> Acesso em 12 dez. 2016 . Mantive a grafia original.

principalmente, para aqueles que viviam a contemporaneidade dos anos de 1870, era a primazia do futuro, do progresso e desse modo, Machado de Assis via que ao privilegiar esse preceito, negava e simultaneamente a estética, a composição e objetivo social do romantismo.

Desse modo, o escritor carioca reafirma o discurso de que cabe a literatura o seu papel social frente as questões de seu tempo sem se importar se são eventos pretéritos ou do presente, por isso ele ressalta que não falta quem conjugue o ideal poético e o ideal político, e faça de ambos um só intuito, a saber, a nova musa terá de cantar o Estado republicano<sup>40</sup>, isto é, ao diagnosticar que os poetas coevos procuravam desenvolver uma obra mais perto do verossímil, Machado de Assis até salienta que no tempo próximo os mesmos podem até falar de um novo regime político. Porém, essa perspectiva não deve se colocar de forma enviesada e imitativa só porque o momento a precede, por isso no decorrer deste ensaio quando ele vai dissecando várias obras de alguns poetas, o mesmo o faz não com o intuito de desqualificar esses escritos, mas os colocam no escrutínio do fazer literário com o intuito de instruí-los numa literatura social.

Sendo assim, talvez esse seu olhar propedêutico não foi bem compreendido pelos seus pares, um deles, o sergipano Sílvio Romero tomou as análises que Machado de Assis realizou na sua obra *Os cantos do fim do século* como uma afronta, pois o bruxo do Cosme Velho apontou que faltava a Romero “a forma poética”<sup>41</sup>, não no sentido de dizer que o mesmo não tinha habilidade para esse gênero, mas, que faltava uma expressão mais forte e contundente das ideias que defendem com a forma como as elabora. Após a publicação desse ensaio, Romero tornou-se um inimigo declarado de Machado de Assis. Em seu livro *História da literatura Brasileira* de 1888, e depois no *Machado de Assis – estudo comparativo*, o poeta ultrajado expõe sua crítica destrutiva à obra do escritor carioca, repudiando não somente aspectos estéticos propostos por Machado de Assis, mas o acusando de pedantismo, rebaixando-o por sua condição social e até pelo aspecto racial, nomeando-o como um gago, mulato, e que sua obra representa pouca expressão em relação ao nacional<sup>42</sup>.

Ao responder por essas críticas, Machado de Assis o fez pelo desdém, não reconheceu esses ataques feitos de forma desrespeitosa e desnaturalizada de uma problemática sobre o fazer literário. Ele respondeu imprimindo a crítica de seus contemporâneos, entre eles, Araripe Júnior e José Veríssimo à prática da dialética entre o que estabelecia na crítica e o que

---

<sup>40</sup> ASSIS, J. M. Machado de. A nova geração. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq) Acesso em 12 dez. 2016.

<sup>41</sup> Idem, ibidem.

<sup>42</sup> GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Romero, Araripe, Veríssimo e a recepção crítica do romance machadiano. *Estudos Avançados* 18 (51), 2004.

efetivava em sua obra<sup>43</sup>, sobretudo, nos romances a partir de 1880. Diante dessa postura, Machado de Assis procurou seguir aquilo que sempre defendia sobre a crítica, que esta servisse de forma pedagógica e consciente sobre a literatura e que não devesse ser tomada como uma injúria sobre obra/autor, porém,

[...] a modernidade da vida intelectual do país depender de uma sucessão de disputas que criou um sistema interno de emulação, responsável pela vitalidade identificada nas décadas iniciais da segunda metade do século XIX. [...] recupera conscientemente o éthos polêmico em sua capacidade de estruturação sistêmica, capacidade que demanda a explicitação dos próprios pressupostos e a leitura atenta, ainda que belicosa, dos princípios defendidos pelo adversário do momento.<sup>44</sup>

As polêmicas literárias dos oitocentos foram tomando uma dimensão estrutural, segundo o professor João Cézar, elas infringiram muito mais pelo aspecto das paixões individuais do que pelo exame apurado da obra em si. Isso explica por exemplo a quizila debatida por José de Alencar e Joaquim Nabuco em 1875. Tudo começou quando o autor d' *O Abolicionismo* publicou no jornal *O Globo* quatro artigos intitulados *O Teatro brasileiro* em que postula críticas a falta de público e a datação da peça *O jesuíta* de Alencar<sup>45</sup>. Para Nabuco, a trama do texto teatral escrita em 1861 e apresentada catorze anos depois, não condizia mais ao tempo de discussões filosóficas que a sociedade estava experimentando advindas das teorias de Renan, Taine e Spencer.

Para ele, havia que se apresentar para o público argumentos, narrativas contemporâneas sobre o complexo social e político. Por sua vez, Alencar respondeu a Nabuco o acusando de um universalismo provinciano, principalmente o colocando como dependente da cultura francesa. Essa polêmica rendeu vários artigos nos jornais. De um lado, Nabuco com sua série *Aos domingos* em que afirma que [...] vai analisar a obra do escritor consagrado sem respeitar a “convenção literária que o protege”<sup>46</sup>, de outro, José de Alencar com sua réplica *As quintas* em que reitera seus preceitos românticos em sua obra e desaprova a análise desmensurada de Nabuco<sup>47</sup>. Essa celeuma se estendeu durante os meses de setembro a novembro do referido ano. O seu fim se deu quando Alencar escreveu sua última resposta em 21 de novembro em que confirma a sua convicção literária sobre sua peça apresentada.

<sup>43</sup> GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Romero, Araripe, Veríssimo e a recepção crítica do romance machadiano. *Estudos Avançados* 18 (51), 2004, p. 269.

<sup>44</sup> ROCHA, João Cézar de Castro. No princípio era a polêmica. In: *Crítica literária: em busca do tempo perdido?* Chapecó: ARGOS, 2011, p. 73.

<sup>45</sup> COUTINHO, Afrânio (org.). *A polêmica Alencar-Nabuco*. Brasília: EDUNB, 1975, p. 8-9.

<sup>46</sup> Idem, *Ibidem* p.9

<sup>47</sup> Idem, *Ibidem*, p.9

Assistindo a essa emulação sem tomar partido de nenhum, já que era amigo de ambos, Machado de Assis continuava a reproduzir em obra, os propósitos delineados em seus textos de crítica literária. Em 1872, veio a lume seu primeiro romance *Ressureição*, que em seu enredo mantinham muito a composição do estilo romântico, porém, não enfatizando a “cor local”, mas colocando através da ação das personagens os sentimentos e as convenções sociais sobre as relações afetivas. Nesse sentido, o bruxo do Cosme Velho começava a tecer em sua prosa, mesmo que timidamente, os tateamentos humanos em suas narrativas, instrumentando a sua tese defendida em seus textos de crítica literária, ou seja, que o literato e o crítico possam ver a literatura como objeto do social, do seu presente, até do seu passado, mas que não deixe de contextualizar as tensões, pois cabe a literatura ser a promotora da instigação do seu meio.

#### 4 - Considerações finais

Esta tese, que por ora chega as suas considerações finais, procurou instigar a você, cara e caro leitor o caminho percorrido por Machado de Assis na crítica literária. De um intento sobre o debate da nacionalidade da literatura brasileira, num primeiro ensaio de 1858, até *A nova Geração* de 1879, o bruxo do Cosme Velho buscou tecer em sua escrita a coerência sobre a constituição do fazer literário. Num momento em que o país buscava a sua identidade, sobretudo na formação de símbolos e de imagens, Machado defendeu desde o princípio a autonomia da literatura, a sua postura perante a sociedade. Tal assertiva foi se afirmando, quando o excesso de cor local povoou as produções literárias nos anos de 1850. Muitos literatos ligados ao beneplácito imperial publicavam suas obras, principalmente poesias épicas enfatizando eventos históricos do país, mas sempre vernizando pelo aspecto mítico da figura do índio e/ou da natureza.

Nesse sentido, fazia-se necessário fundar uma literatura genuinamente brasileira e renegar seu passado de colonização e influência cultural da coroa portuguesa. Esse sentimento nasceu após a independência de 1822 e foi se cristalizando com compêndios de estrangeiros sobre a constituição da literatura brasileira. Nesse sentido, a afirmação de uma historiografia literária se propôs a dar conta de um tronco que ficava suspenso sobre a ramificação originada da literatura portuguesa. Por conseguinte, isso foi ganhando espaço com a fundação do IHGB. Esta instituição auspiciada pela monarquia ajudou a consolidar o ideário romântico, que nas *personas* de Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias foram seus maiores expoentes. Daí que pode se afirmar que o romantismo se legitimou no Brasil, pois caminhou lado a lado com o projeto de nacionalidade do Estado.

Dessa forma, a cultura política engendrada pelo Governo imperial buscou na sua afirmação incorporar a literatura como um atestado da sua originalidade. Participando desse debate Machado de Assis começa a partir de 1858 publicar ensaios de crítica literária onde via com ressalvas a ênfase pela necessidade de atualizar o passado a literatura presente, sobretudo, dando a essa apenas um aspecto pictórico e protagonizado pela *persona* do índio. Desse modo, o bruxo do Cosme Velho chamava a atenção, para que não reduzisse a escrita literária somente por esse viés.

Tal argumento seria mais uma vez colocado e aí mais problematizado no texto de 1865. *O Ideal do crítico*, foi um ensaio mais conceitual, propedêutico em que Machado alertava para um exercício da crítica mais experimental e principalmente mais consciente. Isso porque ele via que o ofício da crítica naquele momento se colocava em aspectos parciais e/ou tendenciosos para alguma matéria e a discussão sobre a literatura brasileira permanecia inepta em relação a sua inserção do social. Esse quadro mudaria a partir de 1860, mais especificamente na década seguinte onde a solidificação das ideias liberais juntamente com as teorias científicas do momento dava um tom diferente sobre o fazer literário.

Nesse sentido o importante esboço *Notícia Atual da literatura brasileira*, publicado em 1873 no jornal americano *Novo Mundo* procurou examinar de forma atenta como estava a arte literária brasileira afirmando que as produções do país não conseguiam imprimir as questões de seu tempo ou do pretérito sem recorrer a fórmula simples da *cor local*. A crítica a essa premissa não se resvala em sua negação, mas o que Machado argumentava que essa não poderia ser a única tônica do fazer literário. No texto de 1879, *A nova Geração*, o escritor carioca não apenas teorizou sobre a literatura em si, mas exemplificou o que defendia apontando e dissecando as obras dos poetas advindos da *Geração de 1870*, que não poderia se render a paradigmas externos e imitativos sobre a poesia. O caráter nacional perpassava pelas tensões sociais e muitos desses se furtaram desse debate. Essa premissa causou dissabores a Machado, principalmente o literato sergipano Sílvio Romero.

A resposta, porém, que Machado encetou àquele e aos demais pensadores, foi a inserção em suas obras, os preceitos que ele tanto defendia em seus textos de crítica literária. Para o literato, a escrita literária deveria na ação de suas personagens problematizar as tensões do humano e as questões sociais, pois na elaboração do ficcional estão representados os tateamentos do indivíduo e da sociedade. Dessa forma, o aspecto da verossimilhança deveria ser a defesa da literatura brasileira, ou seja, cabe a essa arte instigar em seu meio, o ponto de vista do social e do político. Daí que Machado poderia responder à pergunta inicial dessa tese. “O que significa ser escritor num país situado na periferia do mundo”?

## 5 - REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. *Cartas sobre A Confederação dos Tamoyos*. Disponível em <<< <http://www.digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4642> Acesso em 26 fev 2017

\_\_\_\_\_. *Como e porque sou romancista*. Adaptação ortográfica: Carlos de Aquino Pereira. Campinas: Pontes, 1990.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida privada e ordem no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.) *História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.53-54.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)* São Paulo: Hucitec, 2008.

\_\_\_\_\_. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. In: *Revista Varia História*, Belo Horizonte, vol. 31, nº 56, p. 375. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/vh/v31n56/0104-8775-vh-31-56-0365.pdf>

ARENDT, Hannah. O conceito de história – o antigo e o moderno. In: *Entre o passado e o moderno*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p.69-126.

ASSIS, J.M. Machado de. *O Passado, o presente e o futuro da literatura*. Disponível em <http://www.bn.digital.br> Acesso 12 dez 2016. Este ensaio foi publicado originalmente no jornal *A Marmota* nos dias 9 e 23 de abril de 1858.

\_\_\_\_\_. *O Ideal do Crítico*. Disponível em <http://www.bn.digital.br> Acesso 12 dez 2016. Este ensaio foi publicado originalmente no jornal *Diário do Rio de Janeiro* em 8 de outubro de 1865.

\_\_\_\_\_. *Notícia atual da literatura brasileira*: Instinto de nacionalidade. Disponível em <http://www.bn.digital.br> Acesso 12 dez 2016. Este ensaio foi publicado originalmente no jornal *O Novo mundo* em 24 de março de 1873.

AZEVEDO, Sílvia Maria; DUSILEK, Adriana; CALLIPO, Daniela Mantarro (Orgs.) *Machado de Assis: Crítica literária e textos diversos*. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

BARBOSA, Januário Cunha. Discurso de fundação do IHGB. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107695-revista-ihgb-i.html>. Acesso em 12 dez. de 2016.

BOLOGNINI (Org.). *História da literatura: o discurso fundador*. Campinas, SP: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ABL); São Paulo: Fapesp, 2003.

BORGES, Luciana Tavares. *Das crônicas do relojoeiro as narrações do conselheiro: Policarpo e Aires dois intérpretes da república brasileira*. Dissertação (Mestrado em História Social) 128f, Uberlândia, 2012.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: EDUNESP, 2005.

BURKE, Edmund. *Investigação Filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e da beleza*. Tradução, introdução e notas, Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.

CALDAS, Pedro S.P. *Wilhelm Von Humboldt (1767-1835)*. In: MARTINS, Estevão de Rezende. ( Org.). *A História pensada: Teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 71-81.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CAMPATO JÚNIOR, João Adalberto. *Retórica e Literatura: O Alencar polemista nas cartas sobre a Confederação dos Tamoios*. São Paulo: Scortecci, 2003.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, v.2, 1993.

CÂNDIDO, Antônio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/SP, 2002.

CARDOSO, Eduardo Wright. *Em busca da cor local: os modos de ver e fazer ver nas obras de José de Alencar e Euclides da Cunha*. Tese (Doutorado em História) 282f, Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2016.

CARVALHO, José Murilo. *A Construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Editora UNB, 1981

CÉZAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do romantismo*. A contribuição europeia: crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

COUTINHO, Afrânio (org.). *A polêmica Alencar-Nabuco*. Brasília: EDUNB, 1975.

DENIS, Ferdinand. *Résumé de L` Historie Litteraire du Portugal, Suivi du Résumé de L` Historie Litteraire du Brésil*, 1826. Disponível em: <  
<http://www.obdigital.bn.br/obdigital2/acervo-digital/div-obrasraras/or90116.pdf>> Acesso em: 14 dez. 2016

FANTINI, Marli (Org.). *Crônicas da antiga corte: literatura e memória em Machado de Assis*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

FAORO, Raimundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

FARIA, João Roberto. *Ideias teatrais: o século XIX no Brasil*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2001.

GODOI, Rodrigo Camargo. *Um editor no Império*. Francisco de Paula Brito (1809- 1861). São Paulo: EDUSP, 2017.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida? In: OLLINTO, Heichum Krieger. *Histórias de literatura – As novas teorias alemãs* (Org.). São Paulo: Editora Ática, 1996, p.223-239.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). São Paulo: Annablume, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 1, 1988, p.5-27.

GUINSBURG, J. *O Romantismo*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1985.

JOBIM, José Luís, PELOSO, Silvano (Orgs.) *Descobrimos o Brasil*: sentidos da literatura e da cultura no Brasil. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

\_\_\_\_\_. Machado de Assis: o crítico como romancista. *A crítica literária e os críticos criadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Caetés e Eduerj, 2012, p.53- 78.

KANT, Immanuel. *Ideias de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAGALHÃES, D.J. Gonçalves de. Ensaio sobre a História da Litteratura do Brasil. Disponível em <<< [http: www.bn.br/acervo-digital/nitheroy/700045](http://www.bn.br/acervo-digital/nitheroy/700045) Acesso em 12 dez.2016

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Machado de Assis*. Desconhecido. São Paulo: Civilização Brasileira, 1971.

MARSON, Isabel Andrade. *Política, história e método em Joaquim Nabuco*: tessituras da revolução e da escravidão. Uberlândia: EDUFU, 2008.

KODAMA, Kaori. O Tupi e o sábio: Gonçalves Dias e a etnografia do IHGB em Brasil e Oceania. Disponível em <<< [http: www.revistafenix.pro.br/pdf12/secaolivre.artigo.7-kaori.kodama.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/pdf12/secaolivre.artigo.7-kaori.kodama.pdf) Acesso em 16 dez 2017.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.

LIMA, Luiz Costa. *Dispersa demanda*. (Ensaio sobre literatura e teoria). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

\_\_\_\_\_. *História.Ficção.Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de. (Orgs.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis, 1839-1870: ensaio de biografia intelectual; prólogo de Antonio Candido; posfácio Paulo Rónai; Trad. Marco Aurélio de M. Matos, 2ª ed. revista*, São Paulo: EDUNESP, 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, Brasília: INL, 1987.

MELO, Carlos Augusto de. *A formação das histórias literárias no Brasil: as contribuições de cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876), Ferdinand Wolf (1796-1866) e Sotero dos Reis (1800-1871)*. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária), Campinas, 2009.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do império*. Rio de Janeiro: FGV/Edur, 2007.

OLIVEIRA, Maria Edith Maroca de Avelar Rivielli de. *Letras de memória: o indígena como cronótopo da narrativa do passado no período imperial, dos estudos históricos ao romance indianista de José de Alencar*. Dissertação (Mestrado em História), 103f, Mariana: UFOP, 2011.

PARRON, Tâmis (Org.). ALENCAR, José de. *Cartas a favor da escravidão*. São Paulo: Hedra, 2008.

PEREIRA, Milena da Silveira. *A crítica oitocentista nos alicerces da literatura e da história do Brasil*. Tese (Doutorado em História), 185f, Franca: UNESP, 2013.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: Tramas, telas e textos*. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2 ed.; 4 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? Disponível em < [http: www.unicamp.br/~aulas/volume01/ernest.pdf](http://www.unicamp.br/~aulas/volume01/ernest.pdf) > Acesso em 16 ago. 2018

RICOEUR, Paul. O entrecruzamento da História e da ficção. *Tempo e Narrativa* – Tomo III. Tradução Roberto Leal Ferreira; revisão técnica Maria da Penha Villela-Petit. Campinas, SP: Papirus, 1997, p.319-321.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

ROCHA, João Cezar de Castro. No princípio era a polêmica. In: *Crítica Literária: em busca do tempo perdido?* Chapecó: ARGOS, 2011, p. 73-117.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A pátria e a flor: Língua, literatura e identidade nacional no Brasil (1840-1930)*. Tese (Doutorado em História). Campinas, 2002.

ROUANET, Maria Helena. Ferdinand Denis e a literatura brasileira uma bem sucedida relação tutelar. In: ROCHA, João César de Castro. ( Org.). *Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia* (colaboração, Valdei Lopes de Araújo) Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2003.

TURIN, Rodrigo. O “selvagem” entre dois tempos a escrita etnográfica de Couto de Magalhães. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.28, nº 48, p. 781-803: jul-dez 2012.

SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: Entre a Monarquia e a República*. 2ª. ed. Goiânia: Editora UFG, 2011.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. Pátria coroada: *O Brasil como corpo político autônomo* – 1780-1831. São Paulo: Ed. Da Unesp, 1999.

SOUZA, Roberto Acízelo de. A crítica literária no Brasil oitocentista: um panorama. In: CORDEIRO, Rogério.et al. *A crítica literária brasileira em perspectiva*. Cotia: SP: Ateliê Editorial, 2013, p.13-45.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 4ª reimpressão, 2008.

\_\_\_\_\_. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2000.

SÜSSENKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: O narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ZIBERMAN, Regina, MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do Cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

ZILBERMAN, Regina. O Resumo de História da literatura, de Ferdinand Denis: história da literatura enquanto campo de investigação. *Veredas – Revista da Associação Internacional de Lusitanistas* (19). Disponível em Http: // << [www.digitalis.uc.pt/pt-pt/node/106201?hdl=34566](http://www.digitalis.uc.pt/pt-pt/node/106201?hdl=34566) Acesso 23 jul. 2017.